

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

**MAGNO CARVALHO MARTINS**

**10 ANOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA  
EM RONDÔNIA: Dificuldades e Desafios da Rede de Tutoria**

JUIZ DE FORA

2018

**MAGNO CARVALHO MARTINS**

**10 ANOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA  
EM RONDÔNIA: Dificuldades e Desafios da Rede de Tutoria**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dra. Ilka Schapper Santos

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins, Magno Carvalho.

10 ANOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA EM RONDÔNIA: Dificuldades e Desafios da Rede de Tutoria / Magno Carvalho Martins. -- 2018.

156 p.

Orientador: Ilka Schapper dos Santos

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Educação a Distância. 2. Tutoria. 3. Financiamento da Educação. 4. Participação. 5. Controle Social. I. Santos, Ilka Schapper dos, orient. II. Título.

MAGNO CARVALHO MARTINS

**10 ANOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA EM RONDÔNIA:  
DIFICULDADES E DESAFIOS DA REDE DE TUTORIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 21/12/2018.



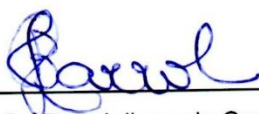
---

Profa. Dra. Ilka Schapper Santos (Orientadora)  
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



---

Profa. Dra. Rafaela Reis Azevedo de Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



---

Profa. Dra. Juliana de Carvalho Barros  
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG

### **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Francisco da Rocha Martins e Maria Carvalho Martins, a quem devo minha vida, minha honra e minha glória;

Aos meus seis irmãos, sogros e cunhados, com quem compartilho esta vitória;

Ao meu grande amor, Liriane Lima (esposa), a FORTALEZA da minha vida;

A minha querida filha, Marcele Hadrielle, que mudou o sentido da minha vida desde novembro de 2005.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus:

Por ter aberto mais uma porta em minha vida, e por ter me mantido em linha reta, humilde e sereno.

Aos Familiares:

Por ser a base e o abrigo quando precisei de apoio e incentivo.

Às minhas Orientadoras:

Prof. Dra. Francisca Cristina de Oliveira Pires, com quem tudo começou. Por ter me mostrado o caminho por onde deveria percorrer.

Prof. Dra. Rafaela Oliveira e Prof. Dra. Rita de Cássia de Oliveira pelas importantes orientações na Banca de Qualificação.

Prof. Dra. Ilka Schapper dos Santos, com quem tudo terminou. Pelas orientações objetivas e claras que me fizeram entender como terminar a minha jornada.

À minha Agente de Suporte Acadêmico:

Helena Rivelli de Oliveira, por ter intermediado com profissionalismo e dedicação.

À Secretaria Estadual de Educação de Rondônia,

Pelo investimento em seu quadro de servidores para que possam, assim, com os novos conhecimentos adquiridos, cooperar com o desenvolvimento de estratégias educacionais e políticas públicas, promovendo uma gestão escolar com participação social e garantir mecanismos para que aconteça o controle social.

Aos colegas do Mestrado:

Por termos solidificado a união Rondônia-Minas, ao longo dos períodos; e por termos vencido todos os obstáculos que nos foram impostos. A Vitória é Nossa;

A toda a Rede de Tutoria do programa Formação pela Escola:

Pela dedicação e por acreditarem na missão do programa;

Por fim, a todos os professores e agentes de suporte (mestres, doutores e pós-doutores) que agregaram valor a essa conquista. A todos, meu respeito e consideração.

“Como sentinelas avançadas, somos destemidos pioneiros, que destas paragens do poente, gritam com força: Somos Brasileiros!” Trecho do Hino do Estado de Rondônia.

“Oh! Minas Gerais. Oh! Minas Gerais. Quem te conhece não esquece jamais, Oh! Minas Gerais”. Trecho do Hino do Estado de Minas Gerais.

## RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão aqui apresentado discute as dificuldades e os desafios da Rede de Tutoria do programa Formação pela Escola em Rondônia em 10 anos de execução. Delimitamos a seguinte questão norteadora: quais as dificuldades associadas à Rede de Tutoria do Formação pela Escola de Rondônia para execução do programa na esfera municipal? Os objetivos definidos para este estudo são: (1) analisar os fatores que dificultam as atividades dos tutores na execução da formação nos municípios de Rondônia e (2) propor ações que minimizem essas dificuldades. Assumimos como hipóteses as dificuldades técnicas, pedagógicas e políticas, ocasionadas principalmente pela carga de atribuições, a complexidade da modalidade de educação a distância, e o caráter político do cargo diante do desafio de promover a gestão democrática em sua localidade. Utilizamos como metodologia: a pesquisa documental, a primeira fase do trabalho, realizada no sistema de informação do programa, sobre os dados estatísticos e legislação; e aplicação de questionários e entrevistas, respectivamente, aos tutores e multiplicadores, que são atores que podem elucidar questões sobre o objetivo desta pesquisa. A relevância da pesquisa se dá na medida em que se avalia o funcionamento de uma Rede de Tutoria e o resultado da pesquisa pode ser válido para outros cursos de formação continuada que funcionam na modalidade EaD. Como referencial teórico para essa pesquisa temos os estudiosos: Batista (2016), Pires (2017), França (2017) e Belloni (2002), entre outros, sobre Educação a Distância; e Paro (1992), Dallari (1984), Dourado (2006) e Oliveira (2014) sobre Financiamento da Educação, Gestão Democrática e Controle Social; além de Preti, Paz e Lino (2013), Castro (2013) e a legislação de implementação e funcionamento do programa Formação pela Escola nos estados e municípios.

**Palavras-Chave:** Educação a Distância, Tutoria, Financiamento da Educação, Participação, Controle Social.



## ABSTRACT

The present dissertation is developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case presented here discusses the difficulties and challenges of the Tutoring Network of the *Formação pela Escola* program in Rondônia in 10 years of execution. We delimit the following guiding question: what are the difficulties associated with the Network of Tutoring the *Formação pela Escola* of Rondônia to implement the program in the municipal sphere? The objectives defined for this study are: (1) to analyze the factors that hamper the activities of tutors in the execution of training in the municipalities of Rondônia and (2) to propose actions that minimize these difficulties. We assume as hypotheses the technical, pedagogical and political difficulties, caused mainly by the burden of attributions, the complexity of the modality of distance education, and the political character of the position faced with the challenge of promoting democratic management in its locality. We use as methodology: the documentary research, the first phase of the work, carried out in the information system of the program, on statistical data and legislation; and application of questionnaires and interviews, respectively, to tutors and multipliers, who are actors that can elucidate questions about the purpose of this research. The relevance of the research is given in the measure that evaluates the operation of a Tutoring Network and the result of the research may be valid for other continuing education courses that operate in the E-learning mode. As a theoretical reference for this research we have the scholars: Batista (2016), Pires (2017), França (2017) and Belloni (2002), among others, on E-learning; and Paro (1992), Dallari (1984), Dourado (2006) and Oliveira (2014) on Education Financing, Democratic Management, Social Control; in addition to Preti, Paz and Lino (2013), Castro (2013) and the legislation for the implementation and operation of the *Formação pela Escola* program in the states and municipalities.

**Keywords:** E-learning, Tutoring, Education Financing, Participation, Social Control.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução Orçamentária do FNDE, em Bilhões (R\$) .....	25
Gráfico 2: Municípios atendidos em Rondônia de 2006 a 2016 .....	56
Gráfico 3: Número de turmas atendidas em Rondônia de 2006 a 2016 .....	58
Gráfico 4: A utilização do computador é atividade que desempenho com tranquilidade (comparativo entre tutor e ex-tutor).....	88
Gráfico 5: A utilização da plataforma Moodle é atividade que desempenho com tranquilidade (comparativo entre tutor e ex-tutor).....	89
Gráfico 6: A utilização do SIFE é atividade que desempenho com tranquilidade (comparativo entre tutor e ex-tutor).....	90
Gráfico 7: Já tive Experiência com EAD antes do FPE (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	92
Gráfico 8: O conteúdo da formação de tutores é suficiente para o tutor iniciar o trabalho no seu município (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	94
Gráfico 9: A formação de tutor prepara-o para a execução do trabalho no município (comparativo entre tutor e ex-tutor).....	95
Gráfico 10: O que fazer quando o cursista quer cursar um módulo que o tutor não cursou? (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	96
Gráfico 11: O módulo que o tutor mais se identifica (comparativo entre tutor e ex-tutor). .....	97
Gráfico 12: O módulo que o tutor menos se identifica (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	98
Gráfico 13: O conteúdo dos módulos é adequado aos cursistas (comparativo entre tutor e ex-tutor). .....	99
Gráfico 14: O nível de dificuldade das atividades é adequado aos cursistas (comparativo entre tutor e ex-tutor).....	100
Gráfico 15: O tutor tem apoio da secretaria municipal e/ou secretaria estadual de educação (comparativo entre tutor e ex-tutor).....	102
Gráfico 16: Como o tutor divulga o programa? (comparativo entre tutor e ex-tutor) ..	103
Gráfico 17: O público alvo tem interesse nos Módulos ofertados (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	103
Gráfico 18: A quantidade de Módulos que o cursista costuma estudar (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	104
Gráfico 19: A maioria das pessoas que cursam o programa são: (comparativo tutor e ex-tutor .....	105
Gráfico 20: O especialista dos módulos específicos apoia o trabalho do tutor (comparativo entre tutor e ex-tutor).....	108
Gráfico 21: A multiplicadora apoia o trabalho do tutor (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	109
Gráfico 22: Você recebe bolsa do Formação pela Escola? (comparativo entre tutor e ex-tutor) .....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do Tempo do Histórico da EaD no mundo até a chegada da Universidade Aberta .....	33
Figura 2: Estrutura Organizacional do programa Formação pela Escola.....	39
Figura 3: Mapa de Distribuição das Coordenadorias Regionais de Educação de Rondônia .....	126

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de matrículas por Estado de 2006 a 2014 .....	41
Tabela 2: Número de Turmas por Município de 2006 a 2016, Rondônia.....	57
Tabela 3: Número de Turmas por Tutor de 2006 a 2016 em Rondônia. ....	59
Tabela 4: Módulos mais Ofertados em Rondônia de 2006 a 2016.....	60
Tabela 5: Faixa etária dos tutores.....	87
Tabela 6: Tempo de atuação dos tutores.....	87

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: O módulo de tutoria.....	45
Quadro 2: Módulos do programa Formação pela Escola .....	47
Quadro 3: Comparativo entre a Tutoria na UAB, Mediação Tecnológica, Telessala e Formação pela Escola .....	83
Quadro 4: As dificuldades dos tutores .....	111
Quadro 5: As dificuldades dos ex-tutores.....	112
Quadro 6: Motivo do desligamento dos ex-tutores.....	113
Quadro 7: O que motiva o tutor a atuar no Formação pela Escola.....	114
Quadro 8: Proposta de Criação de Novos Módulos .....	120
Quadro 9: Reformulação dos Cadernos de Atividades dos módulos específicos .....	122
Quadro 10: Coordenadorias Regionais e Municípios da sua Jurisdição.....	124
Quadro 11: Criação do Tutor Regional .....	127
Quadro 12: Intensificar a Formação Continuada dos Tutores .....	128
Quadro 13: Intensificar o Apoio dos Especialistas Estaduais e Municipais .....	129
Quadro 14: Criar a figura do Coordenador Municipal do Formação pela Escola .....	131
Quadro 15: Intensificar o apoio do gestor municipal .....	132

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
APM	Associações de Pais e Mestres
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CB	Competências Básicas
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CS	Controle Social
DF	Distrito Federal
EAD	Educação a Distância
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	Formação pela Escola
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
MOODLE	Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment
MP	Medida Provisória
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional

PADEAM	Programa de Aceleração do Desenvolvimento Educacional do Amazonas
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIN	Programa de Integração Nacional
PLI	Programas do Livro
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNATE	Programa Nacional do Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROHACAP	Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos de Rondônia
PROINFO	O Programa Nacional de Informática na Educação
RENAFOR	Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação
RCL	Receita Corrente Líquida
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas
SIFE	Sistema de Informação do programa Formação pela Escola
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UNB	Universidade de Brasília
UKOU	United Kingdom Open University
UNED	Universidad Nacional de Educación a Distancia
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 FORMAÇÃO PELA ESCOLA: O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E A EAD .....	23
1.1 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO .....	24
1.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E NO MUNDO .....	30
1.3 O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA .....	37
1.3.1 A Rede de Tutoria do Formação pela Escola e suas competências.....	42
1.3.2 Módulos e Público-alvo .....	47
1.3.3 A Sala de Aula Virtual e a Secretaria Virtual do Formação pela Escola .....	49
1.3.4 Bolsas.....	51
1.4 A REALIDADE DO PROGRAMA EM RONDÔNIA.....	52
1.4.1 Resultados do Estudo de Caso.....	61
2 A TUTORIA E O TUTOR DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA.....	63
2.1 O PAPEL DO TUTOR NA EAD.....	64
2.2 PROPOSTAS DE TUTORIA: O CASO DE 3 INICIATIVAS .....	75
2.3 ANÁLISE: AS DIFICULDADES DA TUTORIA SEGUNDO TUTORES E MULTIPLICADORES .....	85
2.3.1 Aspectos Técnicos.....	88
2.3.2 Aspectos Pedagógicos.....	93
2.3.3 Aspectos Políticos.....	100
2.3.3.1 Suporte à Tutoria .....	107
2.3.4 Avaliando o Programa.....	111
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS DIFICULDADES DA TUTORIA.....	116
3 PROPOSTAS PARA OS ENTES FEDERADOS .....	118
3.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – FEDERAL .....	119
3.2 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – ESTADUAL.....	124
3.3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – MUNICIPAL .....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS .....	137
APÊNDICE I – Questionário para Tutores do Programa Formação Pela Escola.....	143
APÊNDICE II – Questionário para Ex-Tutores do Programa Formação Pela Escola	149
APÊNDICE III – Roteiro: Entrevista com Multiplicadores do Formação Pela Escola	155

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da implementação do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (conhecido como Programa Formação pela Escola) e as dificuldades encontradas pela Rede de Tutoria de Rondônia para executá-lo. Esse programa de formação continuada<sup>1</sup> é ofertado na modalidade de Educação a Distância (EaD), em módulos de 40 e 60 horas, sobre ações, programas e recursos federais, com abertura de novas turmas a cada dois meses. Seu público-alvo é abrangente. São gestores, professores, técnicos, conselheiros e membros da comunidade escolar (BRASIL, 2008).

A relevância do tema se dá na medida em que se avalia o funcionamento da Rede de Tutoria de Rondônia, e o resultado da pesquisa pode ser válido para outras redes estaduais e para outros cursos que funcionam na modalidade EaD. Além disso, é um tema que se relaciona com minha trajetória profissional, pois, desde o ano de 2005, na Secretaria de Estado da Educação, trabalho com tecnologias educacionais, formação continuada, cursos on-line e coordeno o Programa Formação pela Escola desde o seu processo embrionário. Acompanhei o desenho do programa desde o início e suas etapas de expansão em Brasília e em Rondônia.

Este trabalho de dissertação investiga as dificuldades da rede de tutoria do programa Formação pela Escola (FPE) para atender sua demanda em Rondônia (nos 52 municípios no período de 2006 a 2016) e tem como desafio propor sugestões para minimizar os problemas. Delimitamos a seguinte questão norteadora: ***quais as dificuldades associadas à Rede de Tutoria do Formação pela Escola de Rondônia para execução do programa na esfera municipal?***

Na primeira etapa deste estudo de caso<sup>2</sup>, a pesquisa documental – baseada em relatórios gerados pelo sistema de informação do Programa

---

<sup>1</sup> A formação continuada serve para que o aluno possa ver e rever os conteúdos e suas atualizações quando achar necessário. Deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência e só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturam em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos (NÓVOA, 1991; PRADA, 1997).

<sup>2</sup> Um estudo de caso é um questionamento empírico que investiga um fenômeno contemporâneo com seus contextos de vida real, quando as fronteiras entre fenômeno e contexto não são



Formação pela Escola, bem como na legislação que normatiza o programa e nos cadernos de estudo dos módulos ofertados –, observamos que as principais dificuldades dos tutores poderiam estar ligadas a três causas, principalmente, que se tornaram eixos da pesquisa: (i) aspectos técnicos: as causas relacionadas à quantidade de atribuições e ao domínio da EaD e das novas ferramentas tecnológicas; (ii) aspectos pedagógicos: relacionados ao conhecimento dos conteúdos específicos e à formação do tutor; e (iii) aspectos políticos, relacionados à articulação com o gestor municipal, seu público e com seu suporte técnico e pedagógico (técnicos especialistas municipais e/ou estaduais e multiplicadores do programa). Como seu cargo é político, o tutor pode ser indicado, substituído ou promovido pelo gestor municipal quando este achar conveniente. Se este último aspecto aparenta ser autoritário, também indica a autonomia que o município tem de realizar decisões sem interferência dos outros entes. Também é político o fato do tutor atuar entre os interesses do gestor municipal e do cidadão, e com a missão de promover transparência na gestão e a participação efetiva da sociedade nas decisões relacionadas à educação ou exercendo o controle social. Também estão relacionados às dificuldades do tutor, o fato de municípios de pequeno porte apresentarem, no início dos anos 2000, condições tecnológicas precárias e a dependência do apoio dos especialistas dos programas, multiplicadores e coordenação estadual.

Tínhamos, ainda, como hipóteses que a afinidade com a missão do programa, o incentivo da bolsa, o apoio municipal e estadual e pretensões políticas poderiam ser variáveis que amenizariam as dificuldades dos tutores. Essas hipóteses foram testadas na aplicação dos questionários e entrevistas.

Para o referencial teórico desta pesquisa optamos pelos estudiosos: Preti (1996), Batista (2016), Pires (2017), França (2017) e Belloni (2002), entre outros, sobre Educação a Distância; Paro (1992), Dallari (1984), Dourado (2006) e Oliveira (2014) contextualizando o Financiamento da Educação, Gestão Escolar e Participação Social; além de Preti, Paz e Lino (2013), Castro (2013) e a legislação de implementação e funcionamento do FPE nas unidades federativas e municípios. Também destaco Bernardino (2011) por considerar sua

---

claramente evidentes, e nos quais fontes múltiplas de evidência são usadas, segundo Yin (2001, *apud* MAIA E MEIRELLES, 2002, p. 6).

classificação das dificuldades da tutoria uma referência importante para o entendimento dos objetivos deste trabalho.

O programa Formação pela Escola surge da necessidade de preparar melhor as pessoas que executam e acompanham os recursos federais nas esferas estadual e municipal. Surge como produto da evolução e reconhecimento da Educação a Distância no Brasil e tem como plano de fundo o financiamento e a descentralização<sup>3</sup> de recursos da educação, gerando maior autonomia<sup>4</sup> aos municípios e instituições escolares. Cronologicamente, os principais fatos que confirmam este cenário são: a distribuição de alimentação escolar desde 1955; a criação do FNDE, em 1968; o Programa do Livro, em 1985; a Constituição Federal de 1988; a chegada da internet na década de 1990; a Universidade Aberta de Brasília e o Proinfo, em 1992; o PDDE, em 1995; a LDB, o Fundef e a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC, em 1996; a criação do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) em Porto Velho, no ano de 1997; o FUNDESCOLA, em 1998; o Programa do Transporte Escolar, em 2004; a criação da Universidade Aberta do Brasil e a regulamentação da EaD, em 2005.

Em agosto de 2005, Rondônia foi escolhido pelo MEC para ser o primeiro estado da região Norte a participar do novo programa de incentivo a melhor gestão e controle de recursos públicos, nos anos de 2006 e 2007, na fase piloto do programa. Para o estado, também foi importante para promover a EaD e atrair profissionais da educação para a era digital. Não foi divulgado pela coordenação nacional quais os critérios para escolha de Rondônia para esta etapa, junto com mais cinco estados: Ceará, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Neste período, cada estado selecionou sete municípios e sete tutores.

Por se tratar de um estado recente, iniciativas de formação utilizando o recurso da EaD foram importantes para estimular o aparelhamento tecnológico das localidades mais afastadas da capital. A partir disso, torna-se importante ressaltar que “em 1997 começou a funcionar em Rondônia o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC),

---

<sup>3</sup> A descentralização ocorre quando há transferência de autoridade e responsabilidade, no que diz respeito a funções públicas, do governo central para governos locais (ALMEIDA, 2005, apud, OLIVEIRA, 2014);

<sup>4</sup> A autonomia relaciona-se a autogoverno, na medida em que os atores sociais de uma instituição criam as suas regras e se orientam por elas (BARROSO, 1996, apud, OLIVEIRA, 2014).

oficializado através da Portaria nº 247/GAB/SEDUC, que entrou em vigor na data de 25 de março de 1998” (FILHO, 2011, p.33).

A implementação nacional do programa aconteceu em 2008. Após a fase piloto, o FPE ampliou o número de tutores formados, municípios participantes e módulos ofertados em todo o país. No entanto, esta ampliação não aconteceu de forma contínua e crescente. Isso porque aconteceram lacunas no atendimento por município e oscilação na taxa de crescimento de atendimento, muitas vezes provocadas pela desistência, promoção ou substituição de tutores, que são os agentes locais do programa. Dentre as atribuições do tutor estão: divulgar e promover o programa para conseguir a participação do público-alvo; organizar a demanda de forma que possa atendê-la com imparcialidade sem dar preferência a determinadas escolas, diretores ou servidores da administração; realizar as matrículas em tempo hábil, de acordo com o cronograma e orientações da coordenação estadual; acompanhar os estudos, estimular, alfabetizar os leigos em assuntos tecnológicos, avaliar e certificar os cursistas aprovados, além de contatar especialistas dos módulos estudados para sanar as dúvidas que surgirem ao longo do percurso; divulgar os resultados dessa ação e recomeçar o processo cíclico, que dura no máximo dois meses (BRASIL, 2008).

Esta pesquisa foi estruturada em três eixos de análise que se organizaram em torno das dificuldades técnicas, pedagógicas e políticas. Foram aplicados questionários mistos, com questões fechadas e apenas as duas últimas questões abertas, com a finalidade de oportunizar ao respondente a possibilidade de anotar suas considerações sobre o tema: “Dificuldades da Rede de Tutoria do programa Formação pela Escola”. Esse questionário foi denominado “Questionário 01” e foi aplicado a todos os tutores ativos no FPE em Rondônia, para analisar as dificuldades da rede de tutoria do programa em Rondônia e confrontar as hipóteses.

Vergara (2007) afirma que os questionários podem ser classificados em três grandes grupos: abertos, fechados (survey) e mistos. Optamos pelo misto porque queremos usar quantitativamente as questões fechadas para numerar e comparar informações, e a questão aberta para facilitar a coleta de percepções dos tutores em seu ofício no programa FPE.

O FPE em Rondônia contou com a atuação de 119 tutores em 10 anos, sendo que, destes, apenas 19 continuam atuando. Como os tutores remanescentes do programa estão localizados em municípios distintos, aplicamos questionários com questões abertas e fechadas, enviados pelo Google Forms (formulários), visando, posteriormente, uma análise quantitativa e qualitativa.

Goldenberg (2004) afirma que os métodos qualitativos e quantitativos não devem ser percebidos como opostos, mas complementares. Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta a realidade pesquisada.

O método qualitativo também serve para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais.

Para Goldenberg (2004, p. 62):

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos. (GOLDENBERG, 2004, p. 62)

Para aprofundar mais o conhecimento sobre as percepções e motivações da desistência ou saída do tutor do programa, aplicamos outro questionário misto para 24 ex-tutores que, por terem saído do programa recentemente, ainda poderiam estar utilizando o e-mail do cadastro. Esse questionário foi adaptado e teve a mesma quantidade de questões do “Questionário 01” e foi identificado como “Questionário 02”. Foram aplicados questionários para 100% dos tutores ativos (19/19); e 24% dos ex-tutores (24/100), totalizando 36,1% dos 119 tutores que já foram capacitados pelo programa em 10 anos. Desses 119, apenas 108 atuaram de fato.

De forma complementar, entrevistamos as três atuais multiplicadoras do programa, que são as responsáveis pela formação do tutor, dão suporte e acompanham todos os passos dos tutores no sistema de informação e na plataforma Moodle, e estão vinculadas a setores ligados a tecnologia, formação continuada, financiamento e gestão democrática. Suas respostas serão analisadas separadamente, mas poderão ratificar ou retificar opiniões dos tutores, por se tratar de tutores diferenciados.

Segundo Vergara (2007), as entrevistas podem ser individuais ou coletivas. Optamos pelas individuais para que uma entrevistada não influencie as outras e para garantir as individualidades nas análises posteriores. A entrevista será semiaberta, porque possibilita inserção, exclusão, mudança ou esclarecimento sobre as questões ao entrevistado, respeitando os 3 eixos de pesquisa.

O questionário está dividido em seis blocos:

I – Perfil do Entrevistado. Com o objetivo de saber informações que identifique o tutor e sua experiência;

II – Aspectos Técnicos (EaD e as Novas Tecnologias). Com o objetivo de analisar a relação do tutor com a metodologia e as ferramentas SIFE e Moodle;

III – Aspectos Pedagógicos (A Formação do Tutor e o Conteúdo dos Módulos). Para entender as dificuldades do tutor com o conteúdo e com sua formação;

IV – Aspectos Políticos (A Relação com a Chefia e com o Público Alvo). Visa investigar as dificuldades do tutor para conseguir apoio na sua secretaria e estimular a participação do público-alvo no curso e, posteriormente, nas decisões de sua comunidade.

V – Suporte à Tutoria. Verificar a hipótese de que a bolsa e os suportes – multiplicadores e especialistas – podem amenizar as dificuldades dos tutores;

VI – As Dificuldades da Tutoria. Avaliação do Programa. São questões abertas para que o tutor explique as principais dificuldades encontradas para a execução do programa em seu município e os motivos que o mantêm no programa, ou, no caso do ex-tutor, os motivos que causaram o seu desligamento do programa.

A proposta de questionário segue em apêndice. O roteiro da entrevista foi adaptado do questionário e tem a mesma quantidade de blocos e questões convergentes para que sejam alinhadas a análise das respostas dos tutores.

O Capítulo 1 apresenta o programa, sua etapa de implementação nacional, indicadores, dados específicos de Rondônia, o surgimento e evolução da educação a distância no Brasil e no mundo, o financiamento da educação e o processo de descentralização da educação, a realidade do programa, o funcionamento e atribuições da rede de tutoria, o material de estudo, o ambiente virtual de aprendizagem, detalhes sobre a clientela e as evidências sobre o problema estudado.

No Capítulo 2 nos aprofundamos na discussão teórica sobre a origem da tutoria no Brasil e no mundo, o papel e as dificuldades do tutor sob a ótica de diversos autores e as peculiaridades do tutor do Formação pela Escola na missão de orientar servidores para o melhor uso dos recursos públicos e promover a participação e controle social. Neste capítulo também será feita uma comparação com outros modelos de tutorias e a análise das respostas coletadas em questionários e entrevistas para tutores e multiplicadores, respectivamente.

No Capítulo 3 apresentamos sugestões para minimizar as dificuldades da Rede de Tutoria. Foi elaborado o Plano de Ação Educacional (PAE), direcionando ações para os três entes federativos: União, estados e municípios. São sugestões visando minimizar as dificuldades técnicas, pedagógicas e políticas discutidas no Capítulo 2.

## **1 FORMAÇÃO PELA ESCOLA: O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E A EAD**

O Formação pela Escola é um programa de formação continuada que surgiu em um período em que aconteciam, simultaneamente, a expansão do processo de descentralização de recursos federais e autonomia financeira das escolas e municípios; e a regulamentação e expansão de cursos a distância com a proposta de construir uma grande rede de tutoria interligada para ofertar formação a uma ampla gama de sujeitos das políticas educacionais - gestores, professores, técnicos e membros da comunidade. O foco da formação perpassa os processos de captação e repasse dos recursos, bem como as regras para o uso e prestação de contas.

Segundo Castro (2013):

O Formação pela Escola se estruturou dentro de uma metodologia de educação a distância que, ao mesmo tempo em que é capaz de atender à demanda de formação em larga escala capacitando parceiros e cidadãos para o exercício do controle social e o acompanhamento dos recursos da educação em todo o país, prevê atendimento pedagógico personalizado a esse público diversificado. (CASTRO, 2013, p. 98)

A chegada da internet ao Brasil, no início da década de 1990, a instalação da Universidade Aberta de Brasília, em 1992, a criação da SEED, em 1996, a criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), em 1997, a regulamentação da EaD e a instalação da Universidade Aberta do Brasil, em 2005 – todos foram marcos importantes para a implementação nacional do Formação pela Escola.

Este capítulo traz, na seção 1.1, o panorama do financiamento da educação até o início do processo de descentralização dos recursos públicos na década de 1990; na seção 1.2, o panorama histórico da EaD no Brasil e no mundo, enfatizando o período que precede a chegada da Internet e da Universidade Aberta ao Brasil, fatores que propiciaram a EaD no formato atual; na seção 1.3 apresentamos a origem do programa em sua fase piloto e implementação nacional; na seção 1.3.1, veremos como é formada a rede de tutoria e suas atribuições; na sequência, nas seções 1.3.2 e 1.3.3, respectivamente, apresentaremos as atribuições específicas do tutor do programa (o professor), o material de estudo (o livro), o público-alvo (o aluno), o

ambiente virtual de aprendizagem (a sala de aula) e o Sistema de Informação (a secretaria). O item 1.3.4 apresenta informações sobre bolsas, um incentivo que ameniza as dificuldades dos tutores. Os itens 1.4 e 1.4.1 apresentam o panorama do programa em Rondônia e uma síntese das hipóteses e evidências para o caso estudado.

## **1.1 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO**

Esta seção trata do histórico do Financiamento da Educação e do período de descentralização de recursos públicos, na década de 1990, em meio a políticas neoliberais e de autonomia na gestão municipal e nas instituições de ensino com a chegada de recursos como o PDDE, em 1995, e o Fundef, em 1996. Trata-se de um cenário fértil para a promoção da democracia participativa e criação do programa Formação pela Escola.

Segundo Dourado (2006), o financiamento da educação pelo Estado brasileiro acontece desde o século XVI, quando, em 1551, o Rei de Portugal confiou aos jesuítas o Colégio dos Meninos do Brasil, na Bahia, que ofertava aulas gratuitas. Em 1758, com a expulsão dos jesuítas, a educação se manteve por meio da renda de fazendeiros, com recurso oriundo de trabalho escravo e venda de gado. De 1772 a 1834, foi criado um “Subsídio literário” – arrecadado com a venda de carne nos açougues e de cachaça nos alambiques para a oferta de Aulas Régias<sup>5</sup> para crianças e adolescentes.

Mais de um século depois, o FNDE, o maior dos fundos, foi criado em novembro de 1968, com a missão de prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuíssem para uma educação de qualidade para todos. Para dar conta de sua missão, o FNDE canaliza os recursos financeiros para programas e ações educacionais que seguem as diretrizes do MEC, visando garantir educação de qualidade com acesso a todos. Nesse contexto, o órgão conta com recursos provenientes do Tesouro Nacional, sendo sua maior fonte a

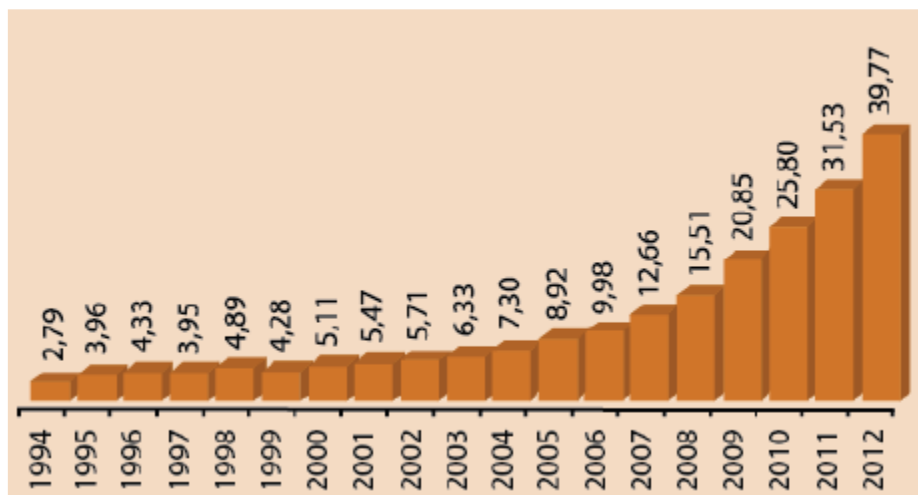
---

<sup>5</sup> Correspondente à atual educação básica.



receita de arrecadação da contribuição social do salário-educação. O orçamento da autarquia teve um aumento significativo nos últimos anos.

Gráfico 1: Evolução Orçamentária do FNDE, em Bilhões (R\$)



Fonte: PRETI, PAZ E LINO (2013, p. 85)

Como mostra o Gráfico 1, de 2006 a 2010, esse orçamento passou de R\$ 9,98 bilhões para R\$ 25,8 bilhões. Em 2011, foi da ordem de R\$ 31,53 bilhões. Já em 2012, o orçamento atingiu R\$ 39,77 bi, um aumento de quase 300% em relação a 2006, o ano de início do atendimento da demanda do FPE. (PRETI, PAZ E LINO, 2013).

Dentre os principais programas e ações do FNDE, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são dois dos recursos mais importantes que as escolas precisam administrar. O PDDE teve início em 1995, com o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). A partir da Medida Provisória (MP) nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, o PMDE passou a ser denominado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Com a publicação da Lei nº 11.497, de 16 de junho de 2009, o PDDE passou a atender também ao Ensino Médio e à Educação Infantil, visto que, até o exercício de 2008, atendia apenas ao Ensino Fundamental. Os recursos do PDDE são transferidos automaticamente para escolas públicas da educação básica e escolas privadas de educação especial ou similares, mantidas por entidades sem fins lucrativos (PRETI, PAZ E LINO, 2013).

De caráter complementar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), iniciado em 1955, transfere recursos financeiros para os estados e municípios para compra de gêneros alimentícios, de forma a garantir a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creche e pré-escola) e da educação básica (Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos), inclusive para indígenas e quilombolas. Estados e municípios devem complementar a verba recebida, de modo que o montante do recurso seja o suficiente para aquisição da alimentação escolar que atenda às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola (PRETI, PAZ E LINO, 2013).

A CF de 1988, o marco da transição do autoritarismo para a democracia, garante em seu texto que o percentual de investimento da União para a educação passaria de 13% para 18%. Em 1996 foi criada a LDB, outro documento democrático. Neste mesmo ano, a Emenda Constitucional nº 14 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), pela Lei nº 9.424/96 (DOURADO, 2006).

Segundo Preti, Paz e Lino (2013), o FUNDEF era constituído por recurso oriundo de impostos e transferências<sup>6</sup>. Os recursos eram distribuídos de maneira automática e equânime entre o governo estadual e seus municípios com base no número de matrículas no Ensino Fundamental público. Sua vigência foi até 2006, quando foi substituído e em seu lugar passou a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado, inicialmente, pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006. Em 20 de junho de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.494, que o regulamentou. Essa mudança de nomenclatura significou uma ampliação do seu objetivo e do seu público-alvo. O FUNDEB tem como objetivo específico financiar todas as etapas da educação básica pública, isto é, a educação infantil (creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 5), e os Ensinos Fundamental e Médio, em

---

<sup>6</sup> O FUNDEF era constituído por 15% dos principais impostos e transferências (Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação dos Municípios, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), IPI – em proporção às exportações e Desoneração de Exportações – Lei Complementar nº 87/96).

suas diversas modalidades: educação de jovens e adultos, educação indígena, educação quilombola, educação profissional, educação do campo e educação especial (destinada a portadores de deficiências). Foram criados 27 fundos, um para cada estado e o Distrito Federal.

Para receber os recursos do FUNDEB, os entes federados não precisam de qualquer tipo de solicitação, nem elaborar plano de trabalho ou celebrar convênio, pois os recursos dos fundos são repassados automaticamente para contas únicas. Cada fundo é uma conta corrente única e específica, onde são depositados os recursos financeiros destinados ao FUNDEB e registradas as despesas referentes aos investimentos efetuados na educação básica. O FUNDEB foi criado com prazo de validade, de 14 anos, que vence dia 31 de dezembro de 2020 (PRETI, PAZ E LINO, 2013).

No início da década de 1990, as estatísticas educacionais mundiais apontavam o Brasil nas últimas colocações quando comparado com países vizinhos da América Latina (Argentina, Chile, México, Colômbia, Costa Rica), em questões como: taxas altas de analfabetismo, índices alarmantes de evasão, repetência e crianças fora da escola.

Nesse período, o Brasil implementa políticas educacionais neoliberais<sup>7</sup> instruídas pelo Banco Mundial<sup>8</sup>, incentivando a privatização da Educação Básica e Superior, definindo padrões de eficiência nos sistemas de ensino e na gestão dos recursos destinados à educação. As escolas passaram a ofertar seus serviços seguindo o modelo das empresas privadas, com controle e avaliação da qualidade dos serviços prestados. As reformas educacionais foram iniciadas em diversos países da Europa na década de 1980 e, aqui no Brasil, na década seguinte. Algumas palavras passaram a simbolizar essas políticas: descentralização, autonomia, gestão democrática, participação, qualidade, qualificação, valorização do magistério, competência, equidade etc (PRETI, PAZ E LINO, 2006).

---

<sup>7</sup> O neoliberalismo, essa nova versão do liberalismo, é a favor da não intervenção do Estado no campo da economia, dando liberdade à iniciativa privada para cuidar dos serviços sociais. As políticas públicas sociais, então, passaram a ser formuladas com base em duas palavras de ordem: redução (dos gastos públicos) e privatização (PRETI, PAZ E LINO, 2006, p. 32).

<sup>8</sup> O Banco Mundial criado em 1944, após a Segunda Guerra Mundial, é o maior provedor de créditos para países em desenvolvimento, com graves problemas sociais. Por emprestar dinheiro, sente-se no direito de intervir e participar de decisões sobre políticas sociais e, de maneira especial, de formular as políticas educacionais, na América Latina (PRETI, PAZ E LINO, 2006, p. 37)

A Constituição Federal (CF) de 1988 reconheceu os municípios como um ente federado autônomo e isso desencadeou, na década de 90, a descentralização de responsabilidades e recursos financeiros. União, estados e municípios se tornaram entes autônomos na gestão financeira. Os municípios criaram sua Lei Orgânica e passaram a receber recursos da União principalmente para gerir serviços de saúde e de educação fundamental. Sucessivamente, a descentralização também chegou às escolas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira, nº 9394 de 1996 em seu art. 75, § 3º, reza que “a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerando o número de alunos que efetivamente frequentam a escola” (BRASIL, 1996b). O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) criado em 1995, antes da LDB foi considerado um exemplo de apoio positivo às instituições de ensino, visto que estas não dispunham deste recurso (OLIVEIRA, 2014). Nesse contexto, o FPE surge como um manual de instruções para o uso correto e a prestação de contas desses recursos, utilizando a tecnologia e a metodologia dos cursos on-line, podendo atingir todos os 5.570 municípios do país.

Segundo Parente e Luck (1998), estabeleceu-se um novo cenário, embasado na expectativa de construção de uma democracia participativa, necessária para a retomada do desenvolvimento econômico e social. Participar da vida política não se limitava apenas a cumprir seu dever eleitoral, mas participar ativamente das decisões da sua comunidade, da sua cidade ou do seu país. A Lei Orgânica do município e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola são considerados os seus certificados de autonomia.

Para Preti, Paz e Lino (2006), as importantes alterações apresentadas pelos dados estatísticos educacionais (o Ensino Médio expandiu as matrículas em 37%; crescimento de 35% de alunos que concluíram o Ensino Fundamental; em 2003, 97,2% das crianças entre 7 e 14 anos estavam matriculadas no Ensino Fundamental; e a queda da taxa de analfabetismo) na última década podem ser percebidas como consequência da proposta de descentralização e o consequente processo de municipalização da educação.

Os municípios começaram a ganhar certa autonomia pedagógica e financeira no campo da educação. A escola sofreu

modificações em sua organização pedagógica e administrativa, dentre as quais: a introdução da gestão democrática e de conselhos escolares (envolvendo a participação da comunidade), a elaboração do próprio projeto político-pedagógico, a adequação do currículo e do calendário escolar às necessidades específicas da localidade. (PRETI, PAZ E LINO, 2006, p. 38)

No início do século XXI, alguns dados negativos colocaram em dúvida a eficiência da reforma neoliberal: i) o aumento do número de vagas na oferta da Educação Básica não acompanhou a qualidade nos serviços da educação; ii) a Prova Brasil apontou, entre 1995 e 2001, queda nos níveis de aprendizado, no desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, com disparidades entre regiões e estados e, também, entre alunos de origens sociais diferentes; iii) a descentralização não se realizou de maneira completa. As decisões mais importantes costumam ser tomadas no âmbito federal, são centralizadas, cabendo aos municípios e às unidades escolares apenas a execução de propostas curriculares, programas e ações. No município, muitas vezes, há uma centralização administrativa (nas mãos do prefeito) que impede a participação e o controle social organizado por parte da comunidade, dos munícipes; iv) a falta de valorização do professor ainda está presente na sociedade brasileira. Existe um longo caminho a percorrer para que realmente o profissional da educação seja valorizado e possa realizar seu trabalho em melhores condições, com infraestrutura adequada e salários condizentes com sua formação e com a importância social de sua ação educativa; v) os recursos financeiros ainda são insuficientes para atender à quantidade e à qualidade de uma educação voltada para a formação de cidadãos.

O recebimento de recursos financeiros trouxe mudanças significativas para as escolas e para a gestão delas porque intensificou a necessidade de novas aprendizagens. Também trouxe a possibilidade de realização de ações que, sem tais recursos, não podiam ser realizadas anteriormente. Apesar de serem subordinadas às regras dos sistemas de ensino e à legislação federal, as escolas públicas têm autonomia para construir seus projetos educacionais e seu regulamento interno (OLIVEIRA, 2014).

A chegada do recurso direto na escola desencadeou a sensação de democracia participativa, visto que a comunidade escolar passou a gerir esse

recurso. Em um país tão burocrático, fez-se necessário não só apenas entregar-lhe os recursos, mas também orientar sobre o seu uso e sua prestação de contas. O Formação pela Escola passa a ser uma estratégia contínua para resolver este problema. Mas é a EaD que possibilita, neste cenário, que o Formação pela Escola seja mais abrangente e dinâmico.

## 1.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

A denominação EaD deve-se ao fato de essa modalidade superar a distância física entre o aluno e o professor. Ela acontece por meio de diferentes mídias: impressa, rádio, televisão, telefone, fax, computador, Internet etc (PARANÁ, 2010).

A modalidade EaD é desafiadora aos tutores, sobretudo aqueles do FPE dos municípios de menor porte, e é uma hipótese do nosso caso de gestão – requer habilidades técnicas dos tutores. Litwin (2001 apud MACHADO E MACHADO, 2004) afirma que o tutor se encontra diante de uma tarefa desafiadora e complexa. Machado e Teruya (2009, p. 1727) ratificam essa ideia:

A EaD é complexa, visto que não demanda apenas mensurar a quantidade de alunos que atinge ou mesmo a quantidade de interação que se tem, mas implica em uma reflexão, em seus parâmetros pedagógicos, sobre suas intencionalidades, já que poderão servir tanto ao ajustamento quanto a emancipação social (MACHADO E TERUYA, 2009, p. 1727)

É a mesma opinião de Tijiboy *et al* (2009, p. 3): “Na educação a distância, a tarefa do professor torna-se ainda mais complexa, surgindo a necessidade de outros parceiros nesse processo de ensino e aprendizagem”.

Segundo Gomes (2009), a EaD é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Maia e Meirelles (2002) trazem em seus estudos que o Institute for Distance Education, da Índia, propõe três modelos de EAD:

i) Salas de Aulas Distribuídas - Esse modelo estrutura-se a partir de tecnologias capazes de levar conhecimentos a pontos diferentes no mundo. A instituição responsável pelo treinamento controla o andamento e o local onde deverá ser realizado o treinamento. As aulas envolvem comunicação síncrona: instrutores e estudantes combinam local e horário para se encontrarem, uma vez por semana. As instituições são capazes de atender um pequeno número de alunos em cada local.

ii) Aprendizado Independente - Nesse modelo os alunos podem fazer o curso independente do local onde estão e não têm que se adequar a escalas fixas de horário. Os estudantes recebem vários materiais de estudo, incluindo um programa do curso. A instituição coloca à disposição do aluno um monitor ou tutor que o acompanhará, fornecendo respostas e avaliando seus exercícios. A interação entre o monitor e o estudante é viabilizada através das seguintes tecnologias: telefone, fax, chats, correio eletrônico e correio tradicional. Não há aulas. Os alunos estudam de forma independente, seguindo fielmente o programa de curso. Os alunos podem interagir com o tutor e, em alguns casos, com outros estudantes. O curso é apresentado em forma de material impresso, CD-ROM, ou fitas de vídeo.

iii) Estudo aberto + Aulas - Este modelo envolve a utilização de material impresso e outras mídias, tais como fitas de vídeo cassete ou disquetes de computador, que possibilitem ao aluno estudar no seu próprio local. Outras tecnologias que envolvam os alunos também poderão ser utilizadas. Os alunos se reúnem periodicamente em grupos, em locais específicos, para receber apoio instrucional. Nas aulas discutem-se os conteúdos, esclarecem-se conceitos, realizam-se trabalhos em grupos, experiências em laboratórios, simulações e outros exercícios relacionados com a aprendizagem. (MAIA E MEIRELLES, 2002, p. 3-4)

Em seus estudos, Reis (2000) destaca 3 modelos de tutoria:

i) Semipresencial: modelo adotado pela UNED. Os estudantes contam com um serviço de tutoria totalmente a distância, onde diferentes meios de comunicação são acionados. Tanto podem optar por enviar os exercícios realizados através de materiais previamente elaborados por correio como também contam com assessoria por telefone. Além disso, podem participar de sessões semanais de atendimento presencial, onde grupos pequenos de alunos discutem a matéria com o professor. As tutorias não são obrigatórias.

ii) Bimodal: modelo adotado pela Universidade Aberta da Catalunha, Espanha. Além da tutoria virtual, a instituição oferece, a cada semestre, sessões de tutoria presencial. A primeira é obrigatória. Os estudantes são apresentados ao seu tutor que o acompanha durante toda a carreira. Além de

valorizarem o conhecimento presencial, acreditam que este momento é importante para conhecer o perfil de aluno e orientá-lo na eleição das disciplinas. No início do curso, oferecem também um sábado de oficinas para promover a interação dos alunos. Próximo ao período de provas há outro encontro presencial para que os alunos possam tirar as dúvidas dos conteúdos. Participam tutores e professores das matérias e a presença dos alunos é opcional. Segundo os alunos que entrevistamos, a participação é maior no início do curso e, à medida que se sentem mais confiantes na matéria, deixam de participar.

iii) Virtual: modelo adotado na Universidade Virtual de Monterrey no México. Todo o sistema de tutoria é realizado através do campo virtual, portanto, as mediações tecnológicas interferem e agregam valor às interações comunicativas. Eventualmente, os alunos podem se comunicar por telefone, porém, esse tipo de interação, segundo os tutores que entrevistamos, raramente acontece. O uso do computador está muito introjetado na cultura local e, como a maioria dos alunos da Universidade Virtual integra o corpo docente ou administrativo da instituição, está muito habituada ao uso dessa ferramenta. (REIS, 2000, p. 3-4)

Nas duas classificações de modelos de tutoria, vimos que se diferem pelo grau de autonomia do aluno, relação do tutor com o conteúdo e pela quantidade de encontros presenciais.

O desenho do programa FPE aproxima-se do item “estudo aberto + aulas” do modelo indiano; e dos itens “Bimodal” e “Semipresencial” do estudo apresentado por Reis (2000). Deve-se considerar que os cursos do FPE são bimestrais com carga horária presencial e a distância definidas, com plantões de atendimento previamente organizados pelos tutores.

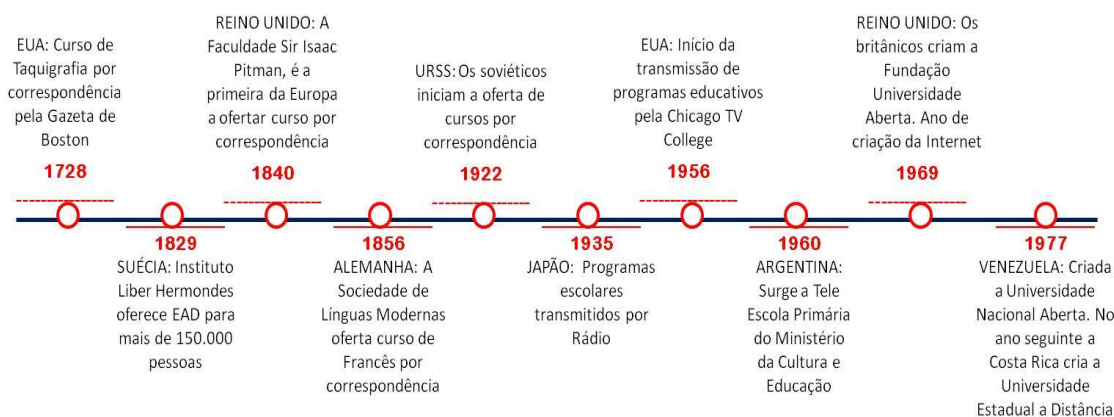
Para França (2017), a evolução da EaD apresenta três fases distintas: (i) a fase dos cursos por correspondência; (ii) a fase do rádio e da televisão; e (iii) a fase da internet e dos computadores. Apesar do nosso objeto de estudo estar inserido na terceira fase, listaremos os marcos históricos da EaD no Brasil e no mundo desde a fase inicial.

De acordo com Batista (2016), a EaD surgiu nos Estados Unidos ainda no século XVIII. Em março de 1728, foi anunciado um curso por correspondência pela Gazeta de Boston; um século depois, em 1829, foi inaugurado o Instituto Liber Hermondes (na Suécia), o que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos através da Educação a Distância.



Figura 1: Linha do Tempo do Histórico da EaD no mundo até a chegada da Universidade Aberta

### EAD NO MUNDO



Fonte: Elaboração própria, com base em BATISTA (2016)

A Figura 1 mostra a evolução da EaD até a chegada do modelo de Universidade Aberta na Venezuela, o primeiro país da América do Sul a implantá-la. Mundialmente, no século XIX predominava a oferta de cursos a distância por correspondência. No século XX, no ano de 1935, surge a EaD via rádio no Japão (no Brasil ocorreu em 1923); no ano de 1956 surge o ensino via TV (no Brasil ocorreu em 1974) e, com o advento da Internet e da primeira Universidade Aberta no Reino Unido em 1969 (no Brasil acontece em 1992, restrito a Brasília), surgem os primeiros passos para as atuais aulas on-line, interativas, com fóruns, chats e múltiplas ferramentas tecnológicas para computadores, *tablets* e celulares.

No Brasil, a Educação a Distância tem seus registros a partir do século XX. Em 1904 foi publicado, na edição de classificados, o primeiro anúncio de curso de datilografia por correspondência no Jornal do Brasil. No ano de 1923 foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, grupo liderado por Henrique Morize e Edgar Roquette Pinto. Essa rádio oferecia cursos da Associação Brasileira de Educação a Distância de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia (BATISTA, 2006). De acordo com registros de Batista, o uso do rádio na EaD apresenta-se no Brasil antes do resto do mundo. Apesar do não reconhecimento internacional

pelo atraso na patente<sup>9</sup>, há registros da imprensa da época de que o brasileiro Padre Roberto Landell de Moura foi o pioneiro na realização de testes exitosos com equipamentos de rádio no mundo, no final do século XIX.

Em 1939, surge o Instituto Monitor na cidade de São Paulo, considerada a primeira escola de EaD no Brasil. Em 1941 foi criado o Instituto Universal Brasileiro, fundado por um ex-sócio do Instituto. No ano de 1947 nasceu a nova Universidade do Ar, que foi patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. A TV Ceará foi pioneira na Educação a Distância televisiva ao criar, em 1974, o Instituto Padre Reus, com material impresso, audiovisual e monitores para cursos de 5ª a 8ª séries – equivalente, atualmente, ao período do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. O Sistema Nacional de Teleducação foi lançado em 1976, sendo oferecidos cursos por meio de material instrucional. Em 1978, o Telecurso 2º Grau foi criado em parceria entre a Fundação Padre Anchieta e Fundação Roberto Marinho (BATISTA, 2016). Quatro décadas depois, este modelo de EaD persiste no Brasil. Em Minas Gerais, especificamente, ele é executado como projeto Telessala, de acordo com a Resolução estadual N° 2.957, de 20 de abril de 2016.

Segundo Pires (2017), a EaD na educação superior surgiu, ainda apenas como uma ideia, na Universidade de Brasília (UnB) no ano de 1979, mas só se populariza na década de 1990, com a expansão da Internet. No ano de 1992, foi criada a Universidade Aberta de Brasília (SOUZA E SILVA, 2011, p. 67). A preocupação com a organização da EaD surge, entretanto, com a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED), a partir do Decreto 1.917, de 27 de maio de 1996. De acordo com o decreto, compete à SEED:

- I - planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política de educação à distância;
- II - articular-se com os demais órgãos do Ministério, as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, as redes de telecomunicações públicas e privadas, e com as associações de classe para o aperfeiçoamento do processo de educação à distância;

---

<sup>9</sup> Patente é o título concedido pelo Estado que confere ao seu titular o direito exclusivo de exploração da invenção que foi seu objeto (LOUREIRO, 1999 apud ZALTRÃO, 2016, p. 11).

III - planejar, coordenar e supervisionar a execução de programas de capacitação, orientação e apoio a professores na área de educação à distância;

IV - apoiar a adoção de tecnologias educacionais e pedagógicas que auxiliem a aprendizagem no sistema de educação à distância;

V - promover estudos para identificação das necessidades educacionais, visando o desenvolvimento da produção e disseminação de programas de educação à distância;

VI - planejar, implementar e avaliar programas de educação à distância nos Estados, Municípios e no Distrito Federal, em articulação com as Secretarias de Educação das Unidades da Federação e com a rede de telecomunicações;

VII - promover cooperação técnica e financeira entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais para o desenvolvimento de programas de educação à distância;

VIII - otimizar a infra-estrutura tecnológica dos meios de comunicação, visando a melhoria do ensino. (BRASIL, 1996a)

Em 2005, a Presidência da República cria o Decreto 5.622, de 19 de dezembro, que regulamenta a Educação a Distância no Brasil alterando o Art. 80 da LDB. Em seu Art. 2º, especifica que:

a educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto (contemplará a situação de cidadãos que: estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial; sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento; se encontram no exterior, por qualquer motivo; vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial; compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou estejam em situação de cárcere);

II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) técnicos, de nível médio; e

b) tecnológicos, de nível superior;

V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) sequenciais;

b) de graduação;

c) de especialização;

d) de mestrado; e

e) de doutorado. (BRASIL, 2005)

Esse decreto foi revogado pelo Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017. As principais alterações foram: a criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade a distância sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial. A LDB autorizava o uso da EaD em situações especiais na educação básica, bem como na educação profissional, técnica e superior.

Na década de 1990, destacaram-se três iniciativas do MEC para formação de professores em EaD: os programas de formação continuada *Um Salto para o Futuro* (1991) e *TV Escola* (1996), além da primeira experiência de formação inicial de professores do ensino básico feita a distância no Brasil, a licenciatura de Pedagogia desenvolvida no estado de Mato Grosso (Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª série do 1º grau)<sup>10</sup>.

Embora seja apresentada como novidade pela SEED/MEC, a TV Escola se baseia e amplia a proposta e a estrutura básica do Programa Um Salto para o Futuro, criado pela TVE do Rio de Janeiro no início da década de 90. Os objetivos do Programa Um Salto para o Futuro, como os da TV Escola, referem-se à formação continuada (isto é, de cunho permanente e em serviço) de professores do ensino fundamental. O programa foi iniciado em 1992 e era baseado na difusão televisual diária e ao vivo com uma comunicadora e dois especialistas que apresentavam o assunto do dia e respondiam às questões dos telespectadores. (BELLONI, 2002, p.127)

A proposta da Universidade Federal do Mato Grosso, em parceria com o governo estadual e dos municípios, merece destaque por seu caráter duplamente inovador: inova na proposta curricular, totalmente voltada para as séries iniciais do Ensino Fundamental e não para a formação do especialista em Pedagogia; e na metodologia, baseada em técnicas de educação a distância, combinadas com atividades presenciais e um sistema descentralizado de acompanhamento do estudante (BELLONI, 2002).

Na primeira década dos anos 2000, o governo federal criou programas como o “Proletramento”, que serve como atualização de conteúdos para professores que lecionam do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, e o “Mídias na Educação”, visando proporcionar formação continuada para o uso

---

<sup>10</sup> A experiência do Mato Grosso (iniciada em 1995) conseguiu titular sua primeira turma de 300 alunos, em 1999.

pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso. Em 2005 foi criada a Universidade Aberta do Brasil, 28 anos após a Venezuela e 13 anos após a chegada da Universidade Aberta a Brasília. Para Pires (2017), a UAB, constituída por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância, funciona como resultado da articulação entre União, estados e municípios. Assim como na Europa, a chegada da Universidade Aberta aliada à internet abriu as possibilidades para implementação da EaD moderna.

Também em 2005, começou o planejamento da fase piloto do Formação pela Escola. É neste cenário de EaD regulamentada e em expansão que surge o programa codirigido pela SEED/MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A política do FNDE<sup>11</sup> aponta que, além de destinar recursos para programas educacionais, é necessário também formar as pessoas para que possam gerir corretamente esses recursos, acompanhar e fiscalizar sua aplicação (PRETI, 2006).

Os recursos financeiros da maioria das ações da SEED eram provenientes do FNDE. Ela foi extinta prematuramente em janeiro de 2011, mas seus programas foram alocados em outras secretarias e o Formação pela Escola passou a ser gerenciado apenas pelo FNDE.

### **1.3 O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA**

O Formação pela Escola foi oficializado por meio da Resolução nº 12, de 25 de abril de 2008, do Ministério da Educação (MEC), que estabeleceu os critérios para sua implementação e execução nacional. Antes disso, no período

---

<sup>11</sup> O FNDE é uma autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, vinculada ao MEC e tem por finalidade legal captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, alimentação escolar e bolsas de estudo, inclusive, observadas as diretrizes do planejamento nacional da educação (CASTRO, 2013, p.26).

de 2005 a 2007, aconteceu a fase piloto com a participação de apenas seis estados: Rondônia, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Piauí e Ceará.

A Portaria/FNDE nº 270, de 25 de outubro de 2004, instituiu o Grupo de Trabalho de Educação a Distância, a fim de responder pela definição de políticas e ações – em nível municipal, distrital e estadual – para capacitação de servidores, técnicos e conselheiros das áreas de educação e de alimentação escolar. Em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), desenvolveram o FPE, com o objetivo de efetivar a formação continuada a distância dos parceiros da autarquia. Assim, no ano de 2005<sup>12</sup> aconteceu o planejamento, as primeiras reuniões que definiram o formato do programa e a formação dos coordenadores e da rede de tutoria dos seis estados participantes.

Em sua fase piloto (entre 2006 e 2007) aconteceu a execução do programa em sete municípios por estado. Foram criadas 240 turmas, perfazendo um total de 8.484 matrículas e 3.962 alunos atendidos<sup>13</sup>, em 49 municípios do país (CASTRO, 2013, p. 40).

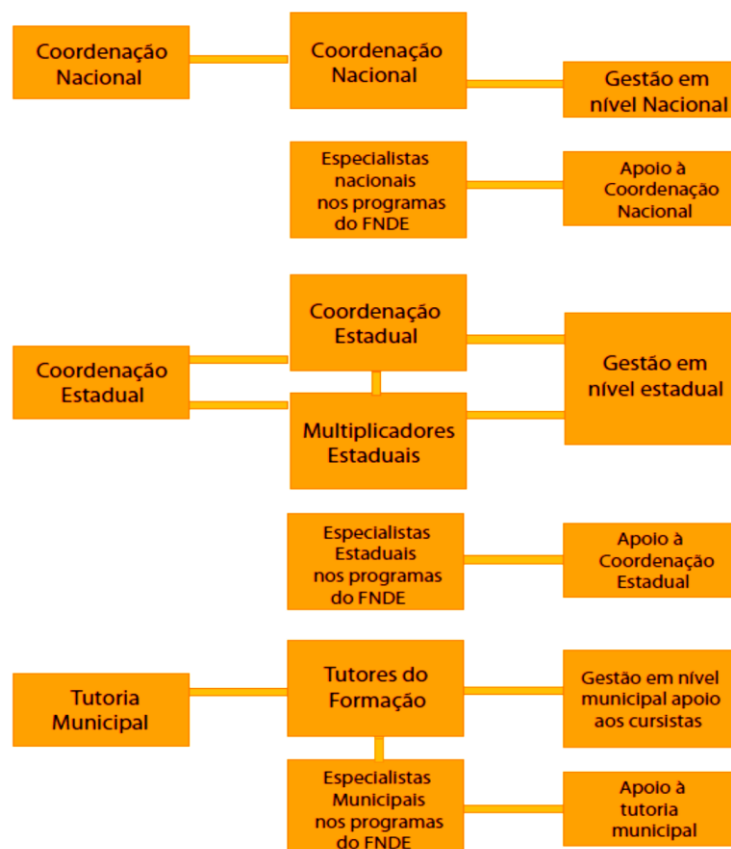
Sobre o desenho do programa, a Figura 2 mostra a estrutura organizacional do Formação pela Escola, que funciona colaborativamente em uma rede formada pelos três entes federados.

---

<sup>12</sup> A 1ª Reunião Técnica aconteceu dias 26 e 27 de setembro de 2005 em Fortaleza, com as equipes estaduais e especialistas nacionais, para analisar o desenho do programa e encaminhar para implementação. A 2ª Reunião Técnica aconteceu com os representantes estaduais e municipais, dias 23 a 25 de novembro de 2005, em Goiânia, para preparar os envolvidos na gestão e na ocasião aconteceu o encontro presencial dos tutores (sete por estado) para execução do programa na fase piloto.

<sup>13</sup> A diferença entre o número de matrículas e alunos atendidos acontece porque o mesmo aluno pode ter mais que uma matrícula. Ele pode ter uma matrícula por bimestre, em cursos diferentes.

Figura 2: Estrutura Organizacional do programa Formação pela Escola



Fonte: CASTRO, 2013, p. 39.

Ao observar a Figura 2, é possível compreender a estrutura organizacional do programa em suas três instâncias: federal, estadual e municipal. A coordenação estadual do Formação pela Escola conta com o suporte de especialistas nacionais dos programas do FNDE, sendo esses técnicos que trabalham diretamente com o programa e colaboram com os estados. Os multiplicadores (estaduais) permanecem em contato direto com os especialistas estaduais dos programas do FNDE, de modo que podem ser assessorados quanto às suas dúvidas em procedimentos e conteúdos. Esses multiplicadores estabelecem as relações com os municípios, por meio dos tutores municipais. São eles que capacitam os tutores, fazem o trabalho de supervisão da escola virtual e passam todas as informações a coordenação estadual, o diretor virtual.

O tutor de cada município também conta com o apoio de um especialista, que é um técnico da rede municipal que deve auxiliar nos encontros presenciais, atualizando informações e tirando dúvidas específicas sobre o seu programa. O

especialista é responsável por acompanhar e orientar a execução dos variados recursos do FNDE nas escolas e é um amenizador das dificuldades da tutoria.

A parceria entre governo federal e estado é permanente desde 2008, quando o programa foi oficializado e passou a ter todos os estados e DF como membros<sup>14</sup>. O estado tem autonomia para promover mudança na coordenação estadual, pausar ou dissolver sua equipe. Já os municípios não têm um coordenador: a cada eleição municipal, o prefeito eleito precisa assinar um Termo de Compromisso e informar sua intenção de adesão ou permanência no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec). A coordenação estadual é intermediária nesta ação.

A Resolução do FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, traz o Termo de Compromisso que deve ser assinado pelo prefeito com as instruções para implementar o programa na sua localidade:

Nestes termos, o município, em contrapartida, se responsabiliza em garantir as condições necessárias para implementação do citado programa, conforme descrição abaixo:

- a) Estruturar no município mecanismos para realização do Formação pela Escola;
  - b) indicar, conforme perfil especificado pela Coordenação Nacional do Programa, 3 (três) candidatos para a função de Tutor a ser selecionado pela Coordenação Estadual;
  - c) garantir ao tutor selecionado a participação efetiva no Curso de Tutoria oferecido no âmbito do Programa, pela Coordenação Estadual, particularmente em sua fase presencial, responsabilizando-se pelo transporte do mesmo;
  - d) propiciar as condições necessárias, devidamente explicitadas na Resolução, ao desenvolvimento das atividades de tutoria, responsável pela articulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa no município, assegurando que tal atuação seja executada em conformidade com as diretrizes e objetivos do Programa;
  - e) assegurar ao tutor a liberação parcial de sua carga horária de trabalho (pelo menos 10 horas semanais), para que o mesmo se dedique à execução do Programa;
  - f) assegurar a permanência em pelo menos 2 dois anos do tutor capacitado no programa, com assinatura de termo de compromisso;
  - g) Inserir no PAR do Município a demanda pelo Programa Formação pela Escola; e
  - h) declarar estar ciente dos termos da Resolução do Programa.
- (BRASIL, 2012)

---

<sup>14</sup> O Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância de 2007 tem um dos poucos registros desta fase de transição entre o projeto piloto e a fase de implementação nacional. Registra a formação de novos tutores para a fase nacional (INSTITUTO MONITOR, 2007).



O gestor municipal que não adere ao programa impede que informações sobre gestão e prestação de recursos públicos cheguem a sua comunidade. A dificuldade para que os estados promovam um atendimento proporcional ao tamanho da sua população/demanda pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1: Número de matrículas por Estado de 2006 a 2014<sup>15</sup>

ordem	ESTADOS	população	MATRÍCULAS EFETUADAS / ANO										posição
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	
1	São Paulo	44846530	0	0	8.236	1.696	5.597	10.131	9.078	10.501	7.798	53037	5
2	Minas Gerais	21024678	0	0	2.175	646	2.457	1.955	985	383	1.235	9836	24
3	Rio de Janeiro	16690709	556	349	3.558	1.422	2.638	7.843	6.124	6.156	5.107	33753	13
4	Bahia	15276566	0	0	6.004	1.845	2.210	10.817	14.236	10.088	36.578	81778	2
5	Rio Grande do Sul	11286500	332	663	1.667	1	4.298	6.969	12.872	11.720	10.811	49333	8
6	Paraná	11242720	0	0	4.073	4.319	8.238	29.052	50.024	39.776	32.879	168361	1
7	Pernambuco	9410336	0	0	322	1	4.234	9.302	7.316	6.565	7.109	34849	12
8	Ceará	8980879	1.149	657	2.415	1.641	5.534	11.050	6.814	2.515	1.190	32965	14
9	Pará	8272724	0	3	120	345	1.338	840	992	1.618	7.324	12580	23
10	Maranhão	6954036	0	0	1.446	112	3.661	10.224	7.012	4.010	8.790	35255	11
11	Santa Catarina	6910553	0	0	2.296	1.878	6.960	12.695	9.487	4.146	3.853	41315	10
12	Goiás	6695855	776	129	2.738	3.123	4.504	17.593	20.298	17.295	10.641	77097	3
13	Paraíba	4001667	0	0	518	2	3.658	13.276	14.445	10.189	12.591	54679	4
14	Amazonas	3999415	0	0	937	240	1.242	4.415	5.302	4.940	3.141	20217	20
15	Espírito Santo	3973697	0	0	438	1	7.558	17.704	12.909	5.288	5.740	49638	7
16	Rio Grande do Norte	3474998	0	0	645	76	2.153	9.965	13.319	9.829	8.691	44678	9
17	Alagoas	3358963	8	0	1.567	1.778	4.511	14.029	8.885	10.088	10.960	51826	6
18	Mato Grosso	3305531	0	0	1.799	801	1.958	7.393	7.971	5.218	7.418	32558	15
19	Piauí	3212180	489	1.115	862	1.806	1.413	4.468	3.267	3.499	6.076	22995	18
20	Distrito Federal	2977216	0	0	0	3	102	6	65	235	125	536	27
21	Mato Grosso do Sul	2682386	13	0	773	735	1.881	4.253	3.536	2.959	5.497	19647	21
22	Sergipe	2265779	2	0	1.153	2.210	2.633	6.940	3.549	5.494	7.469	29450	16
23	Rondônia	1787279	972	720	1.137	251	2.093	4.310	3.844	4.225	6.107	23659	17
24	Tocantins	1523902	0	0	758	513	739	4.906	4.210	3.345	5.030	19501	22
25	Acre	816687	0	0	383	312	842	5.904	5.334	3.317	4.176	20268	19
26	Amapá	782295	0	4	78	151	486	1.206	1.757	1.065	461	5208	26
27	Roraima	514229	0	0	926	388	1.576	2.259	1.392	349	571	7461	25
TOTAL MATRÍCULAS - ANO			4297	3640	47024	26296	84514	229505	235023	184813	217368	1032480	
ESTADOS PARTICIPANTES - ANO			6	6	25	22	27	26	27	27	27	27	

Fonte: Elaboração própria com base em Estimativa da população 2016, IBGE; e Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE).

A Tabela 1 mostra que apenas o Amapá, 26º colocado em população, obteve a mesma colocação no atendimento de sua demanda. São Paulo, o maior estado da federação, aparece em 5º em atendimento, enquanto o Paraná, o 6º em número de habitantes, é o 1º em atendimento. O Distrito Federal, sede do MEC e do FNDE, apresenta números do seu descompasso com a causa nacional. Minas Gerais e Rio de Janeiro também estão em posições inadequadas, enquanto Alagoas, o 17º em número de habitantes, é o 6º em

<sup>15</sup> Não foram encontrados dados oficiais dos estados referente aos anos 2015 e 2016.

atendimento. Rondônia conseguiu se manter entre os 20 mais atuantes, com maior dificuldade em 2009, mesmo ano que RS, PB, PE e ES pausaram seu atendimento e os dados nacionais obtiveram a maior queda – 40% –; porém, de 2010 para 2011 houve a maior taxa de crescimento: 172%. Os anos de 2006 e 2007 apresentam dados apenas dos 6 estados selecionados pela coordenação nacional para realizarem o projeto piloto.

Vale destacar ainda que na fase piloto, quando a meta era a mesma para todos os 6 estados, Ceará, Rondônia e Piauí, nesta ordem, realizaram, respectivamente, 1806, 1692 e 1604 matrículas, atingindo os melhores desempenhos e garantindo o êxito desta fase do programa.

### **1.3.1 A Rede de Tutoria do Formação pela Escola e suas competências**

O termo “rede” é apresentado por Castro (2013) como teia ou fios entrelaçados que unem todos os estados e municípios, com um ponto central na coordenação nacional em Brasília. A “rede” também é a rede de computadores que interliga todas as unidades da federação. Analogamente, a rede de tutoria é o conjunto de tutores interligados. No caso do FPE, os tutores e multiplicadores são ligados pela rede de computadores. Apesar de o termo “tutor” ser utilizado pela primeira vez em um documento legal no ano de 2002, no Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância (PIRES, 2017, p. 47), a função de tutor na EaD ganhou destaque e passou a ser objeto de estudos e pesquisas a partir do início das atividades desenvolvidas na UAB, criada pelo MEC em 2005 (FRANÇA, 2017). A legislação da UAB define que o tutor deve:

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;

- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações. (FRANÇA, 2017, p. 60)

Segundo Neder, Paz e Lino (2006), o papel do tutor, em geral, consiste em:

acompanhar o aluno durante todo seu processo de aprendizagem, sobretudo em termos de estimulá-lo e motivá-lo permanentemente, buscando contribuir também para o desenvolvimento da capacidade de organização do estudo, das atividades de aprendizagem e de autoaprendizagem. (NEDER, PAZ E LINO, 2006, p. 36)

No entanto, o tutor do Formação pela Escola surge com atribuições distintas das elencadas para o tutor da UAB. De acordo com o §6º da Resolução nº 12, de 25 de abril de 2008, do FNDE, compete ao tutor do Formação pela Escola:

- I - organizar, em articulação com a prefeitura e a unidade da federação, os encontros presenciais do curso, indicando a localidade e infra-estruturas adequadas à realização dos eventos;
- II - promover e divulgar o Programa, destacando seus objetivos, critérios de participação período de inscrição;
- III - orientar os cursistas sobre os procedimentos da pré-matrícula e da matrícula;
- IV - comunicar, aos inscritos no curso, a confirmação da matrícula e informar o local e horário da realização de encontros presenciais;
- V - elaborar plano de acompanhamento pedagógico dos cursistas;
- VI - apresentar cronograma de execução do curso;
- VII - receber e distribuir o material impresso;
- VIII - conhecer e socializar informações sobre a natureza, o funcionamento e a metodologia do curso;
- IX - acompanhar técnica e pedagogicamente o processo de formação dos cursistas;
- X - solicitar apoio técnico e pedagógico à Equipe Gestora Estadual ou Distrital do Formação pela Escola, sempre que necessário;

XI - promover a socialização e o debate de experiências em relação aos cursos, reforçando sempre a autonomia dos cursistas na busca de soluções criativas e pertinentes a sua realidade;

XII - receber e avaliar as atividades, dentro do prazo definido no cronograma de execução do curso, lançando os resultados no Sife-Web;

XIII - avaliar o processo de formação dos cursistas, apresentando observações sobre os diversos níveis do Programa;

XIV - selecionar os trabalhos finais mais significativos dos cursistas para serem encaminhados à Equipe Gestora Estadual ou Distrital do Formação pela Escola para divulgação ampla; e

XV - participar da gestão do Programa, apresentando dificuldades, problemas e possíveis soluções. (BRASIL, 2008)

Em 2009, com o início do pagamento de bolsas aos tutores do Formação pela Escola, suas atribuições foram acrescidas em mais quatro itens, de acordo com a Resolução nº 47, de 31 de agosto de 2009, do FNDE:

p) informar alterações cadastrais e eventuais mudanças nas condições que lhe garantiram inscrição e permanência no curso de formação;

q) coletar os dados cadastrais dos cursistas sob sua orientação bem como informar alterações em tais dados, repassando as informações à Secretaria de Educação ou ao gestor local do Programa;

r) acompanhar as atividades presenciais e a distância dos cursistas sob sua orientação;

t) elaborar e enviar para a coordenação estadual do Formação pela Escola os documentos de acompanhamento das atividades dos cursistas sob sua orientação, sempre que solicitado. (BRASIL, 2009)

Assim, observamos que o tutor do FPE tem que saber gerir política nacional no plano local. Seu papel vai além do pedagógico: é ele quem deve divulgar, selecionar, matricular, lecionar, estimular, resgatar, avaliar e certificar os cursistas. Cada turma tem em média 60 dias de curso, período em que o tutor pode atender de 30 a 120 cursistas, em uma, duas ou três turmas. Cada turma deve ter no mínimo 30 e no máximo 40 inscritos (BRASIL, 2012). Este é um ponto que caracteriza uma das dificuldades da tutoria. Como os cursos são reabertos a cada dois meses e o atendimento acontece ininterruptamente desde 2006. Cabe ao tutor, a partir da sua disponibilidade e demanda, informar a coordenação estadual se realizará suas atividades no bimestre.

No FPE, visando atender um público específico, a rede de tutoria é formada por tutores indicados pelo prefeito ou gestor municipal de educação. Nos municípios de maior porte populacional, dependendo da demanda pode ser instituído um tutor estadual que trabalhará em parceria com o tutor municipal. Porto Velho, a capital do estado, tem mais que um tutor municipal e estadual.

Os tutores indicados são capacitados pelos multiplicadores para ofertar os módulos em seus respectivos municípios. A cada ano, as coordenações estaduais buscam ampliar a rede de tutoria para atender sua demanda e realizam a formação de novos tutores para o programa. Para isso, contata os municípios que ainda não fazem parte da rede, ou que por algum motivo deixaram de fazer parte, para solicitar a indicação de um profissional com o seguinte perfil: ser estatutário, ter conhecimento básico de informática, ter nível superior na área de educação e ter disponibilidade de pelo menos 10 horas semanais para atender ao programa, dentro de sua carga horária geral. Como cada tutor a mais representa o pagamento de mais uma bolsa, essa expansão depende do aval da coordenação nacional (BRASIL, 2012).

O módulo de tutoria para os novos tutores prevê um momento de encontro presencial sob a responsabilidade dos multiplicadores e da coordenação estadual, com material de formação disponibilizado pela coordenação nacional. São cerca de 32 horas presenciais e 28 a distância, experimentando e se apropriando das funcionalidades da plataforma Moodle e do sistema SIFE, com orientações sobre sua função e sobre cada módulo do programa. O tutor deve cursar ainda o módulo de Competências Básicas. Após a conclusão destes dois primeiros módulos, o tutor estará apto a começar seu trabalho na sua localidade. Os demais módulos não são obrigatórios de início e o tutor pode cursá-los na medida em que houver demanda para sua oferta no município (CASTRO, 2013).

Quadro 1: O módulo de tutoria

Unidades	Tópicos	Objetivos
Unidade I	<ul style="list-style-type: none"> <li>– O FNDE e o Formação pela Escola</li> <li>1.1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)               <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.1. Direcionamentos estratégicos</li> <li>1.1.2. Linhas de atuação</li> </ul> </li> <li>1.2. O Formação pela Escola               <ul style="list-style-type: none"> <li>1.2.1. Proposta pedagógica</li> <li>1.2.2. Breve histórico do Formação pela Escola</li> </ul> </li> </ul>	Apresentar o programa.

	1.2.3. Estrutura curricular	
Unidade II	<p>– A Educação na Sociedade do Conhecimento</p> <p>2.1. A sociedade do conhecimento</p> <p>2.1.1. O mundo globalizado</p> <p>2.1.2. As novas tecnologias</p> <p>2.2. A educação na sociedade do conhecimento</p> <p>2.2.1. Fundamentos da Educação</p> <p>2.2.1. Fundamentos da Educação e as principais teorias da aprendizagem</p> <p>2.3. Educação a distância: conceito e características</p> <p>2.3.1. Conceitos</p> <p>2.3.2. Características</p> <p>2.3.3. A sala de aula on-line</p> <p>2.3.4. A teoria da distância transacional e suas implicações na EaD</p> <p>2.3.5. O design instrucional</p> <p>2.3.6. A comunicação em processos de EaD mediada por computadores</p> <p>2.3.7. As interações</p>	Relacionar Educação no Mundo e a EaD
Unidade III	<p>– A tutoria na Rede do Formação pela Escola</p> <p>3.1. A tutoria na Rede do Formação pela Escola</p> <p>3.1.1. A qualidade das interações em rede</p> <p>3.1.2. A rede do Formação pela Escola</p> <p>3.1.3. Os diferentes estilos de tutoria</p> <p>3.1.4. A tutoria nos cursos do Formação pela Escola</p> <p>3.1.5. Desafios da tutoria em cursos on-line</p> <p>3.1.6. Tutor do Formação: ampliando suas possibilidades de atuação</p>	Mostrar as especificidades da Rede de Tutoria do FPE.
Unidade IV	<p>– Ferramentas do AVA: descobrindo seu potencial de interação</p> <p>4.1. Conhecendo o ambiente virtual de aprendizagem (AVA)</p> <p>4.2. As diversas ferramentas do AVA e seu potencial de interação</p> <p>4.3. Os ambientes de aprendizagem Moodle e e-FNDE</p> <p>4.4. Conhecendo o Sife</p>	Mostrar a sala de aula virtual e a secretaria.
Unidade V	<p>– Avaliação no Formação pela Escola</p> <p>5.1. Pensando sobre o ato de avaliar</p> <p>5.2. Avaliação diagnóstica e formativa</p> <p>5.3. A avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem</p> <p>5.4. Avaliação da aprendizagem no Formação pela Escola</p> <p>5.4.1. A avaliação da aprendizagem pelo tutor</p> <p>5.4.2. A autoavaliação</p> <p>5.5. Avaliação dos cursos no Formação pela Escola</p> <p>5.6. Avaliação de processo no Formação pela Escola</p>	Discutir avaliação e o modelo do programa.
Unidade VI	<p>– O dia a dia do tutor no Formação pela Escola</p> <p>6.1. Organizando seu dia a dia</p> <p>6.1.1. Divulgação do Formação pela Escola</p> <p>6.1.2. Secretaria (Sife) – antes do início do curso</p> <p>6.1.3. Sala de aula on-line (AVA) – antes do início do curso</p> <p>6.1.4. Encontro presencial inicial</p> <p>6.1.5. Sala de aula on-line (AVA) – durante a realização do curso</p> <p>6.1.6. Encontro presencial final</p> <p>6.1.7. Sala de aula on-line (AVA) – ao finalizar o curso</p>	Apresentar a rotina do tutor; suas atribuições.

Fonte: Elaboração própria, com base em Castro, 2013

O Quadro 1 apresenta as seis unidades do curso de formação de tutores. O multiplicador, durante o encontro presencial, explica cada unidade e realiza as

atividades disponibilizadas na sala de aula virtual de pelo menos três unidades, ficando o restante para ser respondida posteriormente, no período a distância. O tutor tem um prazo de 30 a 45 dias (dentro de 2 meses) para concluir o módulo de tutoria e, concomitantemente, o módulo de competências básicas.

A formação do tutor deve subsidiá-lo técnica, pedagógica e politicamente, de maneira que ele possa executar todas as suas atribuições.

### 1.3.2 Módulos e Público-alvo

Durante a fase piloto, as coordenações estaduais e tutores municipais recebiam material impresso (folders e cadernos de estudo) para a divulgação do programa e facilitação das discussões em grupo nos encontros presenciais. Passada essa etapa, o programa se expandiu, o material foi substituído por arquivos digitais e o curso passou a disponibilizá-los na plataforma de estudo, restrita aos cursistas e demais atores do curso (NEDER, PAZ & LINO, 2006).

O Formação pela Escola é composto atualmente pelos seguintes módulos: (i) Competências básicas (CB), (ii) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), (iii) Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), (iv) Programas do Livro (PLI), (v) Programa Nacional Da Alimentação Escolar PNAE, (vi) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), (vii) Controle Social (CS), (viii) Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e (ix) Censo Escolar da Educação Básica. Cada curso possui carga horária entre 40 e 60h, com previsão de 8 horas para encontros presenciais, com datas definidas pela tutoria. Sua conclusão não pode exceder o prazo de dois meses e o tutor ainda precisa agendar plantões de atendimento e informar previamente aos cursistas.

Quadro 2: Módulos do programa Formação pela Escola

MÓDULO	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA
TUTORIA PARA A REDE DO FORMAÇÃO PELA ESCOLA	Fornece informações sobre o processo de tutoria em cursos a distância no âmbito do Programa Formação pela Escola.	60h
INTRODUTÓRIO / COMPETÊNCIAS BÁSICAS	Disponibiliza informações sobre as políticas públicas executadas pelo governo federal na	60h

	área da educação, o financiamento e o papel do FNDE no apoio e na efetivação dessas políticas.	
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	Apresenta o PDDE como um instrumento de transferência de recursos às escolas públicas de educação básica, visando fortalecer os princípios democráticos e a gestão participativa.	60h
PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Engloba questões relacionadas à política pública e ao histórico da alimentação escolar no Brasil, ao papel do nutricionista e às responsabilidades em relação à conservação dos alimentos. Aborda, ainda, a questão da agricultura familiar e as etapas da prestação de contas, sem deixar de mencionar o importante papel do controle social.	60h
PROGRAMA NACIONAL DO TRANSPORTE ESCOLAR	Abrange temáticas relacionadas à implementação dos programas relacionados ao transporte do escolar, ao repasse de recursos financeiros e suas respectivas prestações de contas.	40h
PROGRAMAS DO LIVRO	Estimula os processos cooperativos de operacionalização dos Programas do Livro, favorece a valorização, o uso crítico, a conservação e a devolução dos livros didáticos, contribuindo para o fortalecimento da gestão da escola pública.	40h
FUNDEB	Traz a concepção do Fundo como uma política pública de financiamento da educação capaz de promover a equalização na distribuição de recursos, reduzir as desigualdades, contribuir para a universalização da educação e valorizar os profissionais da educação.	60h
CONTROLE SOCIAL	Orienta o exercício da cidadania e atuação do cidadão como conselheiro para o uso adequado dos recursos públicos da educação no Brasil.	40h
SIOPE	Apresenta este sistema eletrônico, que promove a coleta, o processamento, a disseminação e o acesso público às informações referentes aos investimentos públicos em educação.	60h
CENSO ESCOLAR	Capacita profissionais da educação, conselheiros e cidadãos para o correto preenchimento, acompanhamento e controle social das informações do Censo Escolar da Educação Básica.	60h

Fonte: Catálogo de cursos do programa, disponível em: <http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/123-formacao-pela-escola?> (BRASIL, s/d)

O CB é um módulo introdutório, que todos os cursistas devem fazer. O módulo PDDE se destaca porque se refere ao principal recurso que as escolas recebem direto do governo federal, enquanto o módulo Controle Social enfatiza o direito de se acompanhar e participar da gestão participativa. Dessa forma, o módulo Controle Social oferece subsídios para a criação e fortalecimento de conselhos, grêmios e associações. Nesse contexto, Maia (2016) argumenta que os espaços dialógicos (como os conselhos) funcionam como mecanismo de controle social de políticas públicas que fomentam de forma organizada a



fiscalização, o controle e o monitoramento das ações propostas, assim como promove a interlocução do governo com a sociedade civil, fortalecendo a autonomia dessas esferas administrativas.

O Formação pela Escola é aberto a todos os interessados na gestão dos recursos públicos federais destinados às escolas: do secretário de educação à merendeira, todos podem se inscrever. O Art. 3º da Resolução nº 12/2008 do FNDE define que o público alvo cursista do Formação pela Escola é:

constituído por cidadãos que exerçam funções de execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e o controle social de recursos orçamentários alocados nos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE, tais como profissionais de ensino, no âmbito da escola pública, técnicos e gestores públicos municipais, estaduais e distritais que atuam no segmento da Educação Básica, membros das comunidades escolar e local e participantes das diversas formas de organização social. (BRASIL, 2008)

É com vistas a esse controle social dos recursos públicos que o programa FPE ganha representatividade, na medida em que busca empoderar gestores e comunidade escolar para a participação democrática na gestão dos recursos públicos.

O conteúdo deve ser adequado ao seu público heterogêneo e o nível de dificuldade das questões avaliativas do programa, neste caso, podem gerar uma maior dificuldade pedagógica e política ao tutor, visto que ele não consegue estudar todos os módulos antes de ofertá-los, e cursistas podem desistir se sentirem incapazes de realizar as atividades do módulo.

### **1.3.3 A Sala de Aula Virtual e a Secretaria Virtual do Formação pela Escola**

O espaço da sala de aula na educação a distância é diferente daquele da educação presencial. O chamado Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) permite que o processo de ensino e aprendizagem ocorra em tempos e lugares diversos, em que professor e aluno estão distantes fisicamente. É onde interagem tutores e cursistas e, diferente dos cursos presenciais, com acesso

irrestrito a coordenação estadual e nacional para monitoramento e apoio (PIRES, 2006).

O Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle) é um ambiente virtual de aprendizagem que utiliza as ferramentas de comunicação, informação, gestão e avaliação, incluindo vídeos. Nesse ambiente colaborativo de aprendizagem, são exploradas as características de hipertextualidade e interatividade, organizadas e contextualizadas a partir da metodologia de resolução de problemas (NEDER, PAZ & LINO, 2006).

Já o Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE) é uma ferramenta de gerenciamento e gestão de dados para inserir cadastros, abrir e finalizar turmas, avaliar cursistas, gerenciar pagamentos de bolsistas, gerar relatórios, certificados e outras funcionalidades administrativas para execução do programa. Ele é aberto para todos os participantes do programa. As coordenações estaduais e nacionais podem acompanhar a estatística de matrículas, aprovados e dados de usuários e bolsistas. Os tutores devem inserir novos usuários/cursistas, matricular, avaliar e certificar. O cursista usa o SIFE para realizar sua autoavaliação e baixar os seus certificados no formato de arquivo pdf (NEDER, PAZ & LINO, 2006).

O tutor do Formação pela Escola precisa operar, concomitantemente, essas duas ferramentas: a sala de aula virtual, na plataforma Moodle, e o Sistema de Informação do Formação pela Escola, pois eles têm funções complementares. O tutor precisa acompanhar todos os passos do cursista no Moodle para poder avaliá-lo corretamente no Sife. O Moodle informa notas parciais. Algumas notas são geradas automaticamente, quando o cursista responde questões objetivas, mas quem define a nota final, considerando a nota da atividade final, é o tutor.

A atividade final é subjetiva, obrigatória e pode ser realizada em grupos de até três pessoas. O caderno de atividades do módulo de Competências Básicas traz a seguinte atividade final:

Não importa se você participa direta ou indiretamente dos programas do FNDE (na gestão, no monitoramento, na assessoria ou no conselho)<sup>16</sup>. Como trabalho conclusivo, você

---

<sup>16</sup> O texto destacado mostra que o FNDE considera que a participação pode ser direta ou indireta e acontecer de quatro maneiras: gestão, monitoramento, assessoria e controle.

deve identificar um problema educacional em sua comunidade e fazer uma análise crítica, contextualizando-o e propondo possíveis caminhos para solucioná-lo. (PRETI, s/d, p. 13)

No Moodle, o tutor pode enviar mensagens individuais ou para toda a turma, interagir nos fóruns, acompanhar os acessos e as atividades realizadas pelos cursistas diariamente. Após a correção das atividades subjetivas, ele transcreve as notas do Moodle para o SIFE para que a turma seja finalizada e gerada a sua bolsa e os certificados dos alunos.

O uso do Moodle e do SIFE requer habilidades técnicas e pedagógicas dos tutores.

#### **1.3.4 Bolsas**

Segundo Preti, Paz e Lino (2013), o FNDE efetua pagamento de bolsas e auxílios a pessoas físicas e também faz transferências diretas regidas por leis específicas com o objetivo de apoiar os cidadãos engajados na contínua melhoria de suas qualificações. As bolsas são pagas a professores no âmbito de programas de formação inicial e continuada, como: Escola da Terra; Escola de Gestores; E-tec Brasil; Formação pela Escola; Formação de Tutores; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação (Renafor); e Saberes Indígenas na Escola.

O auxílio de avaliação educacional é a atribuição monetária dada a uma pessoa que participe, eventualmente, de processo de avaliação educacional de instituições, cursos, projetos ou desempenho de estudantes, conforme o art. 1º da Lei nº 11.507/2007. Por se tratar de atividade-meio, o pagamento desse auxílio não possui metas próprias e corre à conta do orçamento anual consignado ao FNDE, no grupo “Outras Despesas Correntes” (PRETI, PAZ E LINO, 2013).

O Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) é o sistema específico (<http://sgb.fnde.gov.br/sistema/informacoes/index>) que acompanha as várias fases do pagamento de bolsas feito pelo FNDE. O SGB permite escolha da agência do Banco do Brasil em que o bolsista deseja receber o recurso, de

acordo com a localidade de moradia, compara cada CPF inserido com a base de dados da Receita Federal, aumentando a segurança do cadastramento de bolsistas e permite o acesso a gestores locais dos programas (em universidades, municípios, estados e no DF) para assegurar o pagamento das bolsas, o controle e a transparência na gestão dos cursos (PRETI, PAZ E LINO, 2013).

Os tutores do Formação pela Escola recebem bolsas desde 2009, de acordo com a Resolução Nº 47, de 31 de agosto. As bolsas são de R\$ 700, 900 e 1.000, respectivamente, para uma, duas ou três turmas, vinculadas a finalização das turmas no Sistema SIFE, com índice de aprovação maior ou igual a 70%, pagas por bimestre. Índices de aprovação a partir de 50% e inferior a 70% precisam ter justificativa da coordenação estadual para ser aprovada a bolsa do tutor.

A Lei Nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, conhecida como a “Lei de Bolsas”, traz em seu Art. 1º que:

Ficam o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, autorizados a conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica desenvolvidos pelo Ministério da Educação, inclusive na modalidade a distância. (BRASIL, 2006)

As bolsas são um incentivo à tutoria, visto que a maioria não trabalha exclusivamente com o programa. No segundo semestre de 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff, o governo federal cortou as bolsas e apenas menos de 25% dos tutores continuaram exercendo suas funções de tutoria sem remuneração. O pagamento foi reestabelecido no início de 2017.

#### **1.4 A REALIDADE DO PROGRAMA EM RONDÔNIA**

O estado de Rondônia, criado em 1981 pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro, possui 52 municípios e sua capital tem pouco mais de 500 mil habitantes, de acordo com a Estimativa 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE). A taxa de analfabetismo estadual é inferior a 8%, menor que as taxas do Brasil e da região Norte – 9,63% e 11,2%, respectivamente. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,690, de acordo com o Censo de 2010. Este valor é próximo aos índices da Região Norte e Brasil, respectivamente, 0,683 e 0,699.

Segundo Santos (2001), trata-se de um estado que recebeu migrantes de todas as regiões do país. Sua população teve ciclos de expansão distintos desde o século XVIII, com a descoberta de ouro nas cabeceiras do Rio Guaporé, atraindo bandeirantes paulistas e paraenses para a região que hoje é Rondônia. No fim deste mesmo século, foi a vez da coleta de cacau atrair moradores para as margens do Rio Madeira e afluentes em busca do produto para a produção do chocolate, que, nesta época, alcançara na Europa a mesma importância do chá e do café. No século XIX, a exploração da borracha extrapola o território brasileiro, chegando à Bolívia, no rico vale do Rio Beni. Este fato histórico provocou um conflito entre Brasil, Bolívia e Peru, que gerou, em 1903, o Tratado de Petrópolis, resultando na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a incorporação do Acre, que era território boliviano. A instalação das Linhas Telegráficas ligando o Mato Grosso ao Amazonas pela comitiva de Marechal Cândido Rondon, no início do século XX, estimulou expedições antropológicas como a de Roquete Pinto em 1912. A trilha da comissão Rondon demarcou a rota da BR 29, que hoje é chamada de BR 364, a principal via de entrada do estado. Em 1943 foi criado o Território Federal do Guaporé, desmembrando terras do Mato Grosso e do Amazonas. Em 1956, em homenagem a Rondon, passou a ser chamado de Território Federal de Rondônia. Na década de 1940, sob influência da Segunda Grande Guerra Mundial, houve um novo ciclo da borracha e a descoberta de cassiterita. Em 1958 o estado exportava 18 toneladas do mineral. A produção subiu para 49t em 1960, 678t em 1970 e 2.794t em 1972.

Em 1970, surge o Programa de Integração Nacional (PIN), visando estender a malha rodoviária e implantar projetos de colonização oficiais. Com a pavimentação da BR 364, o povoamento se intensificou, principalmente ao longo da rodovia, onde hoje se destacam as cidades de Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji Paraná, Cacoal e Vilhena. Também foram importantes para o desenvolvimento demográfico e econômico a construção da Usina Hidrelétrica

de Samuel, em 1982, no município de Candeias do Jamari, e, recentemente, as usinas de Santo Antônio e Jirau, ambas no Rio Madeira; elas já geram energia também para o Acre, região sul e sudeste (BIOTERRA, 2013; SANTOS, 2007, p.110).

O município de Porto Velho (atual capital estadual) nasceu a partir de núcleos populacionais que se formaram em torno das instalações da Ferrovia Madeira Mamoré. A cidade foi fundada em 4 de julho de 1907, paralela à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em 2 de outubro de 1914, Porto Velho foi elevada à categoria de Município do Estado do Amazonas, através da Lei nº 757 sancionada pelo então governador, Jonathas Pedrosa, fato ocorrido dois anos após a conclusão da ferrovia. Em 1943 transformou-se na capital do Território Federal do Guaporé. A mudança de denominação do Território Federal do Guaporé ocorrida em 17 de fevereiro de 1956 para Território Federal de Rondônia não alterou o status de Porto Velho, que foi mantida como a capital do Estado de Rondônia na ocasião de sua criação em 1981 (PORTO VELHO, 2015).

Segundo Albuquerque e Freitas (2016), os registros acerca das origens da história da educação institucionalizada no atual Estado de Rondônia nos levam ao ano de 1913, quando foi aberta a primeira escola no Alto Madeira quando ainda pertencia ao Estado do Amazonas. No século XVI já se registrava nessa região a presença de colonos luso-brasileiros e dos brasileiros no século XIX; contudo, não houve nenhum registro de espaço escolar formal neste século. A segunda escola foi aberta em Porto Velho, pertencente ao estado do Amazonas no ano de 1915. Esta escola colocava meninos e meninas utilizando o mesmo espaço, fora dos padrões da época. Em 1922 foi fundada a Escola Dom Bosco, que, em 1927, passa a se chamar Colégio Dom Bosco, onde até 1987 só estudavam meninos. Em 1931, em Porto Velho, a Escola Nossa Senhora Auxiliadora, construção idealizada pelos padres salesianos João Nicoletti e Antônio Peixoto, foi aberta apenas para meninas. Com o intuito de formar professores de maneira que existissem profissionais melhores habilitados para atuar na Educação, foi criado, em 1952, na Escola Normal Carmela Dutra, o curso Pedagógico com habilitação de Magistério de nível médio. O crescimento da população em Rondônia de 1970 até 1980 foi superior a 442,14%, levando o poder público a expandir o setor educacional. Disciplinas como a Matemática da

Educação Básica em Rondônia continuaram sendo exercidas majoritariamente por professores leigos até início da década de 2000, quando foi criado, em parceria do governos estadual e municipal com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), o Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos de Rondônia (PROHACAP), atendendo exigência da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação nº 9394/96 – que, no seu artigo 62, preceitua a necessidade do curso superior para o exercício do magistério.

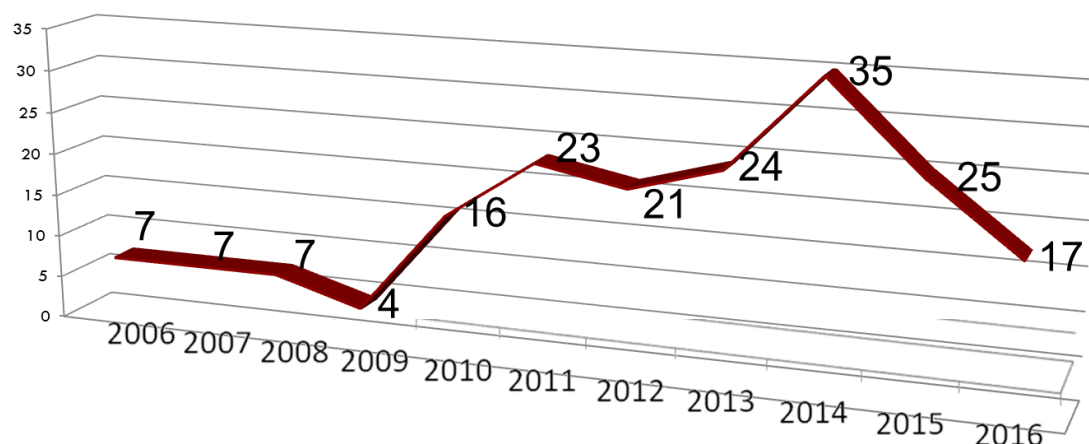
Em 1997 começa a funcionar em Rondônia o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) da SEDUC, oficializado através da Portaria nº 247/GAB/SEDUC, que entrou em vigor na data de 25 de março de 1998, com efeito retroativo a 19 de maio de 1997, pelo fato do núcleo tecnológico estar desempenhando a respectiva função desde então (FILHO, 2011, p.33). Surge o cenário adequado para uma nova modalidade de ensino no estado, com o uso das tecnologias, incentivando a formação continuada e a educação a distância. O NTE tornou-se o espaço adequado para abrigar o Formação pela Escola.

Em 2005, o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) de Rondônia, localizado em Porto Velho, foi contatado pela SEED/MEC sobre a implementação da fase piloto do programa e propondo a parceria com o estado para se tornar membro do grupo de seis estados escolhidos para participar desta etapa.

O NTE torna-se o primeiro pólo do Formação pela Escola no estado de Rondônia. No mesmo ano a coordenação nacional começou a formar atores do processo, que constituiriam uma grande rede de formação continuada que funciona há mais de uma década. Cada estado selecionou seis municípios, mais a capital. Em Rondônia, atendendo as orientações da coordenação nacional, os escolhidos foram: dois de pequeno porte (Itapuã e Nova Mamoré), dois de médio porte (Guajará Mirim e Jaru) e dois de grande porte (Ariquemes e Ji Paraná), além da capital, Porto Velho, o sétimo município.

O Gráfico 2 mostra a quantidade de municípios atendidos pelo programa a cada ano.

Gráfico 2: Municípios atendidos em Rondônia de 2006 a 2016



Fonte: Elaboração própria de acordo com relatórios do Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE).

O Formação pela Escola em Rondônia já formou, até o momento, 119 tutores (somente 19 estão ativos), que ofertaram 916 turmas, resultando em mais de 27 mil matrículas e contemplando, assim, 45 dos 52 municípios do estado. Verifica-se que há uma demanda atendida de forma heterogênea. Enquanto os tutores de Porto Velho atenderam 185 turmas em 10 anos, cinco municípios ainda não formaram turmas e seis municípios atenderam no máximo duas turmas, como observamos na Tabela 2.



Tabela 2: Número de Turmas por Município de 2006 a 2016, Rondônia.

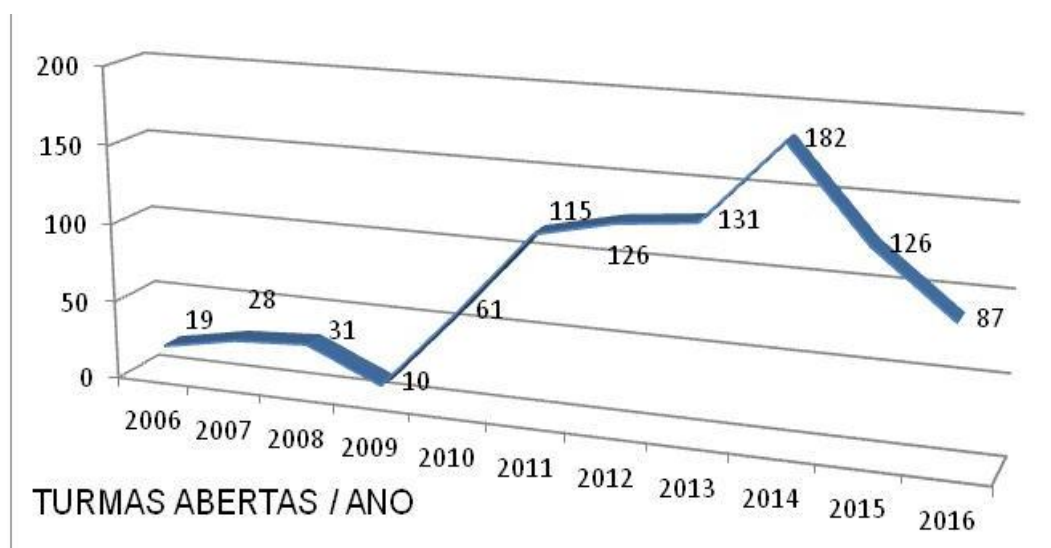
ordem	MUNICÍPIO	população	TURMAS ATENDIDAS													posição
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL		
1	PORTO VELHO	511219	3	7	6	3	8	13	19	23	40	39	24	185	1	
2	JI-PARANÁ	131560	4	3	4			9	8	7	7	6	6	54	3	
3	ARIQUEMES	105896	2	4				3	1		7	3		20	15	
4	VILHENA	99745			4		4	6	3	7	10	3	11	48	5	
5	CACOAL	87877						8	11	7	7	8	7	48	6	
6	ROLIM DE MOURA	56664			4		6	5	8	9	5	8	3	48	4	
7	JARU	55806	3	3	3	1		1			3	6	7	27	11	
8	GUAJARA-MIRIM	47038	2	4		2	3	5	3	3	4	1		27	12	
9	OURO PRETO DO OESTE	39840			5		3	2	5	4	3	5	4	31	9	
10	BURITIS	38450			5	1	1	6	10	9	15	6	4	57	2	
11	MACHADINHO DO OESTE	37899						2					1	3	37	
12	PIMENTA BUENO	37786					2	1	5	7	9	7	4	35	8	
13	ESPIGAO D'OESTE	32712						4		3	4			11	22	
14	NOVA MAMORE	28255	3	3					2					8	25	
15	ALTA FLORESTA DO OESTE	25506						5	7					12	20	
16	CANDEIAS DO JAMARI	24719								3	2			5	31	
17	PRESIDENTE MÊDICI	24466					4	3		3	1			11	23	
18	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	24059				3	10	5	4	3	7	7	3	42	7	
19	CUJUBIM	21720									3	3	1	7	27	
20	NOVA BRASILÂNDIA DO	21670									2			2	40	
21	ALTO PARAISO	20569							5	14	3	5	3	30	10	
22	SÃO FRANCISCO DO	19853					1				3	2		6	29	
23	COLORADO DO OESTE	18639					3	3	1		3	3	1	14	18	
24	CEREJEIRAS	17959												0	46	
25	COSTA MARQUES	17031						1		3	2	1		7	28	
26	ALVORADA DO OESTE	16902					2	9	8	3	4	1		27	13	
27	MONTE NEGRO	16032					3	6	6	2	1			18	17	
28	CAMPO NOVO DE	14354								2	2			4	36	
29	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	13993								5	3			8	26	
30	URUPÁ	13198									3			3	38	
31	SERINGUEIRAS	12617					4		1	4	2	1		12	21	
32	MIRANTE DA SERRA	12308									2	1		3	39	
33	THEOBROMA	11348									4	5	5	14	19	
34	VALE DO ANARI	10999											1	1	44	
35	MINISTRO ANDREAZZA	10786								2				2	41	
36	CHUPINGUAIA	10364									4	1		5	32	
37	NOVO HORIZONTE DO	10161					2	5	4					11	24	
38	ITAPUÁ DO OESTE	10155	2	4										6	30	
39	GOVERNADOR JORGE	9933												0	47	
40	CORUMBIARA	8749												0	48	
41	SANTA LUZIA DO OESTE	8362									3	1	1	5	33	
42	VALE DO PARAÍSO	8138								2	3			5	34	
43	NOVA UNIÃO	7796												0	49	
44	CACAULÂNDIA	6414						4	5	5	5			19	16	
45	CABIXI	6289									4	1		5	35	
46	SÃO FELIPE DO OESTE	6048					5	9	10					24	14	
47	PARECIS	5802								1			1	2	45	
48	TEIXEIROPOLIS	4966									2			2	42	
49	RIO CRESPO	3790												0	50	
50	CASTANHEIRAS	3583												0	51	
51	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	3456										2		2	43	
52	PIMENTEIRAS DO OESTE	2417												0	52	
TOTAL TURMAS - ANO			19	28	31	10	61	115	126	131	182	126	87	916		
MUNICÍPIOS PARTICIPANTES - ANO			7	7	7	4	16	23	21	24	35	25	17	45		

Fonte: Elaboração própria com base na Estimativa da população 2016, IBGE; e Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE).

Na Tabela 2, a primeira e a última coluna relacionam o tamanho da população com o atendimento do programa. Os 52 municípios de Rondônia estão apresentados em ordem decrescente de população para facilitar a visualização do desempenho de cada um de acordo com o seu porte. Apenas o

1º, 9º e o 52º município tiveram desempenho proporcional ao tamanho da sua população; todos os demais aparecem acima ou abaixo do esperado. É o caso de Ariquemes, que é a terceira maior população e está em 15º lugar na lista de atendimento, logo atrás de São Felipe do Oeste, o 46º em número de habitantes. Outro exemplo dessa desproporção é Machadinho, que é o 11º colocado em posição e 37º em atendimento, enquanto Cacaulândia, que é o 44º em número de habitantes, está em 16º na efetividade. Este é um exemplo da dificuldade do programa através da sua rede de tutoria de atingir equilibradamente toda a sua demanda. Enquanto existe uma massa carente de formação, há outra saturada. Também percebemos que 2014 foi o ano com maior adesão ao programa, contando com 35 dos 52 municípios do estado.

Gráfico 3: Número de turmas atendidas em Rondônia de 2006 a 2016



Fonte: Elaboração própria de acordo com relatórios do Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE).

O Gráfico 3 mostra que o crescimento no número de abertura de turmas e oferta do Programa não foi constante ao longo dos anos. Os melhores índices de crescimento aconteceram em 2010, 2011 e 2014. Nos últimos dois anos, o número de turmas caiu 52%, acompanhando a crise política e financeira do país.

Os dados da Tabela 3 mostram a relação entre o número de tutores e a quantidade média de turmas que cada um abre por ano.

Tabela 3: Número de Turmas por Tutor de 2006 a 2016 em Rondônia.

ANO	TURMA / TUTOR DE 2006 A 2016											TOTAL
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
TURMAS	19	28	31	10	61	115	126	131	182	126	87	916
TUTORES	8	9	7	7	20	28	32	35	57	34	24	108
TURMA/TUTOR	2,38	3,11	4,43	1,43	3,05	4,11	3,94	3,74	3,19	3,71	3,63	8,48

Fonte: Elaboração própria de acordo com relatórios do Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE).

A Tabela 3 mostra que em 2008, o ano da implementação nacional, cada tutor em média abriu 4,43 turmas. O total de tutores que atuaram no período não corresponde à soma de tutores por ano, pois vários tutores atuam em mais de um ano. A última coluna mostra que a média de turmas por tutores ao longo dos 10 anos é de 8,48. Dos 108 tutores que finalizaram turmas, apenas 19 estavam vinculados ao programa no início de 2017, o que representa menos que 18%. Até o final de 2016, o programa formou 119 tutores, sendo que 11 deles não abriram uma turma sequer. Geralmente, estes tutores concluem o curso, mas desistem da tarefa, ou não conseguem articular no município e/ou não conseguem demanda. A instabilidade é uma das dificuldades do tutor e está ligada aos aspectos políticos.

Enquanto a Tabela 2 mostra a posição de cada município relacionando a população com o seu atendimento, a Tabela 4 mostra numericamente a realidade do atendimento do Formação pela Escola em Rondônia, os módulos mais ofertados pela clientela do programa em Rondônia, em cada município.

Como o módulo Competências Básicas é obrigatório para o tutor e deve ser o primeiro módulo estudado pelos cursistas, registra 318 turmas abertas (34,7%) do total, o módulo PDDE com 125 turmas abertas (13,6%) e o módulo do controle social com 111 turmas, representa 12,1% do total. Juntos, estes três módulos representam mais de 60% da oferta de cursos do FPE.

Tabela 4: Módulos mais Ofertados<sup>17</sup> em Rondônia de 2006 a 2016

Ordem	Município	população	QUANTIDADE DE TURMAS CONCLUÍDAS POR MÓDULO											TOTAL
			INTRODU TÓRIO	CB	PDDE	PNAE	PNATE	PLI	CONTROLE SOCIAL	FUNDEB	SIOPE	CENSO ESCOLAR		
1	PORTO VELHO	511219	4	86	19	8	9	16	21	14	1	7	185	
2	JI-PARANÁ	131560	4	16	6	5	2	3	12	2	1	3	54	
3	ARIQUEMES	105896	3	6	3	4	1		3				20	
4	VILHENA	99745		19	8	4	1	3	5	4	1	3	48	
5	CACOAL	87877		17	6	5	3	4	8	1	2	2	48	
6	ROLIM DE MOURA	56664		21	8	5	2	3	3	5		1	48	
7	JARU	55806	3	8	4	2	1	2	2	1	2	2	27	
8	GUAJARÁ-MIRIM	47038	3	11	3	2	3	2	1	2			27	
9	OURO PRETO DO OESTE	39840		7	8	2		1	5	3	2	3	31	
10	BURITIS	38450		19	7	5	5	5	7	5	2	2	57	
11	MACHADINHO DO OESTE	37899		3									3	
12	PIMENTA BUENO	37786		12	4	5	2	4	4	3		1	35	
13	ESPIGÃO D'OESTE	32712		3	2	1	1	1	2	1			11	
14	NOVA MAMORÉ	28255	3	1	1	1		1	1				8	
15	ALTA FLORESTA DO OESTE	25506		4	2	1	1	1	2	1			12	
16	CANDEIAS DO JAMARI	24719		2	1				2				5	
17	PRESIDENTE MÉDICI	24466		5	1	1		1	1	2			11	
18	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	24059		14	4	3	4	6	3	4	3	1	42	
19	CUJUBIM	21720		2	1	1		1	1			1	7	
20	NOVA BRASILÂNDIA DO	21670		1					1				2	
21	ALTO PARAÍSO	20569		8	5	2	1	8	2		2	2	30	
22	SÃO FRANCISCO	19853		3	1	1			1				6	
23	COLORADO DO OESTE	18639		3	1	2	1	2	3	2			14	
24	CEREJEIRAS	17959											0	
25	COSTA MARQUES	17031		3	1	1	1	1					7	
26	ALVORADA DO OESTE	16902		5	3	3	4	3	4	5			27	
27	MONTE NEGRO	16032		6	2	2	1	3	3	1			18	
28	CAMPO NOVO	14354		2				1	1				4	
29	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	13993		2	1		1	1	1	2			8	
30	URUPÁ	13198		1	1			1					3	
31	SERINGUEIRAS	12617		5	3		1		1	1	1		12	
32	MIRANTE DA SERRA	12308		1	1	1							3	
33	THEOBROMA	11348		3	2	1		2	2		2	2	14	
34	VALE DO ANARI	10999		1									1	
35	MINISTRO ANDREAZZA	10786		1				1					2	
36	CHUPINGUAIA	10364		1	1			1		1	1		5	
37	NOVO HORIZONTE	10161		3	2	1	1	1	1	2			11	
38	ITAPUÃ DO OESTE	10155	3		1	1	1						6	
39	TEIXEIRA	9933											0	
40	CORUMBIARA	8749											0	
41	SANTA LUZIA DO OESTE	8362			2		1	1				1	5	
42	VALE DO PARAÍSO	8138		1	1		1	1	1				5	
43	NOVA UNIÃO	7796											0	
44	CACAULÂNDIA	6414		4	4	3	1	4	2	1			19	
45	CABIXI	6289		2	1	1		1					5	
46	SÃO FELIPE DO OESTE	6048		4	3	4	2	4	4	3			24	
47	PARECIS	5802		1								1	2	
48	TEIXEIRÓPOLIS	4966		1					1				2	
49	RIO CRESPO	3790											0	
50	CASTANHEIRAS	3583											0	
51	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	3456			1			1					2	
52	PIMENTEIRAS DO OESTE	2417											0	
	TOTAL POR MÓDULO		23	318	125	78	52	91	111	66	20	32	916	

Fonte: Elaboração própria de acordo a Estimativa da população 2016, IBGE; e Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE).

<sup>17</sup> Os municípios Santa Luzia e Primavera não tem registro de turmas do módulo CB (antigo módulo Introdutório) apesar dele ser pré-requisito para os demais. Isso acontece porque a demanda foi atendida por tutores dos municípios vizinhos, respectivamente, Rolim de Moura e Pimenta Bueno.

Apesar do Módulo Censo Escolar ter sido o último a ser criado (início de 2016), é o SIOPE (primeira turma em Rondônia registrada em novembro de 2014) que apresenta menor procura. Ao longo dos 10 anos, a Formação pela Escola foi expandindo seus cursos e, conseqüentemente, atraindo demandas diferenciadas. Apesar de todos os cursistas poderem cursar todos os módulos, nota-se que o módulo do Controle Social tem como público-alvo prioritário os conselheiros escolares; o módulo do Censo Escolar prioriza atender secretários escolares e gestores; e o Siope atrai mais técnicos das secretarias municipais e estaduais.

#### **1.4.1 Resultados do Estudo de Caso**

Nesta seção, retomaremos resumidamente as evidências das dificuldades da rede de tutoria de Rondônia e suas prováveis causas (hipóteses). Dos 52 municípios, 45 foram atendidos em 10 anos, aproximadamente 86,5%. Em 2016, apenas 17 executaram as formações. Há uma grande rotatividade de municípios no programa. Em 10 anos foram formados 119 tutores, 108 atuaram no período e apenas 24 atuaram em 2016, cerca de 20,1% dos formados. Destes, apenas 19 continuaram no programa em 2017.

De acordo com as especificidades do programa Formação pela Escola, relacionamos as dificuldades dos tutores do FPE de Rondônia a três categorias, que servirão como eixos para esta pesquisa:

(i) Técnica: Dificuldades ligadas a complexidade da EaD e ao domínio dos recursos da plataforma de estudo e gerenciamento de matrículas e notas. A necessidade do tutor de dominar os aparatos tecnológicos que hoje estão disponíveis nas plataformas de ensino on-line;

(ii) Pedagógica: Dificuldades relacionadas à formação do tutor e o domínio dos conteúdos. A formação é fragmentada. Após concluir o curso de tutoria e o módulo de CB que é ofertado no mesmo período, o tutor já pode efetivar sua atuação no programa, podendo inclusive ofertar módulos que não cursou, e por isso depende do apoio de especialistas;

(iii) Política: Instabilidade do cargo e relacionamento com o público alvo. O tutor pode ser substituído a pedido do gestor municipal (geralmente isto

acontece quando há mudança de prefeito). A grande quantidade de atribuições para um técnico que não tem dedicação exclusiva. Vimos que o tutor do FPE não é apenas um mediador do cursista com o conteúdo, ele coordena, divulga, seleciona a demanda, monta turmas, realiza encontros presenciais, interage na plataforma virtual, avalia, certifica e refaz todo esse processo a cada dois meses, para promover a participação e o controle social.

Além dessas três categorias de dificuldades<sup>18</sup>, o tutor do FPE pode deixar o cargo por falta de demanda (quando todos os interessados já cursaram todos os módulos) ou por motivos pessoais como: afastamento médico, licença prêmio, licença maternidade, desistência, aceitar mudança de setor, promoção ou cargo de chefia que torna sua jornada incompatível com a tutoria, ou por trocar o programa por outro que também realiza pagamento de bolsa.

Essas dificuldades provocam uma descontinuidade no atendimento e municípios que entram e saem do programa por tempo indeterminado apresentam dados irregulares. Apenas Porto Velho abriu turmas em todo o período de 2006 a 2016. Burity, que não participou do projeto piloto, é o município do interior com mais tempo de atuação sem interrupção, e com apenas três tutoras no período de 2008 a 2016. Contudo, salientam-se como pontos que amenizam as dificuldades dos tutores a bolsa, que começou a ser paga em 2009, e o apoio de especialistas e multiplicadores.

No Capítulo 2, detalharemos a discussão teórica sobre o papel do tutor e analisaremos suas dificuldades.

---

<sup>18</sup> Relacionaremos o termo “dificuldades” às “habilidades” ou falta de habilidades técnicas, pedagógicas e políticas dos tutores. Mais à frente chamaremos de “aspectos” técnicos, pedagógicos e políticos.

## 2 A TUTORIA E O TUTOR DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA

No Capítulo 1 apresentamos evidências das dificuldades técnicas, pedagógicas e políticas do tutor relacionadas à complexidade da educação a distância, ao desenho do Formação pela Escola em um período de descentralização dos recursos públicos, estimulando a gestão local, a participação social e as competências da tutoria do programa. Já o presente capítulo contextualiza e debate sobre a relevância do papel do tutor, considerando os três eixos temáticos desta pesquisa: as dificuldades técnicas, pedagógicas e políticas. O tutor precisa desenvolver um papel multifuncional, multidisciplinar (unidocência)<sup>19</sup> ou como membro de uma polidocência<sup>20</sup>, mesmo sem ser reconhecido e remunerado como um docente.

Geralmente, é o desenho do programa que define a relevância do tutor ou sua mera figura intermediária entre docentes e seus alunos. Mas qualquer programa em EaD requer ao tutor o domínio tecnológico e dos conteúdos didáticos (pelo menos parcial). No caso do FPE, as dificuldades políticas estão em manter uma boa relação com o gestor municipal (quem indica e apoia); especialistas e multiplicadores (seu suporte técnico e pedagógico); e com os demais servidores e membros da sociedade (seu público-alvo), a fim de promover a participação e o controle social junto aos recursos federais investidos em infraestrutura, em melhorias das condições educacionais, na garantia da manutenção da educação básica e a remuneração dos professores.

O Capítulo 2 está dividido em três partes que abordam conceitos sobre a tutoria e suas dificuldades. A seção 2.1 define o tutor, sua origem, seu papel e seu lugar na EaD; a seção 2.2 apresenta três iniciativas de tutorias presenciais que serão comparadas com o modelo de tutoria do FPE; a seção 2.3 analisa o que pensa o tutor do Formação pela Escola sob a ótica dos aspectos técnicos, pedagógicos e políticos.

---

<sup>19</sup> A unidocência para Nogueira (2016) condição na qual um professor ministra todas as disciplinas, independentemente de sua área de formação. Além de ser uma solução metodológica é uma solução econômica aos cofres públicos.

<sup>20</sup> Para Mill *et al* (2014, *apud* PIRES, 2017, p. 45), a polidocência é um “coletivo de trabalhadores que, mesmo com formação e funções diversas, é responsável pelo processo de ensino-aprendizagem na EaD”.

## 2.1 O PAPEL DO TUTOR NA EAD

Retomamos aqui a discussão sobre a EaD e seus atores. Nesta seção teremos posicionamentos de alguns autores que auxiliarão no entendimento sobre o lugar do tutor na educação a distância, na poli e unidocência, marcos legais e as possíveis dificuldades que atingem a rede de tutoria.

No final do século XV, as universidades britânicas de Oxford e Cambridge, criam a figura do tutor baseando-se no conceito jurídico: de tutelar, proteger o menor e administrar seus bens até atingir a maioridade. No campo acadêmico, a função do tutor seria de assessorar grupos de alunos, cuidando de seu comportamento e de seu desempenho escolar, sob a coordenação do professor titular. No século XIX, o tutor passou a ser institucionalizado nas universidades como parte da composição do quadro docente (PRETI E OLIVEIRA, 2003).

A tutoria aparece como um modelo metodológico de sucesso na época. O modelo tutorial presencial influenciou a configuração da tutoria implementada pela primeira na universidade a distância, a Universidade Aberta do Reino Unido - United Kingdom Open University (UKOU), criada em 1969 e que serviu de referência às universidades a distância que surgiram após este ano: além do Brasil em 2005, a Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) da Espanha (1972), a University of South Africa (1973), a Anadolu University da Turquia (1978), a Indira Gandhi National Open University da Índia (1985), entre outras (PIRES, 2017; PRETI E OLIVEIRA, 2003).

Segundo Pires (2017), o tutor no final do século XX, quando a EaD se fortalecia no Brasil, era chamado de forma genérica como “profissionais da EaD”; “profissionais da área” ou “profissionais da educação”. Outros termos utilizados eram: educador on-line, mentor, orientador virtual, monitor pedagógico, e-formador, formador virtual, etc (PIRES, 2017).

Preti<sup>21</sup> (1996, p. 41) utiliza as denominações “tutores presenciais” e “tutores a distância” com base nas experiências de tutoria da UNED da Espanha, da Télé-université du Québec do Canadá e da Universidade Federal do Mato Grosso.

---

<sup>21</sup> Oreste Preti, integrante do corpo docente da Universidade Federal do Mato Grosso, pioneira em EaD no Brasil, é um dos co-autores dos módulos do programa Formação pela Escola.



(i) a distância: o cursista, individualmente, entrará em contato com o tutor, através de meios de comunicação estabelecidos, nos horários definidos anteriormente; ou em pequenos grupos de estudo, poderá formular algumas questões ou dúvidas e solicitar ao tutor que os esclareça utilizando-se de um sistema interativo de comunicação;

(ii) presencialmente: o cursista, individualmente ou em pequenos grupos, se encontrará no Centro com o seu tutor muito mais para discutir e avaliar seu processo de aprendizagem, apresentar os resultados de suas leituras, atividades e trabalhos propostos nos materiais didáticos do que somente para tirar dúvidas. (PRETI, 1996, p. 41)

Essa concepção de tutoria presencial e a distancia antecede a legislação brasileira sobre a figura do tutor.

Segundo Preti e Oliveira (2003), a tutoria na UNED espanhola e na Télé-université canadense diferem-se no sentido de que na primeira o tutor tem função orientadora (sobre métodos de estudos) e docente (relação ensinar-aprender e o uso dos materiais didáticos). O tutor da UNED deve:

- resolver as necessidades que os alunos apresentam, reforçar os materiais de estudo mediante explicações, clareando os conteúdos, assessorando na resolução de exercícios e realização de trabalhos;
- motivar e estimular o aluno para o aprofundamento dos estudos;
- realizar avaliação diagnóstica inicial, para conhecer a situação do estudante e avaliação formativa, realizada durante os encontros tutoriais;
- fazer a correção dos “Cadernos de avaliação a distancia”, que o aluno vai elaborando ao longo do curso. (PRETI E OLIVEIRA, 2003, p. 4)

No modelo do Canadá, o tutor não é visto com a função de um professor. Seu papel consiste, sobretudo, em entrar em comunicação com cada estudante, individualmente, e agir como guia, como suporte à aprendizagem dos estudantes, atuando no campo cognitivo, metacognitivo, social, motivacional e afetivo. Suas funções centrais são:

- aconselhar o estudante sobre seu método de trabalho ou sobre a organização e o planejamento de sua caminhada de aprendizagem;
- ajudar o estudante a ele mesmo solucionar os problemas de compreensão do conteúdo, aconselhando, orientando e levando-o a refletir;

- oferecer o suporte necessário sobre os procedimentos administrativos do curso e o funcionamento do mesmo;
- motivar, encorajar e sustentar o estudante ao longo de sua caminhada de aprendizagem. (PRETI E OLIVEIRA, 2003, p. 5)

O papel do tutor na EaD, de modo geral, é definido pela própria característica da EaD como um modelo diferenciado do tradicional. Uma formação em massa com recursos tecnológicos pode parecer uma atividade fria e mecânica que exclua o caráter reflexivo e interpessoal. No entanto, o tutor tem que ser motivador e cativante, estimulando a autonomia do estudante.

a tutoria é posta nas instâncias de mediação entre o estudante, o material didático e o professor, na busca de uma comunicação cada vez mais ativa e personalizada, respeitando-se a autonomia da aprendizagem. (PRETI, 1996, p. 40)

O tutor, segundo Deslise (1985, *apud* PRETI E OLIVEIRA, 2003), apresenta papel diversificado dependendo do modelo de tutoria, mas sempre como intermediário entre o discente e o material didático, mesmo que não seja exigido total conhecimento do material de apoio.

O tutor é uma pessoa que assume diversos papéis e cujo objetivo principal é o acompanhamento do estudante em seus esforços de aprender. Tendo conhecimento de base do conteúdo, ele é um facilitador que ajuda o estudante a compreender os objetivos do curso, um observador que reflete, um conselheiro sobre os métodos de estudo, um psicólogo que é capaz de compreender as questões e as dificuldades do aprendiz e de ajudá-lo a responder de maneira adequada e, finalmente, um especialista em avaliação formativa. A essas funções pode ser acrescentada aquela de administrador para dar conta de certas exigências da instituição. (DESLISE, *et al.* 1985, *apud* PRETI E OLIVEIRA, 2003, p. 1)

No Brasil, o termo tutor é utilizado na legislação pela primeira vez no art. 3º da Portaria n.º 301, de 7 de abril de 1998, publicada no Diário Oficial de 9 de abril de 1998, onde citava professores que atuavam como tutores e a relação entre o número de tutores e alunos. A Portaria Ministerial n.º 4.361, de 30 de dezembro de 2004, revoga a Portaria n.º 301, suprime o termo tutor e apresenta

o termo tutoria como um dos elementos da educação superior a distância (FRANÇA, 2017).

Segundo Pires (2017, p. 47), o Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância, de 2002, apesar de trazer em vários momentos a expressão “profissionais na área da educação a distância”, cita o tutor no capítulo Elementos para Compor um Projeto de Curso Superior a Distância quando ressalta que a organização de docentes para o curso depende do modelo de EaD que se adota.

Vimos no Capítulo 1 que foi a partir da criação da SEED, em 1996, e da UAB, em 2005, que a EAD e o tutor passaram a ter notoriedade.

De acordo com os “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância”, lançado pelo MEC em 2007, ratificamos alguns conceitos já publicados por Preti e que não há um modelo único de educação à distância. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada. No entanto, qualquer que seja o desenho do curso ofertado,

os recursos humanos devem configurar uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, onde três categorias profissionais, que devem estar em constante qualificação, são essenciais para uma oferta de qualidade: docentes, tutores e pessoal técnico-pedagógico. (BRASIL, 2007, p.19, grifo nosso)

Essa regulação do MEC distingue tutores de docentes e os coloca como membros de uma equipe multidisciplinar. Neste sentido, o MEC afirma que professores de programas a distância veem suas funções se expandirem, o que requer que sejam altamente qualificados. Em uma instituição de ensino superior que promova cursos a distância, os professores devem ser capazes de:

- a) estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- b) selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- c) identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;

- d) definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
- e) elaborar o material didático para programas a distância;
- f) realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes;
- g) avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior a distância. (BRASIL, 2007, p. 20)

O corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos superiores a distância e compõem quadro diferenciado, no interior das instituições. O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico. Um sistema de tutoria necessário ao estabelecimento de uma educação a distância de qualidade deve prever a atuação de profissionais que ofereçam: tutoria a distância mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, e esclarecendo dúvidas através de fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico; e tutoria presencial, atendendo aos estudantes nos polos em horários pré-estabelecidos (BRASIL, 2007).

Os “Referenciais de Qualidade” do MEC distinguem e definem os papéis de docentes e tutores (presencial e a distância), mas também flexibiliza que podem existir diversos modelos de tutoria. Há projetos que o tutor é um membro da equipe pedagógica (polidocência), em outros o tutor é unidocente porque acumula todas as funções pedagógicas no modelo de EaD.

Belloni (2001) relaciona a figura do tutor (humanizada) a uma nova forma de educação (mecanizada) perante a evolução da EaD e a Revolução Industrial. A autora considera que a EaD teve três gerações distintas: a primeira, o ensino por correspondência, surgiu no final do século XIX pelo desenvolvimento da imprensa e das ferrovias; a segunda, por multimeios, desenvolveu-se nos anos 60 e tinha como ferramenta principal de interação os meios de comunicação audiovisuais (TV e Rádio) e computadores, com forte ligação ao processo de industrialização; a terceira geração surge na década de 1990, com o

desenvolvimento da internet e disseminação das novas tecnologias. Belloni (2001) coloca a EaD como um modelo industrial padronizado, que visa produção e baixo custo, a serviço do modo de vida capitalista, mas que não deve desconsiderar ideais humanistas.

São dois grandes desafios que os sistemas de ensino superior enfrentam agora e para os quais a educação a distância pode contribuir: expansão significativa e diversificação da oferta de formação inicial, para atender à demanda decorrente da expansão do ensino secundário; criação de novos modos de formação continuada adequada às demandas do mercado de trabalho. Tudo isto sem perder de vista os ideais humanistas de formação do cidadão crítico e criativo, capaz de pensar e de mudar o mundo. (BELLONI, 2002, p. 139)

Preti (1996) reforça a relação do modelo industrial com a nova metodologia educacional.

O modelo industrial da época ("modelo fordista"<sup>22</sup> de produção em massa para mercados de massa) lhe se configurava como "modelo" adequado e passível de ser aplicado no campo da educação. É nesta época que surgem as grandes universidades a distância (como a Open na Inglaterra, a UNED na Espanha), com expansão da oferta educacional ("pacotes educacionais"), e a organização do trabalho docente baseado no paradigma industrial, como numa linha de montagem: planejamento centralizado, otimização de recursos e divisão do trabalho (racionalização), utilização de tecnologias de comunicação, produção dos materiais didáticos em larga escala. (PRETI, 1996, p. 8)

França (2017) considera que a falta de uma terminologia única contribui para as implicações relacionadas à delimitação de função e formação deste colaborador. Se não há uma definição básica do termo que o nomeie, que lhe dê identidade, como estabelecer critérios de formação e função?

Como vimos em exemplos anteriores, o papel do tutor é flexível, dependendo do desenho do projeto e da faculdade. A falta de um padrão implica que o tutor possa ter várias facetas relevantes em um modelo e coadjuvantes em outro.

---

<sup>22</sup> Henry Ford criou este sistema em 1914 para sua indústria de automóveis. Caracteriza-se por realizar produção em massa.

Serrano (1994, *apud* PRETI, 1996, p. 43) reforça os ideais humanistas destacando que o tutor se revelava, na experiência em EaD da UFMT, como sendo a figura chave, “a vertente humana da Educação a Distância” e “o lado humano do processo de ensino-aprendizagem”, porque facilita a compreensão do aluno em relação ao material didático, tornando mais acessível o processo ensino-aprendizagem, promovendo a comunicação e o diálogo, supera as limitações da ausência do professor-educador, rompe com o possível isolamento do estudante e introduz a “perspectiva humanizadora” num processo mediado por meios tecnológicos.

Unindo o ideal humanista ao tecnológico, Souza *et al.* (2004, *apud* PIRES, 2017) dizem que o processo de mediação é responsabilidade da tutoria e é composto por mediação humana e mediação tecnológica, que, juntos, fazem a mediação pedagógica.

O papel da equipe de tutoria diante de um cenário de educação nos moldes industriais de formação em massa e modelos “pré-fabricados” pode ser desafiador, ampliado, compartilhado ou reduzido a um papel secundário à sombra de uma equipe que prepara um material para executá-lo ou à sombra do próprio material.

Há momentos em que o tutor é integrante de uma equipe e há momentos que ele é a equipe, ou o representante da equipe. Na educação virtual, muitas vezes, o tutor é o único ser físico e/ou virtual com quem o cursista pode contar.

Carmen Neves, assessora de gabinete da SEED, em palestra ministrada no ano de 1999, já citava a necessidade de formação de equipes multidisciplinares para a realização da modalidade de educação que ocorria a distância (NEVES, 1999 *apud* PIRES, 2017).

Apesar de o tutor ser um professor em sua essência e estar ligado diretamente ao discente, ele aparece na bibliografia consultada como um sub-professor – ou porque executa uma ação secundária, intermediária, ou por ser mal remunerado. Para Mendes (2013, p. 18), o tutor é um docente que executa uma função precarizada na educação a distância.

O trabalho desempenhado pelo tutor é a expressão da precarização do trabalho na atualidade. Ele se torna ainda mais precário porque nem mesmo é definido como um trabalho, pois os profissionais prestam os serviços de tutoria como bolsistas e,

nessa condição, podem permanecer por até quatro anos, sem registro em carteira, sem férias, décimo terceiro ou qualquer outro direito trabalhista. Além desse frágil vínculo trabalhista, a exploração informal da força de trabalho na EAD se expressa também no controle do tempo de trabalho, que se dá por meio do sistema de informática, que registra todos os acessos desses trabalhadores; na obrigação de responder as dúvidas dos alunos em 24 horas, o que inclui os finais de semana; na obrigação de permanecer com um número mínimo de alunos para não perder a bolsa; na necessidade de dominar conteúdos de disciplinas para as quais não tem formação. (MENDES, 2013, p. 18)

Hackmayer e Bohadana (2014, p. 230) consideram que o tutor é um docente, mas falta reconhecimento ao seu trabalho.

O que falta, até o momento, ao tutor é o reconhecimento por parte das instituições do seu papel como docente, mas sabemos que isso envolve não somente questões políticas, mas também financeiras. Nessa perspectiva, vale reforçar que há diferença entre as funções dos atores envolvidos na docência em EAD, mas que o tutor, como parte desta polidocência, deve ser considerado legitimamente um docente. (HACKMAYER E BOHADANA, 2014, p. 230)

O Programa de Formação Continuada para Educação a Distância da Secretaria Estadual de Educação do Paraná considera que

a relação próxima entre o professor-tutor e o professor conteudista<sup>23</sup> é necessária para que o primeiro tenha familiaridade com o material disponibilizado para o aluno. Essa familiaridade é essencial para que o professor-tutor possa desenvolver bem seu papel. (PARANÁ, 2010, p. 35-36).

Para a rede estadual de educação do Paraná, o tutor é o professor/tutor por definição.

o tutor é um professor. Por essa razão, para garantir seus direitos como tal e o desempenho das atribuições profissionais, a Secretaria de Educação do PR o denomina professor-tutor. Esse aspecto já foi considerado anteriormente na literatura disponível sobre EaD. Mill et al. (2007) falam de docente-tutor quando se referem tanto ao tutor presencial quanto ao tutor a distância ou tutor virtual, caracterizando este último como o

---

<sup>23</sup> Professor conteudista, segundo o documento da Secretaria de Educação do Paraná, é o professor responsável pela organização e seleção do material pedagógico que será utilizado pelo professor-tutor e alunos.

docente que desenvolve suas atividades por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Maggio (2001, p. 98-99) iguala professor e tutor ao dizer que “tanto tutor como o docente são responsáveis pelo ensino, pelo bom ensino, e nesse aspecto não há distinções importantes no sentido didático”. Além disso, Maggio apresenta diferenciações entre professor e tutor, ficando essas apenas no âmbito das especificidades que a EaD apresenta. (BARTOLOZO, BARROS E MOURA, 2009, p. 6165)

Pires (2017), em seus estudos sobre a regulamentação da modalidade a distância, percebeu “uma supervalorização da tecnologia como instrumento principal para que ela ocorra”. O tutor já encontra o ambiente virtual de aprendizagem pronto para ser utilizado e o material teórico já definido, minimizando o seu papel. Porém,

a formação em conteúdo específico, formação para operacionalizar as tecnologias e formação para que desenvolvam a capacidade de humanizar a relação com os alunos a distância fazem parte de um pacote que dará subsídios a professores/tutores da EaD para que obtenham sucesso no ensino e na aprendizagem. (PIRES, 2017, p 51)

Das principais dificuldades para a rede de tutoria, em geral, estudos apontam que a preocupação maior é com a formação do tutor relacionada às atividades a serem executadas e aos conteúdos que devem ser aprendidos pelos alunos da EaD. No FPE a preocupação ganha uma conotação política, não observada em outros modelos de tutoria.

Para Preti (1996), esta formação nos aspectos acadêmico e profissional é uma das tarefas mais importantes e que tem que receber uma atenção especial por parte da equipe pedagógica na consolidação de qualquer proposta educativa através da modalidade de EAD.

Em qualquer situação, de acordo com os “Referenciais de Qualidade”, o domínio do conteúdo é imprescindível, tanto para o tutor presencial quanto para o tutor a distância e permanece como condição essencial para o exercício das funções. Esta condição fundamental deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação.



Em função disto, é indispensável que as instituições desenvolvam planos de capacitação de seu corpo de tutores. Um programa de capacitação de tutores deve, no mínimo, prever três dimensões:

- capacitação no domínio específico do conteúdo;
- capacitação em mídias de comunicação; e
- capacitação em fundamentos da EaD e no modelo de tutoria (BRASIL, 2007, p. 22)

Para a Secretaria de Educação do Paraná, o professor-tutor precisa de formação específica. Essa formação diz respeito a duas frentes: ser graduado na área de conteúdo do curso no qual será professor-tutor e participar com ótimo aproveitamento do Curso de Formação de Professores-tutores para EaD ofertado pela Secretaria. Ou seja, ele precisa ter os mesmos conhecimentos que os demais professores (do conteúdo específico, didático, pedagógico-metodológico, do currículo, do material didático que pretende utilizar), acrescidos do conhecimento das TIC e de seu uso no desenvolvimento de práticas tutoriais. Assim, poderá realizar com qualidade as interações e a mediação do processo de aprendizagem que deverá ocorrer.

Para Belloni (2002), as dificuldades na modalidade EaD nem sempre estão no lado de quem oferta, mas na demanda, ou seja, o aprendiz que tradicionalmente não tem condições de autoestudo, principalmente quando a recepção (seja TV, seja internet, seja impresso) dos materiais é tecnicamente ruim; além disso, a maioria dos professores não tem tempo nem motivação para estudar fora do seu horário de trabalho. Esta também era a realidade de Rondônia no início do século XXI. O programa Formação pela Escola colaborou também para o letramento digital dos docentes neste período de desenvolvimento tecnológico em Rondônia. O projeto Mediação Tecnológica em Rondônia e no Amazonas são exemplos de atendimentos a demandas com dificuldades de acesso ao ensino regular tradicional.

Bernardino (2011) entende que as dificuldades do tutor podem estar ligadas a três dimensões: técnica, gerencial e pedagógica: i) a técnica, que caracteriza o domínio dos recursos tecnológicos utilizados no curso, juntamente com a capacidade de socialização desses saberes com os cursistas e confecção de relatórios técnicos; ii) a dimensão gerencial reflete a habilidade de planejamento a curto e médio prazo, prontidão na reformulação de estratégias

para a solução de problemas, autonomia na tomada de decisões; e iii) a dimensão pedagógica, pois o tutor deve ter o domínio do conteúdo específico a ser trabalhado, habilidade para estimular a busca de resposta pelo participante, disposição para continuar aprendendo, domínio de técnicas motivacionais aplicáveis à EaD, domínio e conhecimento dos recursos didáticos disponíveis, domínio dos critérios e da perspectiva de avaliação embutidos no curso.

Considerando as características específicas do FPE, optamos por utilizar o eixo dificuldades políticas, que é mais abrangente que o eixo (gerencial) exposto por Bernardino. Enquanto as dificuldades gerenciais estão ligadas a estratégias, planejamento e administração, a dimensão política definida como eixo deste trabalho está ligada a administração local do programa e relação com a demanda e com a chefia, além de características do desenho do programa que impactam diretamente no papel do tutor, como, por exemplo: definição das atribuições, da remuneração e da equipe poli e unidocente.

O desenho do programa, o formato que o tutor acata participar, as diferentes atribuições e o planejamento individual também são elementos das dificuldades políticas da tutoria. O tutor acaba exercendo também a função de gestor local (municipal); o entendimento do funcionamento e do contexto histórico, político e econômico da EaD ilustra as habilidades/dificuldades técnicas que o tutor deve apresentar; a formação continuada que é ofertada pelo menos para que os tutores tomem conhecimento dos novos materiais para sequência do seu trabalho é característica essencial para garantir a redução das dificuldades pedagógicas do tutor.

A EaD é o universo da tutoria, e o tutor que “nasce” para ser o professor de um sistema tecnicista logo é subjugado e se torna uma peça de um conjunto polidocente ou assume papel central do processo mediando a proposta didática com auxílio das tecnologias, mas com um retorno financeiro que, em muitos casos, não passa de um bônus, um valor suplementar que atrai docentes para uma missão com características “industriais” de formação em grande escala e com baixo custo.

## 2.2 PROPOSTAS DE TUTORIA: O CASO DE 3 INICIATIVAS

Nesta seção, trataremos de modelos específicos de tutoria, na tentativa de estabelecer aproximações e distanciamentos entre eles. Acreditamos que essa reflexão seja importante para se compreender as possíveis dificuldades da rede de tutoria do Formação pela Escola. Assim, serão apresentados os tutores de 3 iniciativas no campo da EaD: o modelo de tutoria da Universidade Aberta do Brasil (UAB); o papel dos professores presenciais do programa Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Amazonas; e dos professores de Telessala do Projeto Elevação da Escolaridade, de Minas Gerais.

A televisão, o computador e a internet têm sido utilizados em sala de aula como recursos principais do Sistema UAB e dos projetos Mediação Tecnológica e Telessala. Os dois últimos são exemplos de utilização de unidocência presencial na educação básica, alternativas que resgatam e adaptam o modelo do Telecurso da Fundação Roberto Marinho, que completa 40 anos em 2018.

A primeira experiência abordada, a UAB, foi criada em 2005 e oficializada pelo Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006. A Universidade Aberta do Brasil surgiu para desenvolver a modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil. Iniciativas anteriores – como a implantação dos consórcios BRASILEAD (1996) e UNIREDE (2000), formados por Instituições Públicas de Ensino Superior, e as primeiras experiências da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em 1995 – foram referências para a UAB. Mundialmente, a Open University da Inglaterra foi o marco do modelo da Universidade Aberta para o mundo (PIRES, 2017).

A UAB, portanto, possui um desenho próprio, que abarca tanto espaços quanto atores com funções distintas, mas complementares:

- i) Coordenador/Coordenador-adjunto da UAB: professor ou pesquisador indicado pelas Instituições vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação e apoio aos polos presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- ii) Coordenador de curso: professor ou pesquisador que atuará nas atividades de coordenação de curso implantado no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de

pesquisa relacionados aos cursos; iii) Coordenador de tutoria: professor ou pesquisador que atuará nas atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos, desde que comprove a experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior; iv) Professor-pesquisador: professor ou pesquisador que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB; v) Tutor: profissional selecionado pelas Instituições vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação; vi) Coordenador de polo: professor da rede pública, graduado. Exceto o tutor e coordenador de polo, os demais atores precisam ter no mínimo três anos de experiência em magistério superior. (PIRES, 2017, p. 56-57)

Em cada instituição, os tutores da UAB contam com o suporte de um coordenador de tutoria. O tutor da Universidade Aberta do Brasil deve: mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas; acompanhar as atividades discentes; apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes; manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações; estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes; colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes; participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino; elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria; participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável; apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações (FRANÇA, 2017).

Segundo Pires (2017), o fato do tutor da UAB ter que possuir experiência e estar atuando em magistério o aproxima da docência presencial, porém, o sobrecarrega, visto que a atividade de tutoria exige bastante tempo e oferece uma remuneração “irrisória” (PIRES, 2017, p. 57).

A utilização de infra-estrutura e material humano das faculdades que fazem parte do sistema UAB são fatores que dispensam concursos para admissão de tutores e a construção de novos espaços.

Na fase inicial, em 2006, a UAB teve: 292 polos selecionados, 190 cursos sob a responsabilidade de 49 instituições federais de ensino superior e a oferta de 45.000 vagas (COSTA, 2007).

A segunda iniciativa, o projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica do Amazonas, que entrou em funcionamento em 2006 quando o Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou a implementação do curso em caráter provisório, pelo período de quatro anos, através da Resolução nº 027/06 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, a contar de 04 de abril de 2006. Esta resolução foi posteriormente atualizada pela Resolução nº 77/2010 do CEE. No Amazonas, o atendimento iniciou-se em 2007 nos 62 municípios do estado, com o objetivo de encurtar as distâncias geográficas e de superar as adversidades naturais, regionais e sociais para garantir o direito constitucional aos estudantes do interior de cursarem o Ensino Médio. Em 2012, uma nova etapa de expansão da atuação do Centro de Mídias aconteceu, desta feita com a implementação do Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que iniciou com 71 salas de aulas instaladas em 192 comunidades e atendendo a 1.204 alunos. O curso de EJA foi autorizado pela Resolução nº 144/2011, de 13 de dezembro de 2011. Além da EJA, o projeto também serviu de referência para o atendimento da demanda do Ensino Fundamental<sup>24</sup> (COSTA, 2015).

O projeto Mediação Tecnológica do Amazonas surgiu como um projeto emergencial e passou a integrar, a partir de 2012, o Programa de Aceleração do Desenvolvimento Educacional do Amazonas (PADEAM), que tem como objetivo a ampliação e a otimização da infraestrutura da rede pública estadual de educação e a qualificação de profissionais da Educação, além do fortalecimento dos mecanismos de gestão e gerenciamento escolar (COSTA, 2015).

O tutor da Mediação Tecnológica é o Professor Presencial. Os principais atores pedagógicos deste projeto são: o Professor Ministrante, que atua nos estúdios no Centro de Mídias<sup>25</sup> em Manaus de onde ministra, diariamente, em tempo real e simultaneamente para todas as salas de aula espalhadas pelo

---

<sup>24</sup> No ano de 2009, iniciou-se o Curso do Ensino Fundamental Presencial com Mediação Tecnológica, autorizado pela Resolução nº 65/2009 - CEE/AM, aprovado em 10 de julho de 2009, denominado Projeto Igarité, em parceria com a Fundação Roberto Marinho (COSTA, 2015).

<sup>25</sup> O Centro de Mídias do Amazonas é um complexo da Secretaria Estadual de Educação utilizado para produção de materiais didático-pedagógicos que possui estúdios de transmissão, onde são produzidas as aulas da Mediação Tecnológica.

interior do estado, as disciplinas que compõem a Matriz Curricular do Ensino Médio; o Professor Presencial, que atua na sala de aula onde executa atividades de manuseio dos equipamentos tecnológicos para a recepção das aulas e atividades de caráter pedagógico específico, como controle disciplinar da sala de aula, registro de frequência, aplicação de avaliações e promover a interatividade entre alunos e professores Ministrantes, entre outras funções; e os Assessores Pedagógicos que acompanham a preparação e execução das aulas on-line e dão suporte aos professores Ministrantes e Presenciais.

Segundo Costa (2015), as principais dificuldades do professor presencial estão ligadas, principalmente, ao fato de ele não ser especialista em todas as disciplinas ministradas e, em alguns casos, ter mais de uma atribuição na escola. De acordo com levantamento junto aos alunos, pais e coordenadores do projeto, Costa detectou reclamações sobre a conduta dos professores presenciais: alguns não acompanham as aulas diariamente com seus alunos; não tiram as dúvidas dos alunos em relação às matérias estudadas; e se ausentam da comunidade, deixando substitutos na sala de aula ou os alunos sozinhos.

O projeto amazonense serviu de referência para o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, instituído pela Lei estadual Nº 3.846, de 4 de Julho de 2016 para ofertar o Ensino Médio regular com o uso de ferramentas tecnológicas aos estudantes que residem na zona rural, cujas localidades são de difícil acesso, com demanda reprimida ou em localidades onde houver carência de profissionais habilitados (preferencialmente, comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e do campo). Em Rondônia, as aulas também são transmitidas via satélite, em tempo real, e posteriormente disponibilizadas em banco de aulas ministradas por professores da rede pública estadual de ensino, que serão assistidas pelos alunos na sala de aula interativa da sua comunidade, orientados por um professor presencial, garantindo a comunicação e a interação em tempo real por meio da internet entre os participantes deste processo de ensino (RONDÔNIA, 2016).

A plena conexão de internet em áreas ribeirinhas, no entanto, ainda é um problema estadual, o que justifica a possibilidade de utilização de aulas gravadas para consultas posteriores.

Por ser recente, programa traz como principais diferenças do projeto do Amazonas o fato de atender exclusivamente à clientela do Ensino Médio e a extensão do projeto para áreas urbanas mais afastadas da capital, onde há carência de professores, como Guajará Mirim e Costa Marques (fronteira com a Bolívia).

A equipe de Professores Ministrantes<sup>26</sup> (polidocência), selecionados pela SEDUC, ministra a aula em estúdio do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), de acordo com a parceria entre SEDUC e IFRO citada na Portaria 680 de 8 de março de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia no dia 9 de março de 2016. O professor presencial unidocente acompanha junto com a turma as aulas de todas as disciplinas, aplica avaliações (enviadas pelos ministrantes) e monitora o desempenho dos alunos (RONDÔNIA, 2016).

Esse modelo de ensino se apropria de recursos audiovisuais da segunda geração da EaD e da metodologia do Telecurso, apesar do aluno ter a possibilidade de assistir a aula ao vivo ou gravada.

Para Maia (2010 *apud* COSTA, 2015, p. 79), uma expressão mais adequada de se utilizar para traduzir a metodologia seria “atendimento a distantes”, ao invés de “a distância”, uma vez que o Curso é regular, com mesma carga horária e dias letivos do convencional; é presencial, pois os alunos comparecem às salas de aula em que as aulas são ministradas todos os dias (COSTA, 2015). No entanto, o distanciamento entre alunos e professores ministrantes, a aproximação com a metodologia Telessala, a baixa remuneração do tutor/monitor e o uso das tecnologias para atingir um atendimento em massa, reforça características da EAD na Mediação Tecnológica.

De acordo com dados do Sistema Educacenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>27</sup>, em Rondônia, o

---

<sup>26</sup> De acordo com a Lei Estadual 3.846/2016, cada Professor Ministrante faz jus ao recebimento de verba indenizatória no valor mensal de R\$ 1.000,00 para ministrar aulas em estúdio, que serão transmitidas via satélite para atender aos alunos do projeto Mediação Tecnológica, no período de duração da carga horária do componente curricular/módulo, compreendendo o período de planejamento e avaliação.

<sup>27</sup> O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, realiza coleta de dados sobre o número de matrículas, professores, diretores, infra-estrutura, atividades na comunidade e entidades representativas (alunos, pais e professores), em todas as escolas públicas e privadas do país. Os programas do FNDE utilizam-se desses dados para repasse de recursos (como PDDE, PNAE e PNATE), distribuição de livros e para o cálculo do FUNDEB (PRETI, PAZ E LINO, 2006, p. 48).

projeto começou em 2016 atendendo 88 escolas (municipais e estaduais), incluindo escolas indígenas das 18 Coordenadorias Regionais da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, ofertando o 1º ano do Ensino Médio; em 2017, atendeu também o 2º ano; e, em 2018, passou a atender turmas das três séries do Ensino Médio.

A terceira iniciativa, o projeto “Elevação da Escolaridade – Metodologia Telessala”, de Minas Gerais, atende estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino de acordo com a Resolução Nº 2.957, de 20 de abril de 2016. O projeto destina-se a alunos entre 14 e 18 anos que tenham pelo menos dois anos de distorção idade/série na escolaridade ou estudos parciais nas séries finais do ensino fundamental (MINAS GERAIS, 2016).

Neste projeto, quem faz a função de tutor é o Professor Presencial de Telessala. O papel do tutor presencial é acompanhar os alunos na telessala durante a tele-aula ou teleconferência, nas atividades supervisionadas, auto-instrucionais e práticas que o aluno desenvolverá a partir do material didático e dos materiais instrucionais dos cursos (BARNI, 2011).

A formação dos professores presenciais também acontece na metodologia Telessala para que, ao começar a atuar, o profissional já tenha familiaridade com os processos e conheça as competências e habilidades que precisa desenvolver nos estudantes. “A mesma metodologia, as mesmas dinâmicas” e os mesmos materiais são utilizados (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2013, p.138). Isso fortalece suas habilidades técnicas e pedagógicas.

Quando tratamos do uso das tecnologias em Educação,

deparamo-nos com diversas possibilidades de interação e comunicação que podem ser potencializadas por recursos como Internet, computador, TV, materiais impressos, rádio, programas televisivos, tele/videoconferências, etc. Observamos que são muitos os recursos midiáticos que podem ser utilizados em atividades educativas. Entretanto, cada um possui encaminhamento, planejamento e objetivos diferenciados, que vão além da disponibilidade do equipamento ou da definição de seu uso para determinada aula ou desenvolvimento de atividades (PARANÁ, 2010, p. 20).



A televisão (através do “TELECURSO 2º GRAU”, da Fundação Roberto Marinho) foi o primeiro meio de comunicação utilizado em larga escala pela educação a distância no Brasil, a qual, a partir da década de 1990, passa a ser concebida em um contexto mais amplo, principalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, que a reconhece, no artigo 80, como uma modalidade de educação (PIRES, 2017).

Assim como Minas Gerais, o governo de Rondônia também aderiu à metodologia da Telessala da Fundação Roberto Marinho e lançou o projeto “Salto”, Correção de Fluxo Escolar nas Classes de Aceleração da Aprendizagem, que se iniciou no ano de 2013 atendendo 217 escolas de 49 dos 52 municípios do estado e foi renovado mediante a Portaria nº 3736 de 16 de setembro de 2015-GAB/SEDUC (NOGUEIRA, 2016). O projeto funciona com alunos da fase final do ensino fundamental Regular e EJA com o objetivo de corrigir a distorção idade/ano de estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Em 2015, Porto Velho atendeu 39 turmas com 1.154 estudantes, distribuídos em 20 escolas.

Nesse modelo unidocente, o professor presencial recebe materiais impressos e audiovisuais, formação da Fundação Roberto Marinho e acompanhamento da SEDUC para atuar (RONDÔNIA, 2015).

São atribuições do Professor Unidocente:

- i) conhecer o projeto;
- ii) participar das formações pedagógicas e das reuniões de planejamento;
- iii) comprometer-se com os resultados pedagógicos;
- iv) mediar o conhecimento e facilitar a aprendizagem;
- v) estimular a iniciativa, a criatividade e a cooperação dos estudantes;
- vi) desenvolver a metodologia do Projeto conforme formação recebida;
- vii) promover a pesquisa e a experimentação;
- viii) identificar as não aprendizagens e as dificuldades dos estudantes;
- ix) proporcionar Nova Oportunidade de Aprendizagem, estudos contínuos de recuperação, para os estudantes que apresentem dificuldades;
- x) avaliar continuamente os estudantes e o trabalho da turma;
- xi) fornecer as informações solicitadas em tempo hábil;
- xii) realizar autoavaliação. (RONDÔNIA, 2015)

Mesmo com tantas atribuições listadas em uma portaria estadual, o professor presencial da telessala costuma ser considerado como um “operador de máquina” ou um “professor monitor”. Demo (1998 *apud* PRETI E OLIVEIRA, 2003) acredita que o professor da telessala é mais que um monitor.

Nos programas de teleducação fala-se de “monitores”, o que já denota que o reconhecimento da necessidade de um professor não é pleno. Porquanto um monitor acaba sendo apenas um “capataz” que obriga os alunos a estudar ou que repassa mais alguma informação, ou os faz comprar material didático respectivo. Seja como for, o papel deste monitor é de um autêntico professor, na função socrática de “parteiro” do processo emancipatório fundado na aprendizagem (DEMO, 1998 *apud* PRETI E OLIVEIRA, 2003, p. 1).

Segundo Nogueira (2016), para o funcionamento de um projeto como este calcado na unidocência,

é imprescindível que os professores contem com o apoio de equipe multidisciplinar, uma vez que possuem uma formação disciplinar e são colocados diante da tarefa de ensinar conteúdos das diferentes disciplinas do currículo para as quais não possuem formação. Assim, ao enfrentarem dificuldades em relação ao conteúdo a ser ensinado, os professores são obrigados a recorrer aos colegas de trabalho que atuam com as disciplinas do ensino regular. (NOGUEIRA, 2016, p. 62)

Nogueira (2016) também alerta sobre os ideais neoliberais desta política.

neste cenário no qual o professor não precisa ensinar nem ter domínio de conteúdo, pois o estudante aprende sozinho, a unidocência é a resposta mais econômica e interessante. Ela secundariza o papel do professor, e esse é o objetivo de políticas educacionais neoliberais, que querem manter sob a guarda dos dominadores os instrumentos que serviriam para emancipação das classes populares. (NOGUEIRA, 2016, p. 86)

O tutor na EAD sofre com a constante desvalorização e a baixa remuneração, além das suas dificuldades técnicas e pedagógicas ligadas ao aparato tecnológico e ao conteúdo multidisciplinar.

A seguir alinharemos algumas características comparativas entre o programa Formação pela Escola e as três iniciativas abordadas nesta seção.

Quadro 3: Comparativo entre a Tutoria na UAB, Mediação Tecnológica, Telessala e Formação pela Escola

<b>Projeto/ Programa</b>	<b>TUTORIA NA UAB – Nacional</b>	<b>MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA - Amazonas</b>	<b>TELESSALA – Minas Gerais</b>	<b>FORMAÇÃO PELA ESCOLA – Nacional</b>
<b>Modelo de Tutoria</b>	Educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior.	Presencial mediado por Tecnologia com aulas via Satélite e/ou gravadas	Presencial com uso de vídeo aulas (Telecurso 1º grau)	Semipresencial: 8 horas em 2 encontros presenciais; o restante das 40 ou 60 horas, a distancia;
<b>Formação da Equipe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenador/ Coordenador-adjunto da UAB;</li> <li>- Coordenador de curso;</li> <li>- Coordenador de tutoria;</li> <li>- Professor-pesquisador;</li> <li>- Coordenador de pólo;</li> <li>- Tutor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Professor Ministrante;</li> <li>- Professor presencial;</li> <li>- Coordenador Pedagógico de Estúdio;</li> <li>- Coordenador Pedagógico das Regionais de Educação; e</li> <li>- Coordenador Pedagógico da SEDUC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Supervisor Itinerante do projeto / Regional;</li> <li>- Coordenador / Regional;</li> <li>- Especialista do turno / Escola;</li> <li>- Professor Presencial de Telessala / Escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação Nacional;</li> <li>- Coordenação Estadual;</li> <li>- Multiplicadores e especialistas estaduais;</li> <li>- Tutores e especialistas municipais;</li> </ul>
<b>Público Alvo</b>	Dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;	Alunos concluintes do Ensino Fundamental nas comunidades rurais.	Estudantes maiores de 14 anos e menores de 18 que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental. O estudante com idade superior a 18 anos poderá participar do projeto desde que não lhe seja ofertada na localidade a modalidade EJA.	Qualquer servidor da educação; membros de conselhos escolares; órgãos de controle (tribunal de contas, Ministério Público, Sindicatos e Associações ligadas a educação) e universitários de cursos de licenciatura;
<b>Objetivos</b>	- oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica;	- implantar o Ensino Médio com Mediação Tecnológica aos estudantes que residem na zona rural, cujas localidades são	- Busca garantir a continuidade do percurso escolar dos jovens entre 15 e 17 anos em distorção idade/ano de escolaridade	- constituir-se em espaço para que a comunidade educativa conheça melhor os programas do FNDE,

	- ampliar o acesso à educação superior pública.	de difícil acesso, com demanda reprimida ou em localidades onde houver carência de profissionais habilitados.	que ainda não concluíram o Ensino Fundamental.	participe ativamente deles e avalie a sua execução.
<b>Papel do Professor/Tutor</b>	Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes; acompanhar as atividades discentes conforme o cronograma do curso; e apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes.	Acompanhar as aulas em sala, garantindo a comunicação e a interação por meio de chat entre os participantes deste processo de ensino aprendizagem.	Mediar o conhecimento e facilitar a aprendizagem; desenvolver a metodologia do Projeto conforme formação recebida; avaliar continuamente os estudantes e o trabalho da turma; realizar autoavaliação.	Divulgar; Matricular; Acompanhar; Avaliar; Certificar
<b>Dificuldades Técnicas</b>	Dominar a metodologia e as ferramentas tecnológicas dos cursos ofertados.	Manuseio da internet e computadores para as aulas “ao vivo” e das mídias digitais para executar as aulas gravadas;	Uso de tecnologias, mídias digitais, audiovisuais e material impresso.	Operacionalizar dois sistemas: SIFE e Moodle; Baixa qualidade da internet em alguns municípios.
<b>Dificuldades Pedagógicas</b>	Necessidade de formação adequada; participa do processo avaliativo do aluno;	Não ser especialista em todas as disciplinas que acompanha dificultando sua tarefa de auxiliar nas atividades dos alunos;	A Formação do professor presencial acontece nos mesmos moldes que ele executará; Identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos;	Começar a atuação sem cursar todos os módulos que deve ofertar.
<b>Dificuldades Políticas</b>	O apoio do coordenador de tutoria; desvalorização da função e a baixa remuneração.	Ter mais de uma função na escola; infraestrutura e baixa qualidade da internet em alguns polos.	Proporcionar novas oportunidades de aprendizagens; É considerado um mero “operador de máquinas”;	Excesso de atribuições; Falta de estímulo para a formação continuada dos servidores públicos; instabilidade do cargo; estimular a participação e

				o controle social.
--	--	--	--	--------------------

Fonte: Elaboração própria.

Comparando o tutor do Formação pela Escola com as figuras do tutor da UAB e professores presenciais da Mediação Tecnológica e da Telessala, destacamos algumas similaridades e diferenças.

No FPE, os materiais audiovisuais são escassos, mas o tutor tem que operar o SIFE e o Moodle e realizar o seu trabalho unidocente sob a supervisão on-line das multiplicadoras; UAB e FPE se aproximam pelo público-alvo e pelo aparato tecnológico.

Mediação Tecnológica e Telessala tem como ponto comum o audiovisual. Percebe-se que em ambos o professor presencial tem o desafio de acompanhar as múltiplas disciplinas, porém, o professor de telessala tem a possibilidade de assistir suas teleaulas anteriormente, no caso da mediação tecnológica, a aula acontece ao vivo e requer toda atenção do profissional de sala para que possa auxiliar seus alunos.

O FPE se aproxima do último caso pelo fato da unidocência.

Os quatro casos se aproximam pela desvalorização do tutor - o operador de mídias - que executa uma função diferenciada, com uma baixa remuneração (complementar ao seu salário) e com menos responsabilidade que o professor tradicional, visto que divide sua função pedagógica com outros atores.

### **2.3 ANÁLISE: AS DIFICULDADES DA TUTORIA SEGUNDO TUTORES E MULTIPLICADORES**

Esta seção está destinada para a análise dos dados coletados em entrevistas e questionários com a Rede de Tutoria do Programa Formação pela Escola em Rondônia.

Foi elaborado um questionário com 24 questões direcionado para os tutores (ativos) do programa com o objetivo de avaliar o desenvolvimento de suas atividades, sua relação com o programa e as possíveis dificuldades. O questionário denominado “Questionário 01” foi dividido em 6 blocos: (i) perfil do

entrevistado, (ii) aspectos técnicos, (iii) aspectos pedagógicos, (iv) aspectos políticos, (v) incentivo a tutoria, e (vi) avaliação do programa.

Simultaneamente, foi elaborado um questionário similar, direcionado aos ex-tutores, denominado “Questionário 02” e com a mesma quantidade de questões do “Questionário 01”. Basicamente, a diferença dos questionários está no fato de que o “Questionário 01” busca saber do tutor como ele avalia o programa hoje e quais os motivos que o mantêm no programa, visto que 84% dos tutores formados estão desligados do programa; enquanto o “Questionário 02” quer saber como era o programa e quais os motivos que causaram o seu desligamento.

Os questionários foram disponibilizados pelo Google Formulários, no período de 29/08/18 a 10/09/18, no e-mail institucional da UFJF. Foram enviados para os 19 tutores, com o recebimento de 13 respostas em 12 dias, representando 68% do total. Foram enviados também questionários para 25 ex-tutores, com o retorno de 10 respostas, representando 40% do total.

Também foi realizada uma entrevista com as três multiplicadoras, para que, através da experiência delas, tivéssemos informações significantes para confrontar com as respostas dos tutores. O roteiro de entrevista tinha 20 questões, divididas em 6 blocos, os mesmos definidos para os questionários. As multiplicadoras aceitaram gravar o áudio, utilizando como recurso o aparelho de celular. As gravações aconteceram dia 27/08/18, duas pela manhã e uma a tarde.

O primeiro bloco dos questionários 01 e 02 – “Perfil do Entrevistado” – traz três perguntas: 1. Qual o seu sexo?; 2. Qual a sua idade?; e 3. Tempo de atuação no programa?.

A pergunta 1 teve o seguinte resultado: dos 13 tutores que responderam ao questionário, apenas 1 é do sexo masculino. Dos 10 ex-tutores, 100% são do sexo feminino.

A pergunta 2 trata da faixa etária. A Tabela 5 mostra que os tutores ativos têm 61,5% de indivíduos abaixo dos 45 anos. Entre os ex-tutores, são 60% acima de 45 anos.

Tabela 5: Faixa etária dos tutores

Alternativas	Tutor	Ex-Tutor
menos de 20 anos		
21 a 25 anos		
26 a 30 anos		
31 a 35 anos	1	
36 a 40 anos	3	3
41 a 45 anos	4	1
46 a 50 anos		2
acima de 50 anos	5	4
total	13	10

Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

A pergunta 3 é sobre o tempo de atuação do tutor no programa. Entre os ex-tutores, 8 dos 10 (80%) deixaram o programa em menos de quatro anos de atuação. Entre os tutores ativos, 10 dos 13 (77%) já estão atuando há mais de quatro anos.

Tabela 6: Tempo de atuação dos tutores

Alternativas	Tutor	Ex-Tutor
Menos de 1 ano.		
Entre 1 e 2 anos.	2	4
Entre 2 e 4 anos.	1	4
Entre 4 e 6 anos.	4	
Mais de 6 anos.	5	2
Desde o início em 2006	1	
total	13	10

Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Entre as multiplicadoras, uma está há cinco anos no programa, outra tem nove anos e a terceira está no programa desde o início (há mais de dez anos).

Esta seção de questionamentos teve o objetivo de apresentar melhor os componentes da rede de tutoria do Programa Formação pela Escola. Os números mostraram a presença maciça de mulheres no ofício pedagógico e que mais da metade delas (12/23) estão atuando no programa há mais de quatro anos, o que torna mais representativa a avaliação que farão do programa no último bloco desta pesquisa.

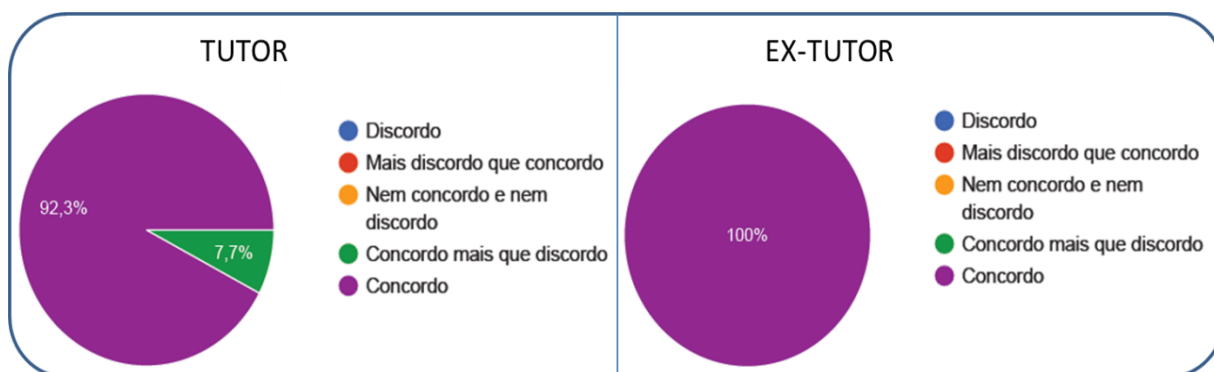
### 2.3.1 Aspectos Técnicos

O segundo bloco aqui analisado dos questionários 01 e 02 – “Aspectos Técnicos” – traz perguntas sobre a EaD, as tecnologias e os sistemas SIFE e Moodle, para observarmos como é a habilidade técnica dos tutores.

Optamos por utilizar a Escala Likert<sup>28</sup> em algumas questões, com escala de concordância de 1 a 5: Discordo; Mais discordo que concordo; Nem concordo e nem discordo; Concordo mais que discordo; e Concordo. Uma escala com três opções: discordo; nem discordo e nem concordo; e concordo, tem 33% de chance de ter resposta neutra. Uma escala com cinco opções diminui para 20% o percentual de chance de o participante escolher uma resposta neutra (nem concordo e nem discordo). Para esta questão não tivemos respostas neutras (COSTA, 2011).

Na primeira pergunta do bloco (4ª do questionário), sobre a tranquilidade em operar o computador, vimos que apenas 1 tutor ativo tem uma pequena dificuldade técnica. Os 22 restantes (95,6%) se declararam hábeis na utilização do computador.

Gráfico 4: A utilização do computador é atividade que desempenho com tranquilidade (comparativo entre tutor e ex-tutor).



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Para as multiplicadoras, a questão foi modificada para: Como é a sua relação com as novas tecnologias de informação e comunicação?

<sup>28</sup> A grande vantagem da escala de Likert é sua facilidade de manuseio, pois é fácil a um pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer. Adicionalmente, a confirmação de consistência psicométrica nas métricas que utilizaram esta escala contribuiu positivamente para sua aplicação nas mais diversas pesquisas (COSTA, 2011).



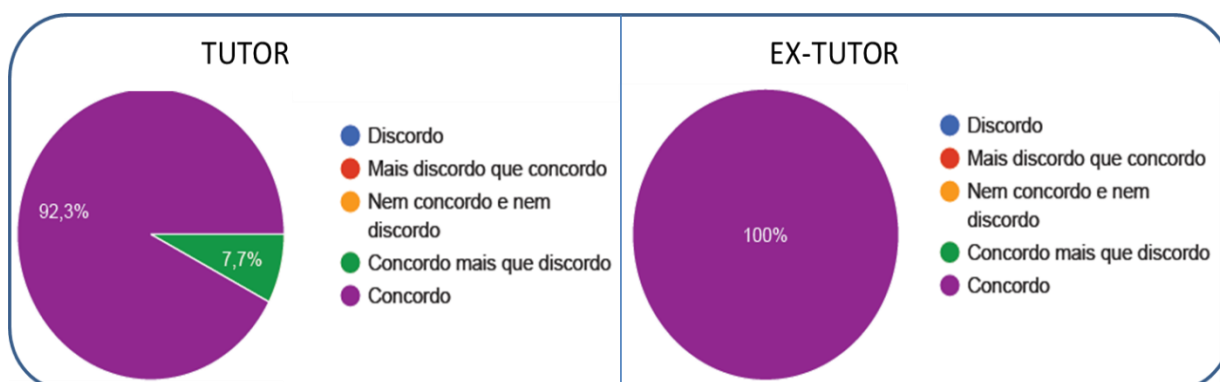
Chamaremos as multiplicadoras de Multiplicadora 1, Multiplicadora 2 e Multiplicadora 3, de acordo com a ordem de entrevista. A Multiplicadora 2 informa que quando trabalhava em sala de aula utilizava moderadamente, mas hoje não abre mão das redes sociais para interagir com seus tutores; a Multiplicadora 3 apresentou uma certa dificuldade com a novidade da plataforma Moodle, mas logo passou a dominá-la. A Multiplicadora 1, além de ser pós-graduada em tecnologia educacional, gosta muito do que faz

A minha área é história, mas eu tive oportunidade de estar atuando nessa área de formação, as TICs, e gosto de trabalhar com recursos digitais e ensinar os colegas a utilizarem os recursos. Para mim é uma satisfação. Eu sempre estou estudando para aprender a utilizar novos aplicativos, utilizar as plataformas. Eu não vejo dificuldade, porque em primeiro lugar eu gosto. As tecnologias estão inseridas na nossa vida. Ela favorece o meu trabalho e eu fico muito contente porque eu ajudo outras pessoas a descobrir as facilidades que as tecnologias digitais podem trazer a vida do profissional, principalmente para o professor. E isso eu sei que pode contribuir para a qualidade da educação. (Entrevista com a Multiplicadora 1, ago. 2018).

O tutor não é um mero operador de máquinas, mas suas habilidades técnicas/tecnológicas são pré-requisitos importantes para o êxito de seu ofício.

A pergunta 5, sobre a operacionalização da plataforma Moodle, mostrou que apenas um tutor ativo tinha uma certa dificuldade com o Moodle. Assim, 95,7% dos cursistas se declaram hábeis na operacionalização da plataforma virtual de aprendizagem.

Gráfico 5: A utilização da plataforma Moodle é atividade que desempenho com tranquilidade (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

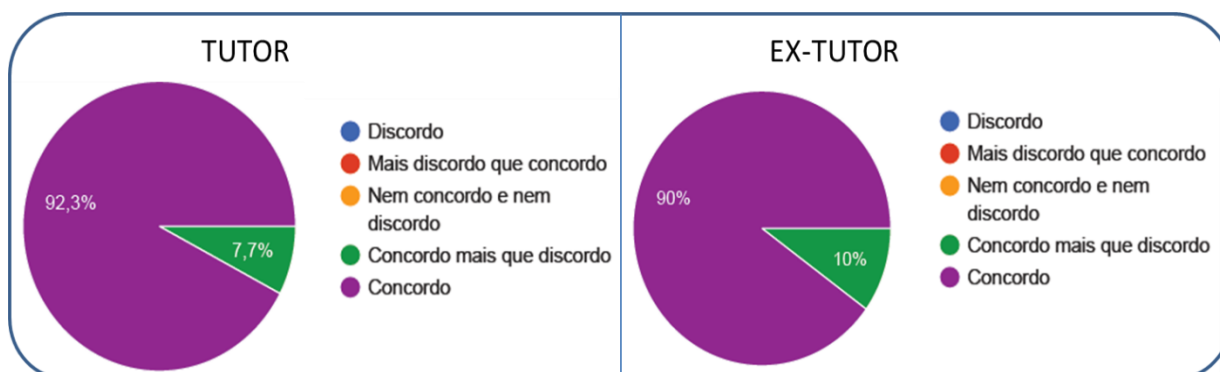
Sobre o Moodle, foi perguntado às multiplicadoras: Quais recursos da plataforma Moodle você mais utiliza? E o que poderia melhorar na plataforma Moodle? Considerando que são as multiplicadoras que criam as turmas no Moodle e ativam as principais funções na plataforma, são elas que conhecem as principais inconsistências da plataforma.

Elas responderam que utilizam o Moodle para acompanhar os tutores, cursistas, turmas, e participam de chats e fóruns. O que precisa melhorar, segundo elas, é: a plataforma precisa ser bem trabalhada nos encontros presenciais, pois alguns cursistas perdem questões, mas não apontou falhas (Multiplicadora 1); carregar a lista completa de cursistas em uma página só; corrigir o erro da média de notas dos alunos, visto que a média aparece para as questões realizadas e não para todas as questões a serem realizadas (para a Multiplicadora 2); para a Multiplicadora 3, a plataforma Moodle é muito boa, o que poderia melhorar é a velocidade da nossa conexão de internet.

O domínio do Moodle é outra habilidade técnica importante, pois significa ter o domínio de um espaço onde o tutor pode interagir; repassar orientações, materiais e atividades; ou acompanhar o que os alunos fazem ou deixam de fazer. É um monitoramento eletrônico, automatizado, sob a observação humana.

A pergunta 6, sobre a utilização do Sife, mostra que apenas 1/13 (7,7%) dos tutores ativos e 1/10 (10%) dos ex-tutores tem alguma dificuldade com esta ferramenta que funciona como a secretaria virtual do Formação pela Escola. O restante, 91,3%, se declararam como aptos na operacionalização do Sife.

Gráfico 6: A utilização do SIFE é atividade que desempenho com tranquilidade (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

As multiplicadoras acompanham no Sife os cadastros, avaliações, históricos e certificação de cursistas e tutores. Sobre o que poderia melhorar no Sife, a Multiplicadora 1 aponta a questão da dificuldade de atualizar cadastros de cursistas que cursaram na fase piloto e que não aparecem atualmente<sup>29</sup>. A Multiplicadora 2 considera o sistema excelente, mas a internet local é ruim. A Multiplicadora 3 informa que o sistema fica sobrecarregado nos períodos nacionais de matrícula, devido a grande quantidade de acessos.

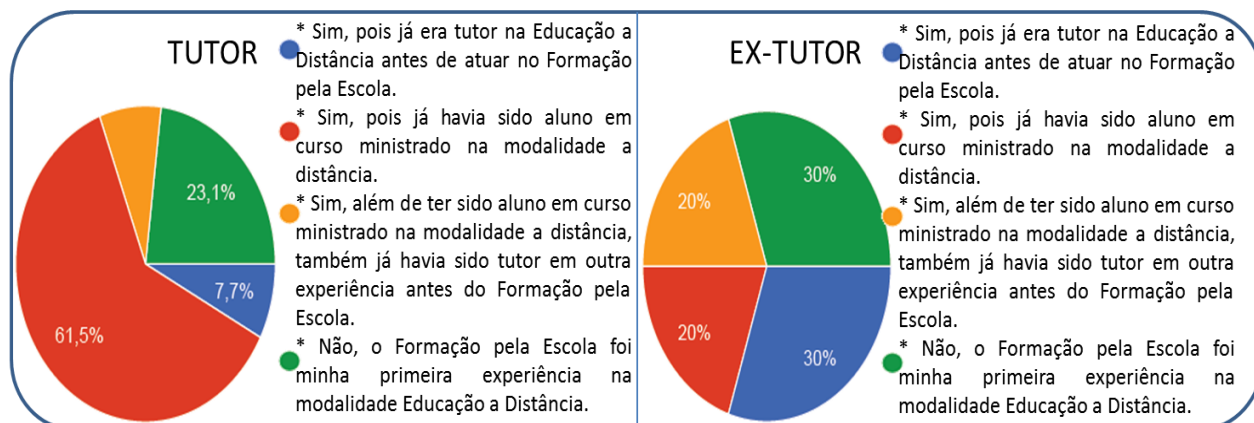
O Sife é uma ferramenta complementar ao Moodle que funciona como a secretaria virtual do programa Formação pela Escola. Dominá-la significa saber utilizar seu banco de dados, inserindo, buscando e retificando informações. Lá também acontecem as matrículas, lançamento de notas, frequência e certificação. As dificuldades que surgem são acompanhadas pelos multiplicadores. Por ser um sistema utilizado por toda a rede nacional de tutoria do programa, tem seus momentos de sobrecarga e de manutenção, o que ocasiona insegurança, sobretudo aos tutores novatos ou aos que têm menos habilidades técnicas.

A pergunta 7, sobre a experiência do tutor com a EaD, mostrou que 23,1% (3/13) dos tutores ativos e 30% (3/10) dos ex-tutores não tiveram experiências com este modelo de EaD antes do Formação pela Escola. Isto representa um número significativo, visto que as pessoas escolhidas para esta função tinham como pré-requisito ter habilidade com as tecnologias. A tendência é que o número de cursistas que tiveram o Formação pela Escola como sua primeira experiência na modalidade a distância seja superior aos 30%.

---

<sup>29</sup> O Sistema SIFE foi atualizado na fase atual e tem dificuldade de carregar os dados e histórico dos cursistas da fase piloto.

Gráfico 7: Já tive Experiência com EAD antes do FPE (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

As multiplicadoras ratificam esta informação. 2/3 (66%) delas iniciaram em EaD, nos moldes atuais, pelo Formação pela Escola.

No início do programa em 2006, a EaD era uma novidade no estado de Rondônia. Dados mostram a evolução da EaD nesse período de evolução do programa Formação pela Escola.

“O Censo EaD, em 2004, registrou a matrícula de 159.366 alunos em cursos na modalidade EaD. O mesmo Censo registra em 2013 o total de 1.271.016 matrículas nesta mesma modalidade” (FRANÇA, 2017, p. 27). Houve um aumento de 797% nas matrículas no Brasil no período de menos de dez anos. Esse é o resultado do esforço do governo federal em massificar a EaD, e o Formação pela Escola tem sua parcela de contribuição nesta marca positiva.

O Formação pela Escola começou a atender em Rondônia, em 2006, como uma experiência inovadora, visto que a EaD ainda era discriminada e pouco difundida. Foi responsável pela inclusão digital de muitos profissionais rondonienses a esta nova modalidade. Para Maciel e Araújo (2007) o grande desafio para o desenvolvimento da EaD em Rondônia era a oferta e massificação do atendimento, ou seja, melhorar a qualidade e a quantidade da oferta.

O domínio das novas tecnologias, plataforma Moodle, sistema Sife e EaD é habilidade requerida a rede de tutoria do Formação pela Escola para que desempenhe com qualidade suas funções.

O aspecto técnico aparece aqui com pouca influência nas dificuldades dos tutores. Na seção 2.3.4, retomando esta discussão, veremos que a qualidade da internet é um dos desafios para a rede de tutoria.

### **2.3.2 Aspectos Pedagógicos**

O terceiro bloco – “Aspectos Pedagógicos” – traz sete perguntas. O objetivo é observarmos as habilidades/dificuldades pedagógicas dos tutores, considerando a sua formação específica e o domínio dos conteúdos que ministram.

Para entendermos o papel do tutor vimos o que abordam autores como Preti, Pires, Belloni, Hackmayer e Bohadana, entre outros. O tutor tem um papel pedagógico controverso, complexo e flexível. Dependendo do modelo de programa implementado, o tutor pode ser figura principal ou não. Ele pode ser unidocente ou membro de uma equipe polidocente (NOGUEIRA, 2006; PIRES, 2017; RONDÔNIA, 2016).

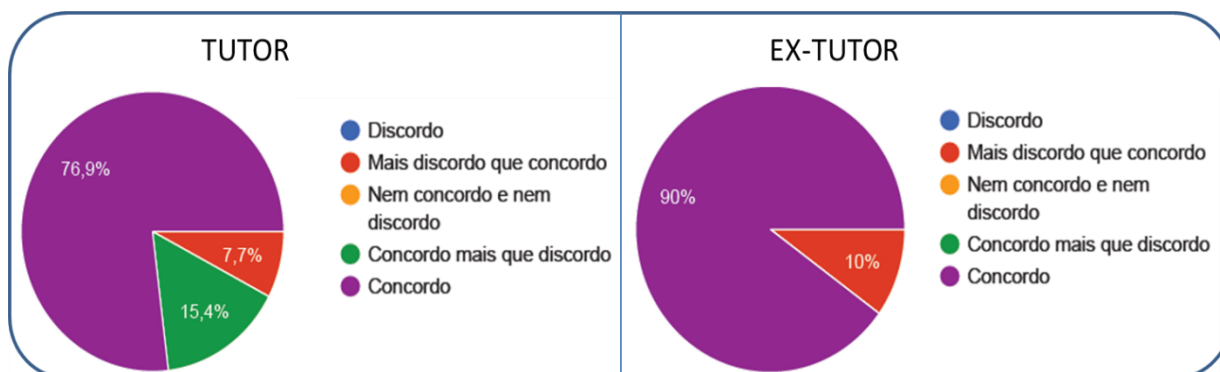
A EaD é o espaço do tutor. São frutos de ideais neoliberais, que vinculam a prática pedagógica ao modelo industrial. A tutoria surge na Universidade Aberta do Reino Unido, em 1969, e é propagada aos demais continentes na velocidade da evolução tecnológica e da internet. O tutor é colocado como uma figura que humaniza o processo mecanizado da EaD e, apesar de exercer papel docente, não tem o devido reconhecimento (PRETI, 1996; HACKMAYER E BOHADANA, 2014).

O tutor do Formação pela Escola, além das habilidades técnicas, precisa ter habilidades pedagógicas: ser docente de formação; ter formação em tutoria; e dominar o conteúdo, mesmo que parcialmente, dos módulos ofertados.

A pergunta 8 do questionário é sobre o conteúdo da Formação dos Tutores, se é ou não suficiente para iniciar o trabalho na esfera municipal, ratificando que essa formação é de responsabilidade das multiplicadoras com apoio de especialistas estaduais e do coordenador estadual. Acontece um encontro presencial com carga horária de 16 a 24 horas, sobre as diretrizes do programa, atribuições do tutor, as ferramentas de trabalho (SIFE e Moodle) e o

procedimento de atendimento aos cursistas, desde a divulgação, inscrição, cadastro, matrícula, formação e certificação.

Gráfico 8: O conteúdo da formação de tutores é suficiente para o tutor iniciar o trabalho no seu município (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

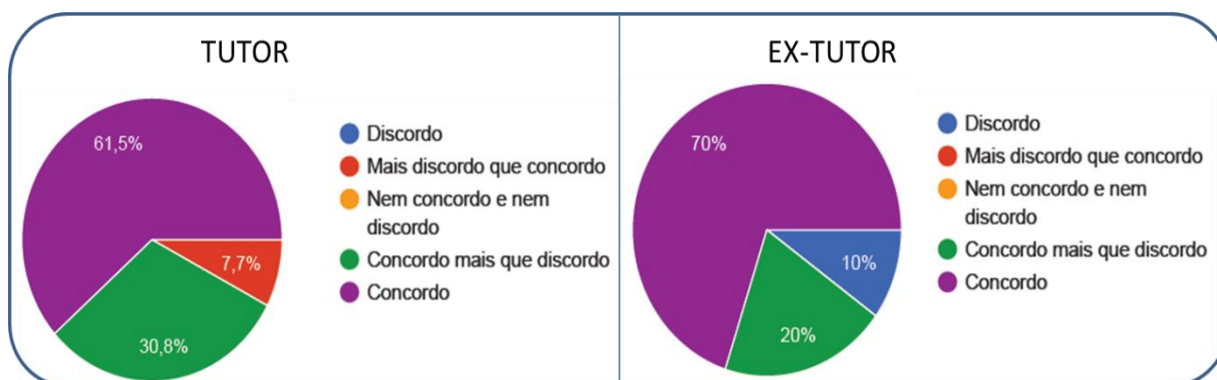
O gráfico 8 mostra que 10 dos 13 tutores ativos (ou seja, 78,9%) consideram suficiente; enquanto 2/13 concordam mais que discordam e 1/13 discordam mais que concordam.

Para estar apto a iniciar o seu trabalho no município, o tutor deve cursar o módulo de Tutoria e o módulo Competências Básicas. É o momento do tutor conhecer a dinâmica do programa, seus integrantes, seu formato e começar a planejar suas ações na sua localidade.

A pergunta 9 questiona se a formação de tutores, em todos os aspectos (carga horária, palestras, discussões, sensibilização e conteúdos), era suficiente para a aplicação do trabalho do tutor no seu município. A concordância total diminuiu em relação à questão anterior, sendo que 1 dos 10 ex-tutores discordou totalmente.

A Escala Likert aplicada aqui inibiu mais uma vez as respostas neutras.

Gráfico 9: A formação de tutor prepara-o para a execução do trabalho no município (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Sobre a questão 9, duas das multiplicadoras declararam que o conteúdo e a carga horária são suficientes; e uma declarou com base nas declarações de tutores que o conteúdo é muito extenso para pouca carga horária.

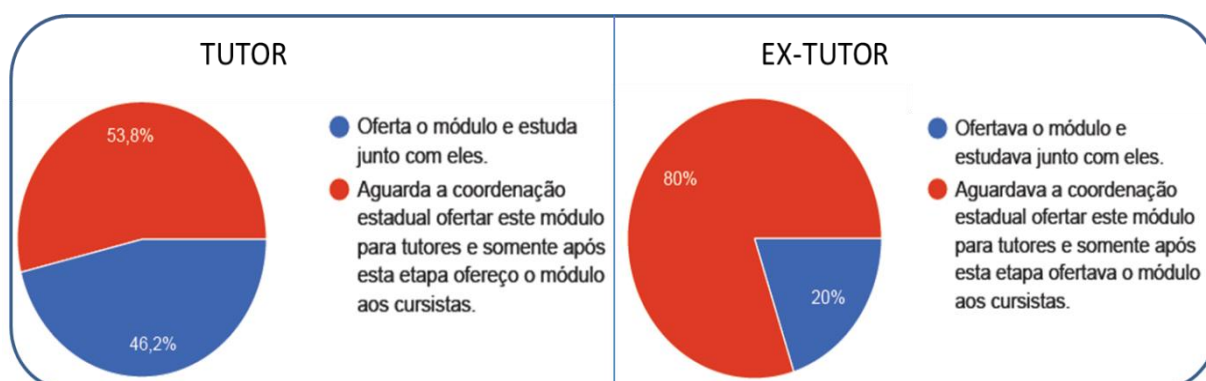
A questão 10 do questionário é sobre uma situação que pode agravar a dificuldade pedagógica do tutor: Quando não cursou um módulo e há cursistas solicitando a oferta deste módulo, o que você faz?

Dos 13 tutores, 6 informaram que ofertavam o curso mesmo sem ter estudado; 2/10 dos ex-tutores também confirmaram esta prática. A coordenação nacional não proíbe esta prática, pois o tutor tem acesso aos cadernos de estudos e de atividades anteriormente e conta com o apoio do especialista do módulo e dos multiplicadores, que podem estar sanando suas dúvidas pedagógicas.

Os dados desta questão mostram que é mais recente a defasagem da formação continuada aos tutores. Se o programa Formação pela Escola iniciou-se com quatro módulos específicos, eram necessários seis meses para que os tutores cursassem os módulos que não estudavam na formação de tutores. Hoje são necessários 16 meses para que o tutor estude os oito módulos restantes do programa.

Portanto, pode ser que o módulo Censo Escolar seja o último da fila para oferta aos tutores, mas em um determinado município, há demanda por esta formação. O tutor acaba cedendo e abrindo o curso sem tê-lo estudado. Este problema é gerador de uma ação do Plano de Ação Educacional (PAE), no Capítulo 3.

Gráfico 10: O que fazer quando o cursista quer cursar um módulo que o tutor não cursou? (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Para a questão 10, duas multiplicadoras não viram problema com a oferta antes do tutor ter cursado o módulo. Porém, a Multiplicadora 1 discorda:

Realmente, isso não é algo positivo, a pessoa tem uma certa dificuldade. Eles até falam no curso de tutoria: “mas a gente já vai ter que trabalhar este conteúdo?”. Eles tem aquela dificuldade até por conta de ser o primeiro momento que eles vão estar atuando. Alguns, é a primeira vez que vão atuar como tutores. Eles tem essa dificuldade até de conseguir encontrar o especialista (tipo do PDDE ou do Programa do Livro) para que eles possam receber algumas orientações para os municípios. (Entrevista com a Multiplicadora 1, ago. 2018).

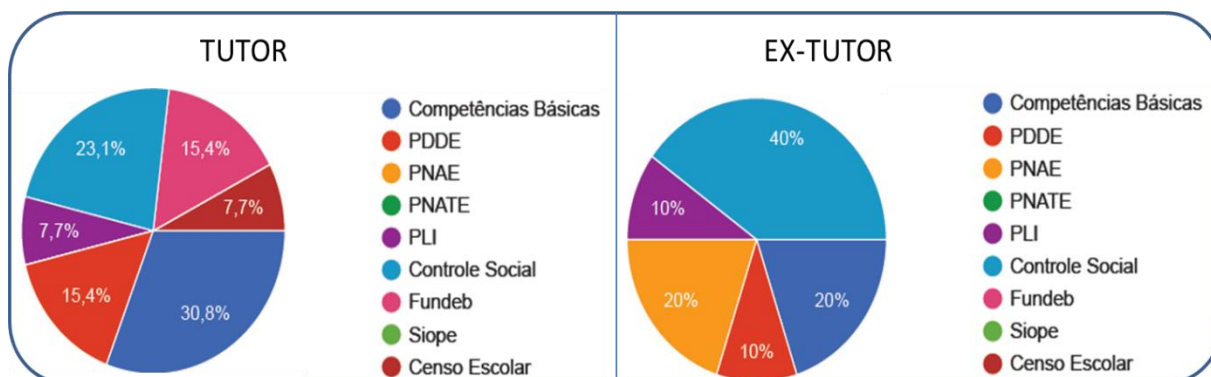
As perguntas 11 e 12 são sobre o Módulo com o qual o tutor mais e menos se identifica. Geralmente, o interesse do tutor impacta nos módulos mais ofertados, pois são os módulos que os tutores têm mais, ou menos, segurança em trabalhar.

Entre os ex-tutores, os módulos Competências Básicas, Controle Social e PNAE (merenda escolar) são os mais populares. Pode ser que alguns ex-tutores não tenham trabalhado com os módulos Siope e Censo Escolar, que foram disponibilizados nos últimos quatro anos. Entre os tutores, os módulos mais populares são Controle Social, Competências Básicas, Fundeb e PDDE (Dinheiro Direto Na Escola). Nota-se que, apesar do Censo Escolar ser o módulo mais recente, já aparece na pesquisa com o mesmo percentual (7,7%) de aceitação do PLI (livro didático) e à frente do PNATE (transporte escolar), que



são módulos ofertados desde a fase piloto. Isso mostra a tendência do público de buscar mais conhecimento, e com qualidade, cabendo à coordenação nacional ofertar mais cursos. Isso mantém a demanda ligada ao programa, porque sempre terá um curso novo para o cursista, se ele quiser cursar. Esta é uma questão geradora para o PAE.

Gráfico 11: O módulo que o tutor mais se identifica (comparativo entre tutor e ex-tutor).



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

A Multiplicadora 1 se identifica com o módulo Censo Escolar: “Ele tem um conteúdo extenso, mas foi escrito de forma clara e objetiva”;

Para a Multiplicadora 2,

o CB, Competências Básicas, ele mostra tudo. Então você já tem aquela visão de como é que é, é muito leve. A pessoa fica curiosa de saber como é que vai ser, vou me aprofundar. Para mim o CB é o que mais envolve o cursista e faz com que ele queira conhecer os programas. (Entrevista com a Multiplicadora 2, ago. 2018).

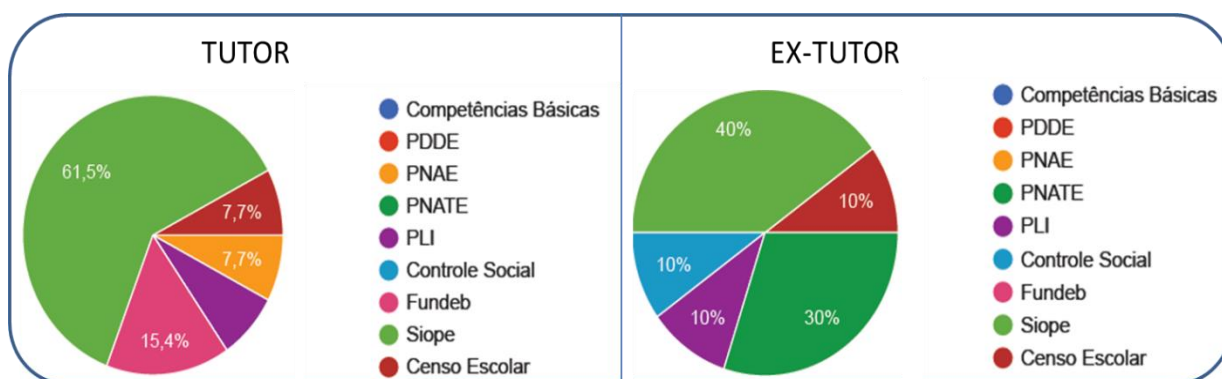
Para a Multiplicadora 3, todos os módulos têm seu valor, mas considera que o CB “proporciona a base de conhecimento em relação aos programas do Governo Federal”.

As multiplicadoras avaliam que a relevância e a escrita são fatores que fazem com que um módulo se destaque.

Sobre os cursos menos interessantes, os mais apontados pelos ex-tutores são o Siope, que aparece com 40%, e o PNATE, com 30%; entre os tutores, os mais indesejados são Siope, com 61,5%, e Fundeb, com 15,4%. O destaque é que o Fundeb obteve o mesmo percentual (15,4%) como curso mais interessante

e menos interessante. Censo Escolar, PNAE e PLI também foram apontados por 1 dos tutores cada. Os módulos PDDE e CB foram os únicos que não foram apontados nem por tutores nem por ex-tutores.

Gráfico 12: O módulo que o tutor menos se identifica (comparativo entre tutor e ex-tutor)



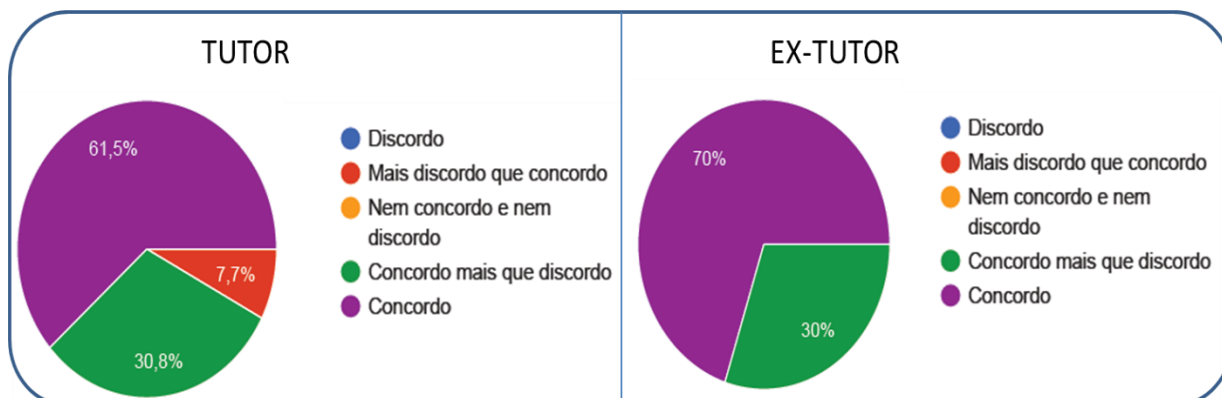
Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Para a Multiplicadora 1, o menos interessante é o Siope (complicado e extenso); para a Multiplicadora 2, são o PDDE e o Siope (cansativos e com atividades extensas); já a Multiplicadora 3 considera que nenhum módulo seja desinteressante.

A questão 13 do questionário é sobre a adequação do conteúdo ao público-alvo. Considerando que o curso é ofertado para um público heterogêneo, que vai do gestor ao porteiro e à merendeira da escola, a linguagem do módulo deve contemplar todo o seu público. Um módulo complexo, extenso e com linguagem extremamente técnica pode afastar parte da clientela, seja a menos esclarecida ou a mais sobrecarregada, inviabilizando ou prejudicando o controle social.

Dos 23 pesquisados, 7 tutores e 7 dos 10 ex-tutores concordaram plenamente com a adequação do conteúdo ao público. Apenas 1 entre os 23 pesquisados respondeu que discorda mais que concorda.

Gráfico 13: O conteúdo dos módulos é adequado aos cursistas (comparativo entre tutor e ex-tutor).



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Não existe controle social eficiente sem informações claras sobre o funcionamento do processo a ser monitorado.

A pergunta seguinte é complementar à questão 13.

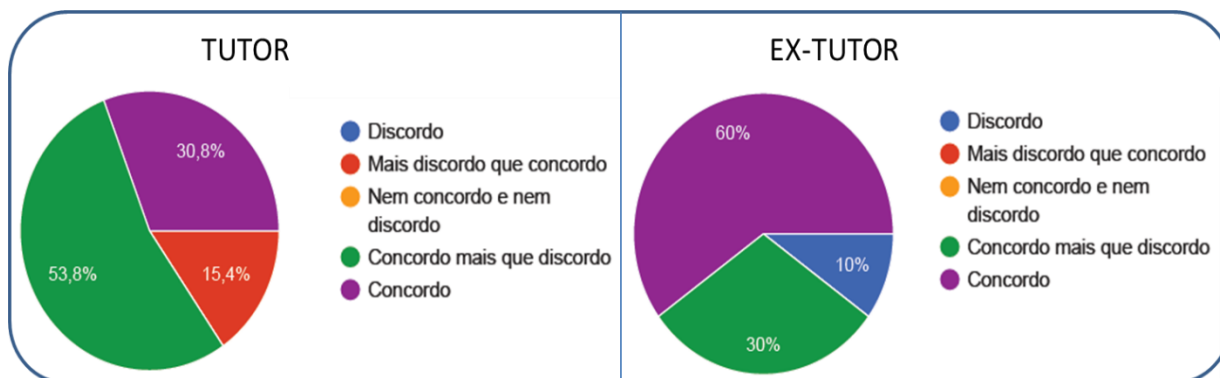
A pergunta 14 do questionário é sobre se o nível de dificuldade das atividades é compatível com o entendimento dos alunos.

Este item foi mais controverso que o anterior. Os dados indicam que os conteúdos sejam menos complexos que as atividades. Considerando que existem os encontros presenciais para apresentar o programa, que o caderno de estudo pode ser salvo no formato pdf para consultas posteriores e que o trabalho final pode avaliar se o cursista teve um bom entendimento do módulo, não é necessária uma extensa quantidade de questões complexas.

O curso mais interessante, na opinião da rede de tutoria de Rondônia, Competências Básicas, tem cinco unidades, totalizando 16 questões e uma atividade final. Enquanto isso, o módulo menos interessante, SIOPE, tem sete unidades, totalizando 34 questões. Esse item gera mais uma ação para o PAE.

Apenas 4/13 (30,8%) dos tutores e 6/10 (10%) dos ex-tutores concordam plenamente com a adequação do nível das atividades ao seu público alvo, enquanto 2/13 (15,4%) dos tutores mais discordam que concordam e 1 dos 10 ex-tutores discordam totalmente.

Gráfico 14: O nível de dificuldade das atividades é adequado aos cursistas (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Esta seção gerou três ações para o PAE relacionadas ao (i) fortalecimento da formação continuada dos tutores, referente à questão 10 dos questionários 01 e 02. O tutor do FPE algumas vezes precisa ofertar um módulo que não cursou e isso pode comprometer a qualidade do programa. Esta ação é de responsabilidade da coordenação estadual; (ii) criação de novos módulos. É uma estratégia para manter a demanda ligada e apta a continuar estudando no Formação pela Escola; e (iii) rever o nível de dificuldade das atividades dos módulos específicos, questão 14. Segundo os tutores, alguns módulos, como o Siope, são mais complexos que outros, trazendo atividades incompatíveis com seu público diversificado.

### 2.3.3 Aspectos Políticos

O bloco 4 – “Aspectos Políticos” – trata de questões gerenciais e de articulação com clientela e gestores municipais, que são atribuições do tutor municipal.

Tratar de assuntos como o “dinheiro da educação”, o “dinheiro da merenda escolar”, fiscalizar a gestão e participar das decisões da escola e da gestão municipal era pouco cogitado entre a classe de servidores educacionais. O tutor do FPE é o responsável por levar estes temas para dentro da escola, e ele precisa estar preparado. Ele precisa clarear ideias sem entrar em calorosas

discussões políticas, sem estimular ideias radicais e respeitando a polarização política e a multiplicidade de correntes sociais.

O Formação pela Escola colocou no mesmo pacote o neoliberal e o social.

A dimensão política é a que mais diferencia o tutor do FPE dos tutores de outros programas, como: Telessala, UAB e Mediação Tecnológica - já visto na seção 2.2. Neder, Paz e Lino (2006, p. 15), no caderno do tutor do programa FPE, destacam a conotação política do programa:

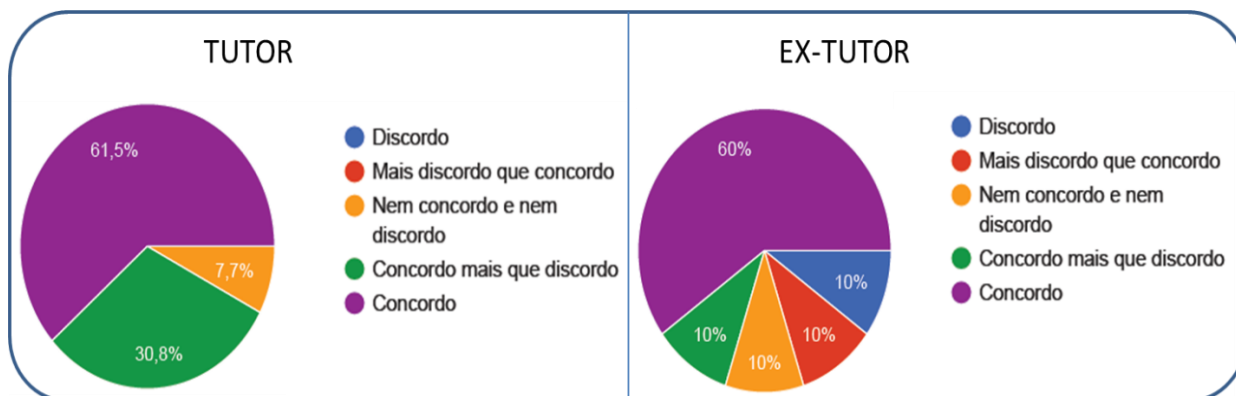
Levando em conta essa dimensão política do Formação pela Escola, é importante realçar que, ao trabalhar em um programa de EaD, (o tutor) estará desenvolvendo, também, uma ação política e que, com essa ação, estará possibilitando participação crítica, responsável e democrática na gestão dos recursos públicos. (NEDER, PAZ E LINO, 2006, p. 15)

O tutor do FPE exerce uma ação política, e não meramente intermediária de um processo de aprendizagem, e precisa atender às expectativas de seus chefes e da comunidade, sem perder a credibilidade de ambos.

Primeira questão deste bloco, a pergunta 15 do questionário é sobre a existência do apoio da rede municipal e/ou estadual ao trabalho do tutor.

Para 8 dos 13 tutores e 6 dos 10 ex-tutores, o apoio é pleno. Como os tutores representam municípios distintos, pode ser que o apoio seja diferenciado de um local para outro. Percebe-se nas respostas que 9 dos 23 pesquisados reclamam que o gestor municipal e/ou estadual não cumpre com o seu papel plenamente, sendo que 1 dos 10 ex-tutores discorda totalmente desse apoio. Considerando que os ex-tutores podem se sentir mais à vontade para responder a esta questão, geramos uma ação para o PAE, visando fortalecer o apoio dos gestores municipais aos tutores.

Gráfico 15: O tutor tem apoio da secretaria municipal e/ou secretaria estadual de educação (comparativo entre tutor e ex-tutor)

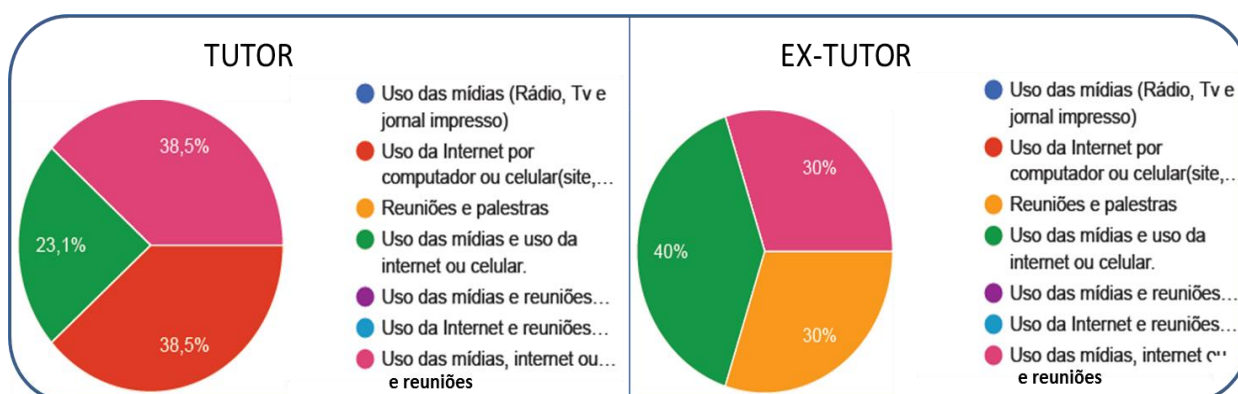


Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Ao serem questionadas sobre o apoio dos gestores municipais aos tutores, as multiplicadoras confirmaram que o apoio varia de município para município. Para a Multiplicadora 3, “[e]sse apoio varia muito, pois há secretários municipais que conhecem o Programa e sabem de sua importância pra sua comunidade” (entrevista com a Multiplicadora 3, ago. 2018).

A pergunta 16 é sobre a divulgação do programa. Foram colocadas como alternativas: o uso de mídias (Rádio, TV, jornal impresso); uso da internet por computador ou celular (sites, blogs); reuniões e palestras com gestores, professores e técnicos. As opções foram organizadas de maneira que o tutor poderia escolher uma, duas ou as três formas de divulgação. Como a captação de demanda é uma atribuição do tutor, e não é tarefa das mais simples, consideramos que o uso das três formas de divulgação deveria ser a mais utilizada. Porém, apenas 38,5% (5/13) dos tutores e 30% (3/10) dos ex-tutores utilizam ou utilizavam as três maneiras indicadas.

Gráfico 16: Como o tutor divulga o programa? (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

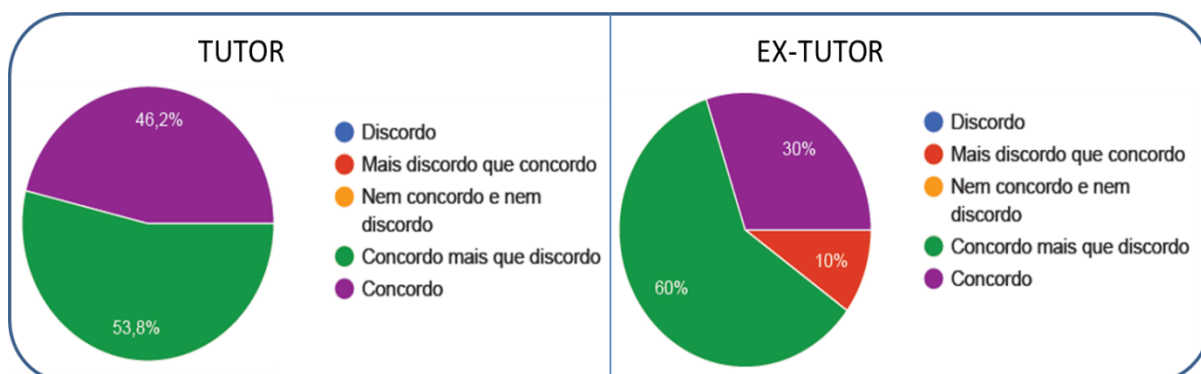
Dos 13 tutores entrevistados, apenas cinco utilizam apenas uma forma de divulgação (internet) e outros 3 utilizam duas formas (mídias e internet); entre os 10 ex-tutores, apenas 3 utilizam uma forma de divulgação (reuniões e palestras) e 4 utilizam duas formas (mídias e internet).

Se a captação da demanda, que é uma das atribuições da tutoria, é uma tarefa árdua, então devem ser utilizadas todas as formas possíveis de divulgação.

A pergunta 17 é sobre o interesse do público-alvo em relação aos módulos ofertados.

Para os tutores, 100% se interessam (53,8% parcialmente e 46,2% totalmente); para os ex-tutores, 90% se interessam (60% parcialmente e 30% totalmente).

Gráfico 17: O público alvo tem interesse nos Módulos ofertados (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Para as multiplicadoras, foi perguntado: Qual o motivo que atrai o cursista ao programa? A pergunta é complementar às duas anteriores tratadas aqui. A Multiplicadora 1 aponta que os cursistas são atraídos pela credibilidade do programa; para a Multiplicadora 2, eles querem o certificado e o conhecimento.

A primeira coisa que ele pergunta é se tem diploma. E a vontade de fazer parte, de conhecer o que está acontecendo nas escolas, o que vem para a escola. Então eu acho um grande motivador esse conhecimento. (Entrevista com a Multiplicadora 2, ago. 2018)

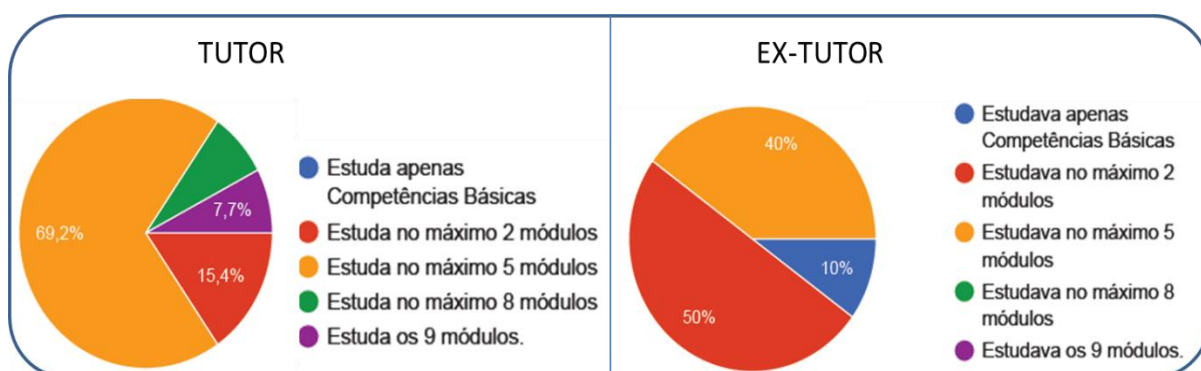
A Multiplicadora 3 confirma o interesse do cursista por conhecimento e certificação.

Os servidores costumam reclamar que fazem curso e não recebem certificados. No caso do Formação pela Escola, o certificado é emitido automaticamente pelo próprio cursista, ao final do curso, no sistema Sife.

A pergunta 18 é sobre a quantidade de módulos que o cursista estuda.

Entre os 13 tutores, 11 (84,6%) responderam que os cursistas fazem mais de 2 módulos; destes, 1/13 respondeu que os alunos cursam todos os módulos disponíveis; dos ex-tutores, 6/10 afirmam que os cursistas estudam no máximo 2 módulos; e 4/10 estudam até 5 módulos.

Gráfico 18: A quantidade de Módulos que o cursista costuma estudar (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

É normal que os tutores atuais tenham cursistas que estudam mais módulos. Além de estarem inativos no programa, alguns dos ex-tutores se

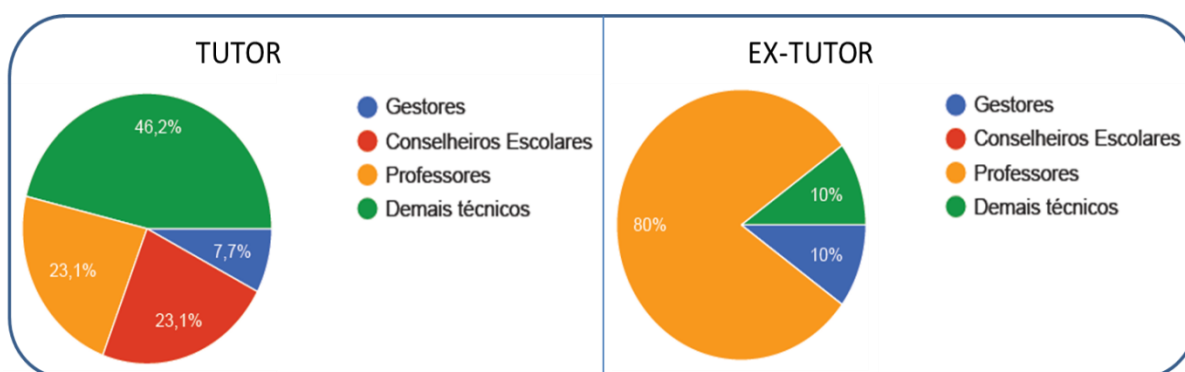


afastaram do programa há mais de quatro anos, quando não existiam os módulos Siope e Censo Escolar.

A questão 19 é sobre o perfil do cursista. Foi perguntado: A maioria das pessoas que cursam o programa são: gestores, conselheiros escolares, professores ou demais técnicos?

Os gestores são maioria para apenas 1 dos 13 tutores, enquanto professores e conselheiros escolares empatam em 3/13 (23,1%). Os demais técnicos das escolas e da secretaria ocupam os outros 6/13 (46,2%) restantes; segundo os ex-tutores, os conselheiros escolares não aparecem no resultado. Isto significa que em nenhum município ele é o que mais procura os cursos, mas não significa que eles não façam os cursos, visto que o módulo Controle Social é um dos mais procurados por todos os públicos.

Gráfico 19: A maioria das pessoas que cursam o programa são: (comparativo tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Os professores aparecem como os principais interessados, segundo os ex-tutores.

A tutoria tem como missão divulgar e disseminar o conhecimento do programa para uma clientela cada vez mais diversificada. Vimos que o interesse não é apenas de quem administra o recurso. Professores se preocupam também com o extraclasse, e quanto mais pessoas se preocuparem, maior vai ser a possibilidade de todos se sentirem capazes de planejarem a mudança que anseiam.

A participação do cidadão pode acontecer direta ou indiretamente, na gestão ou assessorando e no controle social. Essa participação passou a ser

viável pós-promulgação da CF de 1988, quando o processo democrático começou a se fortalecer no Brasil. Os municípios e as escolas passaram a ter autonomia e gerir seus recursos. Esse processo de descentralização de recursos acarretou em mais responsabilidades e envolvimento de um número maior de pessoas (SALLES, 2013; PRETI, PAZ E LINO, 2013).

Concordamos com Oliveira (2014, p. 59) quando ressalta que o componente fundamental da aspiração democrática - a participação – “surge na democracia contemporânea como exigência, por agregar qualidade à representação dos interesses sociais nos processos públicos”.

Dallari (1984) define a participação política como direito fundamental e como dever do cidadão que não pode se omitir diante das decisões que influenciarão pouco ou muito a vida da comunidade.

Ainda segundo Dallari (1984), todos têm o dever da participação política. Os que se omitem acabam legitimando os dominadores. Uns alegam que política é coisa para políticos, ou que não se identificam com a questão, outros não se posicionam por se considerar em condição privilegiada e não demonstram interesse nos problemas do coletivo, ou se consideram impotentes.

Paro (1992) distingue participação na tomada de decisões do grupo e participação na execução, e considera que participação social é a partilha do poder. O autor afirma que

parece haver pouca probabilidade de o Estado empregar esforços significativos no sentido da democratização do saber, sem que a isso seja compelido pela sociedade civil. No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado. E isso só terá condições de acontecer na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões. (PARO, 1992, p. 256)

O fato do módulo Controle Social ser um dos mais procurados pela clientela do programa, indica que o Formação pela Escola tem sido uma ferramenta que apoia a gestão, mas que possibilita a participação e o controle social. O Controle Social é a sociedade no controle (no comando e no monitoramento). Do controle para o comando é um passo que depende do conhecimento e da atitude de cada um da sociedade.

Para Preti, Paz e Lino (2013), o Controle Social é um direito do cidadão brasileiro, conquistado na Constituição Federal de 1988. Ou seja, é o direito da participação da sociedade no acompanhamento e verificação da gestão dos recursos públicos empregados nas políticas públicas.

Paro (1992) afirma que as famílias também podem exercer o controle social.

Embora não sejam formados em Pedagogia, em Matemática ou Geografia, os pais têm conhecimentos suficientes para exercer certa fiscalização e contribuir, pelo menos em parte, na tomada de decisões a respeito do funcionamento pedagógico da escola. (PARO, 1992, p.270)

Este bloco é o mais importante desta pesquisa, porque distingue o tutor do Formação pela Escola dos demais. A partir das considerações sobre a falta do apoio pleno das prefeituras ao trabalho do tutor, divulgação do programa e a quantidade de módulos que o cursista estuda, respectivamente, deram origem a três ações no PAE direcionadas à esfera municipal e estadual: (i) intensificar o apoio do gestor municipal; (ii) criar a figura do tutor regional; e (iii) criar a figura do coordenador municipal.

As questões do bloco “Suporte à Tutoria” também são questões políticas. Foram separadas porque consideramos que são fatores que podem amenizar a tarefa dos tutores. O suporte do especialista, das multiplicadoras e o benefício da bolsa.

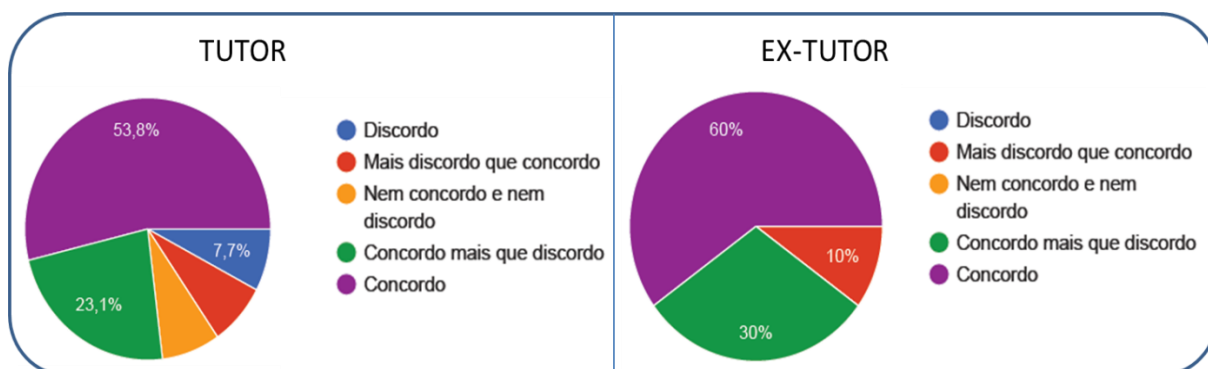
### **2.3.3.1 Suporte à Tutoria**

A primeira questão do quinto bloco dos questionários 01 e 02 é sobre o apoio efetivo dos especialistas dos módulos específicos aos tutores. Como vimos no bloco três (aspectos pedagógicos), o tutor pode ministrar um módulo que não tenha cursado porque conta com o apoio dos especialistas para sanar suas dúvidas quanto aos conceitos, histórico e legislação dos programas.

Os dados apontam que 7/13 (53,8%) dos tutores e 6/10 (60%) dos ex-tutores afirmam que os especialistas dão apoio total ao seu trabalho;

considerando que 13/23 (43,5%) do total de entrevistados afirmaram que não há apoio total dos especialistas nos municípios, este item gerou mais uma ação para o PAE no terceiro capítulo. Se o especialista não dá o total apoio técnico aos tutores, isso inviabiliza que o tutor oferte um módulo que não tenha cursado.

Gráfico 20: O especialista dos módulos específicos apoia o trabalho do tutor (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

As multiplicadoras também foram perguntadas sobre a participação dos especialistas. Para a Multiplicadora 1, os especialistas estão presentes nos encontros presenciais, na capital.

Normalmente, no primeiro encontro a gente convida para participar. Porque o tutor não detem aquele conhecimento de forma aprofundada como eles fazem, então a gente faz este convite. Eu conheço alguns aqui na cidade de Porto Velho e sempre fui atendida quando convidei. Mesmo alguns que mudaram, alguns que eu não conheço, mas aqueles antigos indicam. Mas sempre que a gente precisa, a gente liga para ter a orientação de determinado módulo, eles estão a disposição. Esses são colegas que estão sempre fazendo uma parceria conosco. (Entrevista com a Multiplicadora 1)

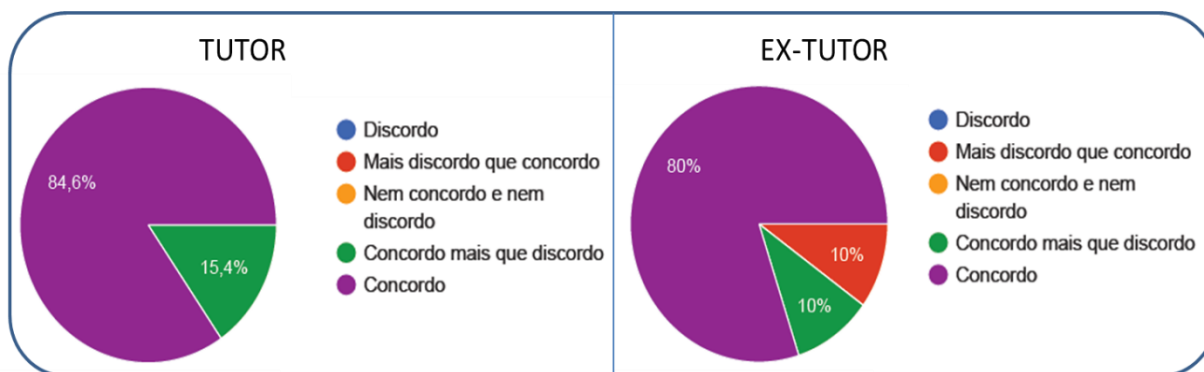
Geralmente na capital, onde estão lotados os especialistas, o apoio acontece no encontro presencial (quando é convidado) e a qualquer momento (quando contatado pelos tutores).

Para a Multiplicadora 2, a realidade do interior do estado é bem diferente: “Essa é uma dificuldade que eu multiplicadora já tenho. Eu não tenho como acompanhar meus tutores porque são em outros municípios. Então, quando a gente pergunta sobre a participação destes especialistas é inexistente”.

Para a Multiplicadora 3, em sua percepção, no interior a participação dos especialistas é mínima.

A pergunta 21 é sobre o apoio efetivo das multiplicadoras aos tutores. 100% dos tutores declararam que há apoio (84,6% total e 15,4% parcial), enquanto 90% dos ex-tutores confirmam este apoio (80% total e 10% parcial).

Gráfico 21: A multiplicadora apoia o trabalho do tutor (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

O trabalho da multiplicadora é articulado com o trabalho dos tutores. Depois que o tutor consegue sua demanda, define qual módulo irá ofertar no bimestre e realiza a matrícula no Sife, cabe à multiplicadora criar a turma no Moodle, acompanhar os acessos, dar suporte técnico e pedagógico, contatar o especialista, observar a finalização das turmas e cobrar relatórios dos tutores.

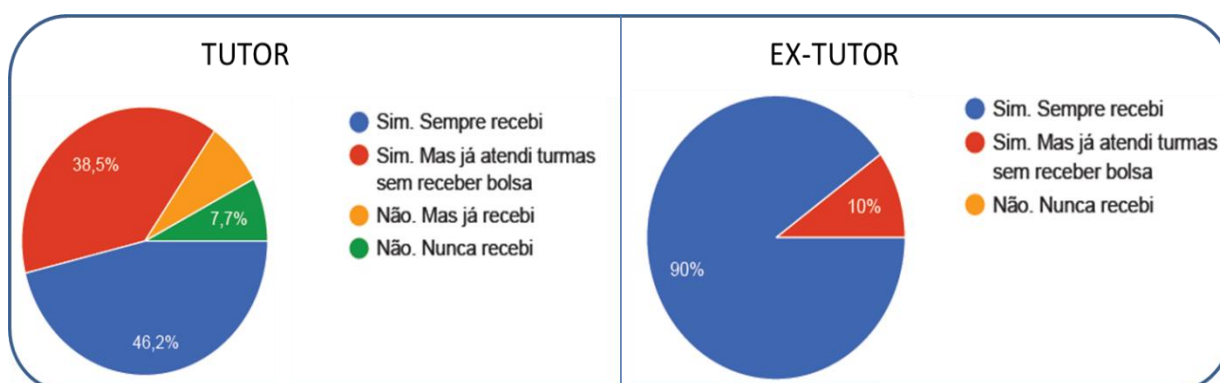
A pergunta 22 do questionário é sobre o recebimento de bolsa pelo tutor.

Mais de 50% dos tutores já atenderam turmas sem o pagamento de bolsas<sup>30</sup>. De 2006 a 2008, o programa não previa pagamento de bolsa para coordenadores, tutores e multiplicadores. No segundo semestre de 2016, as bolsas foram suspensas, por decisão do governo Temer, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Quando tutores atuam e não recebem bolsas, isso ocorre por dois motivos: (i) por não atingirem o índice de 50% de aprovação de cursistas por turma; (ii) por receber bolsa de outro programa. O tutor que atua em dois programas do governo federal recebe apenas uma bolsa.

<sup>30</sup> Os tutores são servidores municipais e/ou estaduais. Não trabalham exclusivamente com o programa Formação pela Escola. Quando a bolsa é suspensa, o tutor executa o trabalho extra sem remuneração específica para este trabalho.

Gráfico 22: Você recebe bolsa de Formação pela Escola? (comparativo entre tutor e ex-tutor)



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários aplicados.

Sobre o pagamento de bolsas, as multiplicadoras se posicionaram sobre o assunto. Para a Multiplicadora 1,

Eu acredito que seja importante porque é assim, você investe também recursos pessoais, investe em sua internet, seus equipamentos, combustível para ir aos encontros. A secretaria neste ponto não apoia a gente. Às vezes você tem que levar o seu computador pessoal. Tem que ir com o seu carro ao encontro presencial. Muitos tutores, até lanche, muitos compram para fazer aquele encontro ali, para ser algo bem amigável, prazeroso para o cursista. Então vejo que a bolsa muitas vezes é para isso que serve também, para esses momentos especiais. E eu acho que é justa porque a pessoa se dedica até altas horas. Vejo assim, a noite, as meninas trabalhando, mandando mensagens. Eu digo, nossa, trabalhando nesse horário? Fico assim impressionada porque tem o seu trabalho e tem o trabalho de tutoria e tem que ter dedicação. Então eu acho que a bolsa ela é justa, porque custeia até mesmo, a qualidade do programa. (Entrevista com a Multiplicadora 1, ago. 2018)

Para a Multiplicadora 2, o valor pago aos tutores é muito pequeno diante do trabalho que exercem; para a Multiplicadora 3, é uma motivação a mais para exercerem o seu trabalho.

Este bloco gerou mais uma ação para o PAE, voltada ao efetivo apoio dos especialistas municipais e estaduais.

### 2.3.4 Avaliando o Programa

Este bloco tem o objetivo de captar as percepções de tutores e multiplicadores sobre: as dificuldades da rede de tutoria; os motivos que mantêm os membros no programa; e os motivos dos desligamentos dos ex-tutores.

A questão 23 do questionário para os tutores foi elaborada para captar as principais dificuldades que os tutores têm no desenvolvimento do seu trabalho.

O quadro 4 traz as respostas coletadas no “Questionário 01” do Google Formulários, aplicado para 13 tutores.

Quadro 4: As dificuldades dos tutores

TUTOR	RESPOSTA
Tutor 1	O descompromisso de alguns cursistas que se inscrevem e não acessam o módulo.
Tutor 2	Interesse dos profissionais da educação em realizar o curso - grande índice de evasão.
Tutor 3	Mesmo diante de motivações ainda há cursistas que não concluem as atividades propostas.
Tutor 4	Espaço físico adequado para atender a turma.
Tutor 5	A minha principal dificuldade é o sinal da internet da região, muito lenta.
Tutor 6	Disposição dos cursistas em participar das reuniões e palestras.
Tutor 7	Alguns cursistas que não executam a atividade final, não atendendo o processo avaliativo do curso. -A disponibilidade de maior tempo no acompanhamento e avaliação dos fóruns e dos projetos finais.( Considerando as demais funções na CRE).
Tutor 8	Encontrar e manter os participantes
Tutor 9	Os cursistas tem dificuldade com a Plataforma Moodle e SIFE
Tutor 10	O tempo curto de duração dos cursos e acesso a laboratórios de informática para encontro presencial
Tutor 11	Falta de interesse dos cursista.
Tutor 12	Comprometimento dos cursistas
Tutor 13	Desistência dos cursistas por não terem acesso a computadores.

Fonte: Elaboração própria com base no “Questionário 01” do Google Formulários.

As principais dificuldades que os tutores apontaram estão relacionadas à dificuldade de manter o cursista motivado. Além da carga de trabalho que tem que cumprir, a carga horária do programa é considerada pequena para a quantidade de atividades exigidas para um período de 30 a 45 dias. Ainda não

há oficialmente no estado uma política de valorização do servidor que busque formação continuada e se mantenha atualizado ou diferenciado em sua área. Não há incentivo financeiro.

Outro problema destacado foi a infraestrutura: espaço para os encontros presenciais e plantões de atendimento e a lentidão da internet.

Principalmente no interior, ratificamos que é crônico o problema da conexão. Sobre a infraestrutura, a coordenação estadual orienta que os tutores municipais façam parceria com as escolas estaduais para usarem o seu laboratório de informática, com uma conexão de internet no mínimo razoável, o que não é fácil de encontrar, mesmo em 2018.

De forma similar o “Questionário 02” trouxe a mesma pergunta aos ex-tutores.

Quadro 5: As dificuldades dos ex-tutores

TUTOR	RESPOSTA
Ex-tutor 1	Na época, a dificuldade dos cursistas com as mídias sociais.
Ex-tutor 2	Falta de apoio, pouco incentivo dos Gestores, um trabalho de formiguinha.
Ex-tutor 3	Acúmulo de trabalho na Seduc – Sede
Ex-tutor 4	Baixa participação do alunado.
Ex-tutor 5	A desmotivação dos cursistas por vários fatores, incluindo sobrecarga de trabalho e falta de incentivo dos gestores.
Ex-tutor 6	Conscientização da importância de estar se atualizando e aprimorando seus conhecimentos.
Ex-tutor 7	Formar turmas
Ex-tutor 8	Dificuldade dos cursistas no acesso à internet e uso do computador.
Ex-tutor 9	Disponibilidade de o professor participar dos encontros.
Ex-tutor 10	Não encontrei dificuldades.

Fonte: Elaboração própria com base no “Questionário 02” do Google Formulários.

As respostas confirmam o que declararam as pessoas do primeiro grupo: dificuldades em manter a demanda e infra-estrutura, com destaque para o acúmulo de tarefas do tutor e uma resposta de um ex-tutor que afirma não ter tido dificuldades na sua época.

No quadro a seguir, temos os motivos dos desligamentos dos ex-tutores pesquisados.



Quadro 6: Motivo do desligamento dos ex-tutores

TUTOR	RESPOSTA
Ex-tutor 1	Comecei atuar fora da área pedagógica.
Ex-tutor 2	Me aposentei
Ex-tutor 3	Por assumir cargo de chefia de Núcleo.
Ex-tutor 4	Por ter outras atribuições.
Ex-tutor 5	Para assumir outra atividade melhor remunerada.
Ex-tutor 6	Precisei me afastar do trabalho por motivos particulares, fiquei de licença por três anos e só em dezembro próximo passado retornei o meu trabalho.
Ex-tutor 7	O cumprimento da agenda de trabalho (planejar, produzir e gravar aulas) do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica.
Ex-tutor 8	Por falta de tempo para me dedicar à formação.
Ex-tutor 9	Carga horária.
Ex-tutor 10	Por falta de disponibilidade de tempo.

Fonte: Elaboração própria com base no “Questionário 02” do Google Formulários.

A maioria dos ex-tutores (4, 7, 8, 9 e 10) informaram que se desligaram do programa porque se envolveram com outras atividades que inviabilizaram a continuação do trabalho: por receber maior remuneração, por receber cargo de chefia ou por motivos pessoais, como aposentadoria.

Os 10 ex-tutores representam 11,2% dos 89 tutores que já atuaram no programa e se desligaram. Por isso, consultamos também os multiplicadores para declarem a sua percepção sobre o tema.

Para a Multiplicadora 1, os tutores da capital se desligam por motivos distintos:

Vejo que alguns vão atuar em outros programas. Me ligam: olha, vou atuar em outro programa, vou sair do Formação pela Escola. E eles nem falam em questão de bolsa. A pessoa quer fazer outro trabalho também, aprender algo de novo. Às vezes também porque está muito ocupado com o seu próprio trabalho mesmo. Não tá dando conta porque como eu falei a tutoria exige uma dedicação. A pessoa não tá dando conta, e ela não quer fazer um trabalho sem qualidade e ai ela abandona mesmo. Não abandona, a palavra não é abandona, ela diz que vai se desligar, ela solicita isso antes de acontecer muita reprovação porque ela não tá se dedicando ao programa porque ela tem o trabalho dela que está preenchendo muito do tempo dela. Tem pessoas que fazem isso por conta dessas situações e também pessoas

que saem por problemas pessoais. Chegam pra gente e dizem, olha não tá dando, estou com problema pessoal, não vou mais trabalhar este ano. Então, eu penso que são essas as razões. Não é porque não acreditam mais no programa. Nunca ninguém chegou nesses 10 anos para me dizer isso, que saiu por essa razão: olha, não acredito mais no programa. Nunca me falaram isso. (Entrevista com a Multiplicadora 1)

Para a Multiplicadora 2, a maioria dos desligamentos estão ligadas a questões políticas.

Acredito principalmente que são questões políticas. A indicação que vem do município, a falta de comprometimento da pessoa que vem fazer esta formação, às vezes está atrelada a uma posição política de quem indicou. Então na hora que muda o cenário. Muda-se as pessoas, então ele é desligado não porque queira, mas na maioria das vezes porque é obrigado. (Entrevista com a Multiplicadora 2)

Para a Multiplicadora 3, “[o] principal motivo do desligamento é a falta de apoio por parte de seus municípios e também a falta de cursistas para poder formar as turmas”. As multiplicadoras apresentam pontos de vista distintos porque atendem a tutores de regiões diferentes do estado. Uma delas atende apenas tutores da capital e municípios mais próximos, enquanto as outras duas atendem aos outros municípios do interior.

O quadro a seguir mostra o que motiva o tutor a permanecer atuando no programa Formação pela Escola.

Quadro 7: O que motiva o tutor a atuar no Formação pela Escola

TUTOR	RESPOSTA
Tutor 1	Repassar informações sobre a educação visto que sou Pedagoga e atuo na rede estadual e municipal.
Tutor 2	O aprendizado dos conteúdos; os alunos interessados em assuntos da educação brasileira, com vontade de mudanças e de realizar o controle social e o recebimento da bolsa.
Tutor 3	Os conteúdos dos cadernos são excelentes de fácil compreensão e o curso é rápido e conta com 60 horas de certificação
Tutor 4	O conhecimento que o curso traz
Tutor 5	O interesse de alguns cursistas pelos cursos ofertados. Algo que me emocionou muito foi o depoimento de uma cursistas

	que disse, após o formação motivou ela a fazer uma nova graduação.
Tutor 6	O tema abordado nos módulos, que incentiva o controle social.
Tutor 7	Gostar de atuar em formações e ampliar os conhecimentos e campo de atuação.
Tutor 8	Gosto de ter conhecimentos dos programas do Governo para melhor desempenhar meu trabalho.
Tutor 9	São cursos relacionados ao controle social.
Tutor 10	A maior motivação é a solicitação por parte dos cursistas para a realização dos cursos.
Tutor 11	Quando vejo que a turma está animada e empolgada com o módulo.
Tutor 12	A remuneração com a bolsa e o empoderamento dos atores para o controle social da política pública de educação.
Tutor 13	O conhecimento.

Fonte: Elaboração própria com base no “Questionário 01” do Google Formulários.

Pelo menos 8/13 dos tutores pesquisados (2, 3, 4, 6, 8, 9, 12 e 13) destacaram a importância do conhecimento e/ou da promoção da participação e controle social. Estão alinhados com os objetivos do programa.

As multiplicadoras também se posicionaram sobre a motivação pessoal para atuar no programa. A Multiplicadora 1 é graduada em História, especialista em Tecnologias na Educação e acredita no programa:

Eu acredito muito na Modalidade de Ensino a distância, acho que ela veio para ficar mesmo, por toda essa estrutura de tecnologia digital e eu acredito no programa. Eu acredito no Programa Formação pela Escola. Eu vejo que ele tem duas plataformas: uma sala de aula virtual e uma secretaria virtual excelentes. Tem os seus defeitos que podem ser melhorados, são muito bons e fáceis de utilizar. E os conteúdos são de suma importância para formar cidadãos conscientes dos seus direitos, seus deveres. Pessoas que podem atuar, lá no seu local mesmo, na sua cidade, naquele distrito. Então eu penso que o Formação pela Escola é muito importante nesse sentido. É difícil a gente ver falar de recursos públicos. Programas que falem de recursos públicos, que falem de transparência. Então, eu acredito nisso também. Tem esse lado que me faz ficar e eu gosto muito. E contribuir, porque dessa forma como multiplicadora ou tutora eu estou contribuindo para que as coisas possam mudar, mudar para melhor. (Entrevista com a Multiplicadora 1, ago. 2018).

A Multiplicadora 2 é formada em História, pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior e sabe muito sobre gestão escolar.

Gosto de fazer parte desse processo de conscientização junto a todos os atores que fazem parte da educação. E no programa que eu trabalho, programa da Melhoria da Qualidade de Ensino, a gente atua diretamente com a escola e aprendi muito sobre gestão pública, gastos públicos e aplico tudo isso no meu trabalho. (Entrevista com a Multiplicadora 2, ago. 2018)

A Multiplicadora 3 é formada em Pedagogia e especialista em Educação Especial. Ela declara: “A motivação que tenho é saber que posso contribuir, mesmo que indiretamente, com a formação de pessoas, tornando-as mais esclarecidas quanto a utilização das verbas federais”.

## **2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS DIFICULDADES DA TUTORIA**

Esse Capítulo 2, com o objetivo de esclarecer o papel do tutor e analisar as dificuldades do tutor do Formação pela Escola em Rondônia com base em entrevistas e questionários aplicados a multiplicadoras e tutores do programa, obteve resultados que apontaram para sete ações distribuídas aos três entes federados: União, estados e municípios.

Na seção 2.1 vimos que a tutoria, que surgiu para atender uma grande demanda a baixo custo, é uma atividade complexa, assim como a EaD. De acordo com os “Referenciais de Qualidade” do MEC, não existe um modelo único de tutoria; isso varia de acordo com o desenho do programa (BRASIL, 2007). Nesse sentido o tutor do Formação pela Escola caracteriza-se pela unidocência e por ser um gestor local (NOGUEIRA, 2006). Ele é o único que trata oficialmente de questões pedagógicas diretamente com o cursista. Com relação ao especialista que tem função de auxiliá-lo pedagogicamente, não consta seu registro nem no Sife nem no Moodle. O tutor do FPE é professor, secretário e gestor do programa no seu município. Ele ressignifica a função de tutor: de mero intermediário, coadjuvante e executor de planejamentos alheios, passa a ser protagonista, gestor e responsável pela agenda e pelo plano de atendimento municipal.

No entanto, o tutor nem sempre é protagonista. Em modelos de polidocência (quando um grupo de professores prepara a aula), o tutor, professor mediador ou professor presencial ou a distância cumpre a função de intermediar o(s) professor(es) titular(es) e os alunos. Eles têm pouca autonomia e funções limitadas.

Na seção 2.2, comparamos o tutor do FPE com os tutores da UAB, do projeto Telessala de Minas Gerais e da Mediação Tecnológica implementada no Amazonas. Analisamos os componentes, objetivos e as dificuldades dos quatro programas.

Em nossa análise na seção 2.3, vimos que as principais dificuldades que os tutores apresentaram são: (i) manter a demanda e motivá-la; (ii) criar novas clientelas para formar turmas; (iii) o nível de dificuldade dos cadernos de atividades inadequados aos cursistas que tem pouco tempo para estudar; (iv) A formação continuada dos tutores no estado; (v) o pouco apoio dos especialistas estaduais e municipais no interior do estado; e (vi) o pouco apoio dos gestores municipais aos tutores. Há outras dificuldades, como o desligamento de tutores por motivos pessoais ou por aspiração pessoal, por solicitação do gestor do municipal ou por mudança de gestão, não provenientes de ações autônomas do tutor e do seu gestor que não cabe interferência nem da coordenação nacional e nem da coordenação estadual. É solicitado, através do Termo de Compromisso que o gestor municipal assina ao aderir o programa, que ele deve manter o tutor nesta função por no mínimo dois anos.

Os itens (i), (ii), (v) e (vi) são dificuldades políticas; e os itens (iii) e (iv) são dificuldades pedagógicas. Todas essas dificuldades podem/devem ser discutidas e amenizadas pelos entes federados: União, estado e municípios. A colaboração entre os entes é uma das características do programa. Visando estimular a melhoria na gestão pública local, o programa dá abertura para que cursistas apontem falhas e sugestões nos programas federais a partir das “atividades finais” dos módulos específicos do programa.

Estes itens serão norteadores das ações do PAE do Capítulo 3.

### 3 PROPOSTAS PARA OS ENTES FEDERADOS

Neste capítulo, desmembraremos as possíveis soluções das dificuldades, da rede de tutoria de Rondônia, encontradas na pesquisa de campo (seção 2.3), encaminhando-as aos entes federados<sup>31</sup> responsáveis. As dificuldades técnicas relacionadas à modalidade EaD e ao domínio das ferramentas tecnológicas não se confirmaram entre os tutores do FPE. As principais dificuldades encontradas foram: (i) pedagógicas, relacionadas à formação do tutor, que tem a possibilidade de ofertar módulos que não cursou sob alegação que especialistas dariam pleno apoio a sua agenda pedagógica, porém, este apoio não acontece plenamente; e (ii) políticas, relativas ao apoio do gestor municipal, apoio dos especialistas locais, falhas na infraestrutura, divulgação e na motivação da clientela.

O Programa Formação pela Escola acontece em parceria entre os três entes federados, respeitando a autonomia que eles têm e a divisão de tarefas que reza a Resolução N° 12, de 25 de Abril de 2008, do FNDE, que criou o programa.

Art. 11. Os três níveis de gestão do Programa terão atribuições, compartilhadas e próprias, que possibilitarão, de forma integrada, a implementação racional e o desenvolvimento da gestão do Formação pela Escola. (BRASIL, 2008)

A análise dos dados desta pesquisa apontou para sete ações que podem/devem ser executadas coletiva e particularmente: 1. Criação de novos módulos; 2. Reformulação dos cadernos de atividades dos módulos específicos mais extensos e/ou menos procurados; 3. Criação do tutor regional; 4. Intensificar a formação continuada dos tutores; 5. Intensificar o apoio dos especialistas; 6. criar a figura do coordenador municipal; e 7. Intensificar o apoio do gestor municipal.

Este Plano de Ação será apresentado utilizando a ferramenta 5W2H<sup>32</sup>, definindo o que será feito (ações), por que será feito (justificativa), onde será feito

---

<sup>31</sup> Os entes da federação são: União; Estados (mais o Distrito Federal); e Municípios. De acordo com o Art. 18 da CF de 1988.

<sup>32</sup> Ferramenta 5W2H (PERIARD, 2009) – Ferramenta de Gestão, em forma de *checklist*, de determinadas atividades que devem ser desenvolvidas com o máximo de clareza por

(local), quando será feito (tempo), por quem será feito (responsável), como será feito (método) e quanto custará cada ação (custo). Seu nome designa uma sigla que contém todas as iniciais dos processos em inglês, sendo: 1 – What (o quê); 2 – Who (quem); 3 – When (quando); 4 – Where (onde); 5 – Why (por quê); 1 – How (como); 2 – How Much (quanto). É esta a estrutura do 5W2H (PERIARD, 2009).

### **3.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – FEDERAL**

A primeira ação visa à criação de novos módulos de estudos. Já fazem quase três anos que foi criado o módulo Censo Escolar e quase quatro anos da implementação do módulo Siope. Na fase piloto, o programa tinha cinco módulos: CB, PDDE, PLI, PNAE e PNATE. Hoje, conta com mais quatro: Controle Social, Fundeb, Siope e Censo Escolar.

A cada implementação de um novo módulo, o programa se fortalece e amplia sua clientela. O surgimento do módulo Controle Social provocou uma maior procura ao programa pelos conselheiros escolares. Os conselhos são espaços de participação social, criados para fortalecer o controle social.

Para Monlevade (2005), a escola brasileira tem uma história de elitismo, de seleção excludente e de autoritarismo. Os colégios jesuítas da Colônia tinham muita qualidade, mas excluía os negros, selecionavam os índios – aproveitando e aprovando os “obedientes” – e aos brancos e mamelucos destinavam uma cultura elitista, apropriada para governantes e burocratas, civis e eclesiásticos. As escolas públicas do Império e da República até hoje ou excluem na matrícula, ou reprovam na avaliação, fabricando uma perpétua evasão e reforçando a desigualdade e a estratificação social.

Contra o autoritarismo, a corrupção e o corporativismo dos tradicionais mecanismos de luta popular (partidos, sindicatos, associações, etc.), os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 reivindicavam espaços de controle social das políticas públicas por meio da criação de conselhos em

---

determinados agentes dentro de uma empresa. Essa ferramenta é útil por eliminar as dúvidas quanto à aplicação dos processos e suas atividades.

diversas áreas, configurando-os em espaços de articulação entre governo e sociedade. A década de 1990 presenciou uma verdadeira explosão de criação de conselhos em todo o Brasil, que culminou na obrigatoriedade da implementação dos conselhos de saúde, conselhos tutelares e de direitos da criança e do adolescente, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e conselhos escolares (PRETI, PAZ E LINO, 2013).

Não discutiremos aqui se os conselhos cumprem o seu papel plenamente (não é este nosso objetivo) ou se a gestão democrática é eficaz; as iniciativas do programa Formação pela Escola visam fortalecê-los, garantindo a autonomia escolar e o direito de participação de toda a comunidade nos assuntos administrativos e financeiros da escola.

Com a criação do módulo Censo Escolar, o programa expandiu ainda mais sua clientela, pois passou a atrair, preferencialmente, secretários escolares, além de técnicos de todos os programas que diretamente dependem das informações do Censo Escolar. Indicadores educacionais e a captação de recursos federais estão relacionados aos dados informados pelas escolas, no sistema Educacenso, do INEP/MEC.

A demanda inativa, aqueles cursistas que cursaram todos os módulos, ou todos os módulos que lhe interessavam, pode retornar ao programa, atraída por novos cursos. Acreditamos que a criação de novos módulos a cada dois anos poderia manter a demanda ativa.

A ação 1 é uma sugestão para a Coordenação Nacional. Visto que os 27 coordenadores das unidades federativas podem e devem sugerir e indicar caminhos para a manutenção e promoção do programa.

Quadro 8: Proposta de Criação de Novos Módulos

Ação (O que)	Ação 1 - Criação de Novos Módulos; Sugestões de novos módulos: Educação Especial; Educação Integral, Proinfo, EJA e Prestação de Contas (já anunciado, mas não implementado).
Justificativa (Por que)	Fortalecer o programa; aumentar a demanda e atrair novos atores para o programa.
Local	Brasília. No SIFE e no Moodle.



(Onde)	
Quando (Tempo)	A cada dois anos, a partir de 2019.
Quem (Responsável)	Coordenação Nacional do programa Formação pela Escola, com técnicos responsáveis por programas que ainda não fazem parte do FPE.
Como (Método)	Articulação com técnicos e gestores de programas e ações do FNDE. Reuniões específicas com técnicos de programas que tenham interesse em participar do programa. A sugestão seria começar por
Quanto (Custo)	Sem custo para a rede estadual. Custo para a coordenação nacional com reuniões e preparação de material: Sem estimativa.

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos Questionários do Google Formulários.

Esta ação, gerada do bloco “Aspectos pedagógicos”, é direcionada à coordenação nacional, porque estados e municípios não têm autonomia para retirar ou inserir conteúdos na plataforma de estudo Moodle.

A sugestão é que seja trabalhada a possibilidade de criação de novos módulos essenciais para o conhecimento da comunidade e a todas as pessoas ligadas ao ensino público, como: (i) Educação Especial: módulo importante sobre educação inclusiva, que atrairia profissionais da área para o programa. O Censo Escolar de 2017 registra matrícula 1899 alunos declarados especiais em todo o estado; (ii) Educação Integral: com foco nos programas e ações que expandem a carga horária de permanência do aluno na escola, como o programa “Mais Educação” para o Ensino Fundamental e o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI); (iii) ProInfo: o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) foi a porta de entrada do FPE nos estados e tem grande relevância na inclusão digital do país; (iv) EJA: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem atendido cerca de 10% da clientela estudantil de Rondônia. Na rede estadual, este percentual é maior – dos 204.382 matriculados em 2017, 34.342 eram estudantes da modalidade EJA; e (v) Prestação de Contas. O Módulo Prestação de Contas já foi anunciado há pelo menos cinco anos e ainda não foi implementado.

Se considerarmos o prazo sugerido de dois anos para cada módulo (um ano para planejar e criar o módulo escrito com caderno de estudo e caderno de

atividades, mais um ano para implementação), teríamos uma década para a implementação total, com módulos implementados em 2020; 2022; 2024; 2026 e 2028.

Esta ação tem uma dimensão política, pois sinalizaria como uma garantia de longevidade ao programa e um “combustível” aos atores que o executam nos estados e municípios.

A não criação de novos cursos gera um efeito inverso. A clientela estuda os módulos que tem, desaparece e reduz a demanda do tutor. A criação do novo módulo não gera, obrigatoriamente, um custo extra ao orçamento nacional, apenas recupera ou renova a demanda. Por exemplo, um tutor que oferta um módulo por bimestre, durante o ano, pode continuar abrindo um módulo por bimestre. A diferença é que o cursista tem uma opção a mais para cursar. Não conseguimos estimar os custos com Reuniões e preparação de material para disponibilização na plataforma Moodle, apesar de acreditar que estas são ações do cotidiano e de interesse da coordenação nacional.

Para realizar o controle social, o cidadão precisa ter conhecimento do máximo de programas possíveis.

A Ação 2, gerada do bloco “Aspectos pedagógicos” (questão 14), trata do problema do nível de dificuldade das questões dos cadernos de atividades ser inadequado ao seu público-alvo, considerando que o público do FPE é diversificado. O programa atende desde servidores graduados e pós-graduados a servidores de apoio (como as merendeiras), com nível fundamental. Por este motivo, a linguagem dos módulos deve ser clara, universal e objetiva.

Quadro 9: Reformulação dos Cadernos de Atividades dos módulos específicos

Ação (O que)	Ação 2. Reformulação dos Cadernos de Atividades dos módulos específicos;
Justificativa (Por que)	Diminuir o índice de reprovação do programa. Em média, a cada vinte turmas finalizadas em Rondônia, neste ano, um tutor deixa de receber a bolsa porque o índice de aprovação ficou abaixo de 50%. A dificuldade observada pelos tutores, mostra que o módulo Siopé, um dos mais rejeitados por cursistas e tutores possui sete unidades e 34 questões além da atividade final, enquanto o módulo mais procurado, o Competências Básicas, tem

	cinco unidades, 16 questões e uma atividade final.
Local (Onde)	Coordenação Nacional (Brasília).
Quando (Tempo)	Março/2019.
Quem (Responsável)	Técnicos Responsáveis pelos conteúdos dos módulos específicos já implementados.
Como (Método)	Reuniões técnicas com responsáveis pelo programas em Brasília, com a participação de pelo menos um técnico responsável pelos programas de cada região ou estado.
Quanto (Custo)	Passagens e diárias para técnicos dos programas, um por região, para cada módulo.

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos Questionários do Google Formulários.

Como são nove módulos específicos, aconteceriam nove reuniões técnicas com especialistas e técnicos regionais para discutir o quantitativo de questões por módulo, o grau de dificuldade e a relevância de cada questão.

Esta ação também fortaleceria a ação 5 deste plano, pois foi notado pelos tutores e multiplicadoras que o especialista está alheio ao programa. Assim, ele deverá ser resgatado e estimulado a colaborar com eficiência e satisfação com o programa Formação pela Escola.

As duas ações anteriores são de responsabilidade da coordenação nacional, visto que estados e municípios não têm autonomia para alterar o caderno de estudo e de atividades e nem criar novos módulos, mas isto não omite o papel de colaborador dos estados e municípios.

### 3.2 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – ESTADUAL

As ações propostas nesta seção são direcionadas a execução da coordenação estadual do programa.

A ação 3 é uma proposta de criação da figura do Tutor Regional. Ele seria um técnico da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), formado junto com os demais tutores e teria as mesmas orientações e atribuições, porém, atenderia à demanda dos municípios de sua jurisdição.

É comum recebermos contato de pessoas interessadas em cursar os módulos do programa e detectarmos que naquele município não há tutor. Estabelecendo um tutor regional em cada uma das 18 CREs, teríamos sempre um tutor próximo a esse cursista.

Com esta ação, disponibilizaremos, inclusive, recursos para viabilizar o deslocamento do tutor regional para realizar o encontro presencial fora do seu município domiciliar. O critério é que o tutor seja da rede estadual, com perfil de formador, indicado pelo chefe do setor pedagógico da Coordenadoria Regional de Educação.

Para entender como estão divididas as regionais da SEDUC de Rondônia, segue o quadro abaixo.

Quadro 10: Coordenadorias Regionais e Municípios da sua Jurisdição

<b>.Ordem</b>	<b>Coordenadoria Regional de Educação</b>	<b>Municípios da Jurisdição</b>
1	Coordenadoria Regional de Educação de Alta Floresta do Oeste	Alta Floresta do Oeste Alto Alegre dos Parecis
2	Coordenadoria Regional de Educação de Ariquemes	Alto Paraíso Ariquemes Cacaulândia Cujubim Monte Negro Rio Crespo
3	Coordenadoria Regional de Educação de Buritis	Buritis Campo Novo Jacinópolis Rio Pardo Minas Novas
4	Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal	Cacoal Ministro Andreazza
5	Coordenadoria Regional de Educação de Cerejeiras	Cerejeiras Corumbiara Pimenteiras do Oeste

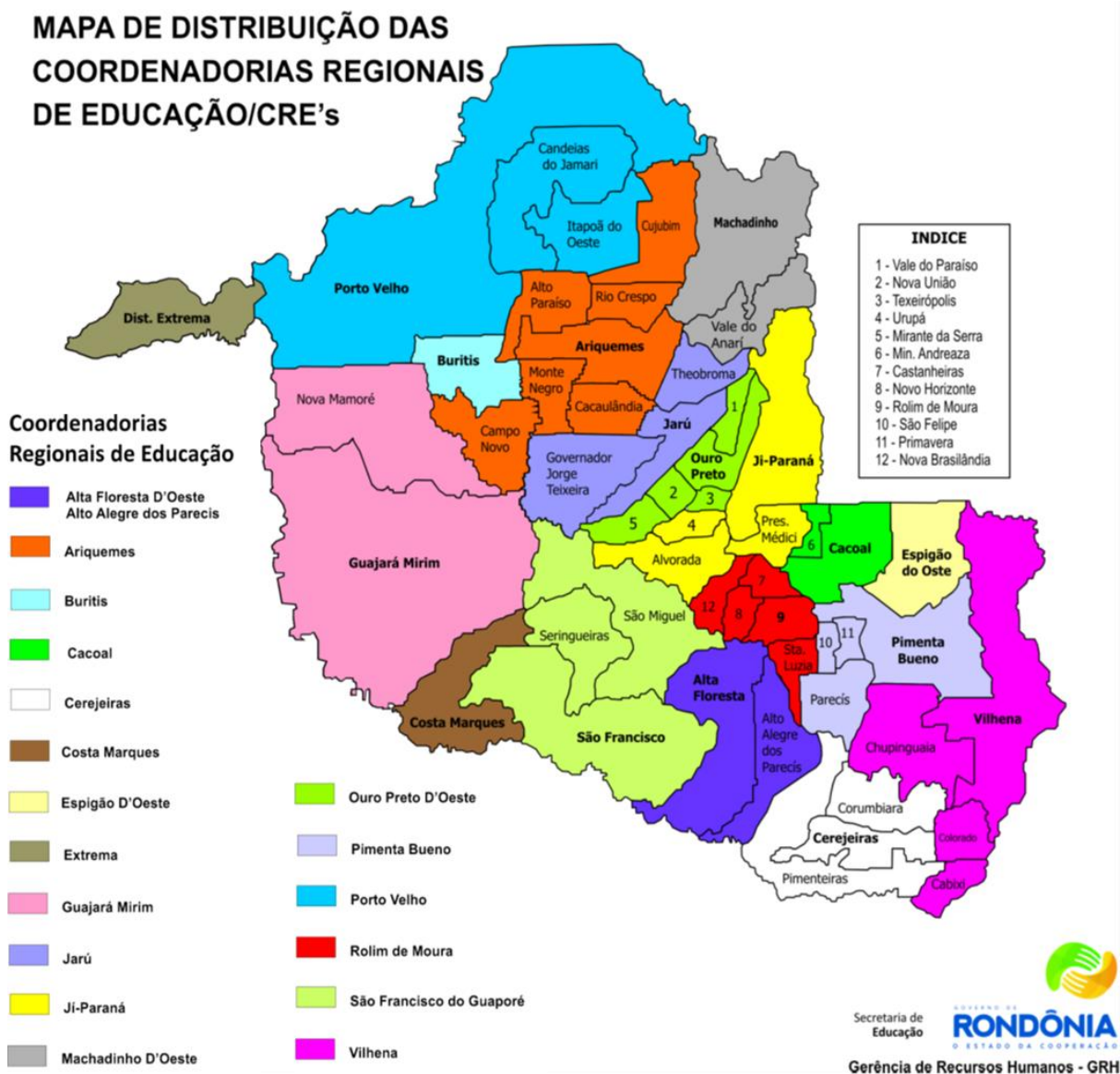
6	Coordenadoria Regional de Educação de Costa Marques	Costa Marques
7	Coordenadoria Regional de Educação de Espigão do Oeste	Espigão do Oeste
8	Coordenadoria Regional de Educação de Extrema	Extrema
9	Coordenadoria Regional de Educação de Guajará-Mirim	Guajará-Mirim Nova Mamoré
10	Coordenadoria Regional de Educação de Jaru	Governador Jorge Teixeira Jaru Theobroma
11	Coordenadoria Regional de Educação de Ji-Paraná	Alvorada do Oeste Ji-Paraná Presidente Médici Urupá
12	Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho do Oeste	Machadinho do Oeste Vale do Anari
13	Coordenadoria Regional de Educação de Ouro Preto do Oeste	Mirante da Serra Nova União Ouro Preto do Oeste Teixeirópolis Vale do Paraíso
14	Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho	Candeias do Jamari Itapuã do Oeste Porto Velho
15	Coordenadoria Regional de Educação de Pimenta Bueno	Parecis Pimenta Bueno Primavera de Rondônia São Felipe
16	Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura	Castanheira Nova Brasilândia Novo Horizonte Rolim de Moura Santa Luzia
17	Coordenadoria Regional de Educação de São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé São Miguel do Guaporé Seringueiras
18	Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena	Cabixi Colorado do Oeste Chupinguaia Vilhena

Fonte: Anexo da Lei Complementar n. 829, de 15 de julho de 2015. Rondônia.

Em Rondônia, a SEDUC está dividida em 18 regionais, atendendo a 52 municípios. O distrito de Extrema pertencem ao município de Porto Velho, mas dista cerca de 328km da capital. Espigão, a 540 km da capital, e Costa Marques, a 714 km de distância, são duas regionais que atendem apenas ao município sede.

A Figura 3 apresenta o mapa do Estado de Rondônia e suas respectivas Coordenadorias Regionais de Educação.

Figura 3: Mapa de Distribuição das Coordenadorias Regionais de Educação de Rondônia



Fonte: Gerência de Recursos Humanos – GRH/SEDUC-RO

O Tutor Regional da CRE de Jarú, por exemplo, atenderia à demanda dos municípios de Jarú, Theobroma e Governador Jorge Teixeira, conforme o quadro de distribuição das CREs.

O Quadro 11 traz informações sobre a ação 3.

Quadro 11: Criação do Tutor Regional

Ação (O que)	Ação 3 - Criação do Tutor Regional do programa Formação pela Escola;
Justificativa (Por que)	Atender os municípios que por motivo de infraestrutura ou de reduzido quadro de pessoal não tenham tutor do Formação pela Escola. Além de municípios que temporariamente encontram-se sem tutor.
Local (Onde)	Porto Velho-RO. Atender técnicos de 18 CREs.
Quando (Tempo)	A partir de Março/2019.
Quem (Responsável)	Coordenação estadual, Multiplicadoras e especialistas dos programas.
Como (Método)	O Tutor Regional será formado na capital pela equipe de multiplicadoras; Exercerá sua função no município sede da sua Coordenadoria Regional de Educação, e receberá inscrições de cursistas dos municípios da sua jurisdição, conforme o quadro 10.
Quanto (Custo)	Passagens (ida e volta) e 3 diárias para os 18 Tutores Regionais, para realização do curso de tutoria em Porto Velho-RO. Valor aproximado de 18.900,00.

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos Questionários do Google Formulários.

O tutor regional, indicado pelo chefe pedagógico de cada CRE, receberia apoio financeiro da coordenação estadual para realizar o deslocamento até o município da sua jurisdição, quando necessário, para realizar o encontro presencial obrigatório.

Esta ação não geraria grande impacto orçamentário aos cofres federais, pois aconteceria como uma formação de novos tutores, prevista e autorizada pela coordenação nacional, para suprir as vagas dos tutores desligados ou para expandir a rede de tutoria. O tutor regional de Jarú continuaria recebendo uma bolsa por bimestre, seja atendendo a Jarú ou a outro município.

O Formação pela Escola foi implementado no Núcleo de Tecnologia Educacional da SEDUC de Porto Velho e hoje tem seu orçamento anual ligado à Gerência de Formação Continuada da Diretoria Geral de Educação da SEDUC. O valor reservado para as ações do programa para 2019 e 2020, é de aproximadamente R\$ 25.000,00/ano.

A ação 4, gerada da questão 10 do bloco “Aspectos pedagógicos”, é sobre a dificuldade do tutor, detectada na pesquisa de campo, em ofertar um módulo

que não estudou. Serão criadas estratégias para que os tutores façam todos os cursos que se propunham a ofertar. Assim, o tutor teria uma formação prévia e só ofertaria um módulo que já teria cursado. Isto seria um veto velado, um fator inibidor que reduziria a possibilidade de oferta de módulos que o tutor não estudou.

Esta ação é preventiva, visto que não é viável dependermos, exclusivamente, dos especialistas estaduais e municipais; além disso, fortalece e dá confiança aos tutores para executarem seu trabalho.

O Caderno do Tutor reforça a sua necessidade de formação

Isso significa que o tutor, embora possa não ser o autor dos conteúdos ou mesmo um especialista nos programas do FNDE, ele deverá conhecer bem os conteúdos dos cursos ofertados para desenvolver bem a tutoria, pois suas atividades envolvem orientar os cursistas, esclarecer dúvidas, corrigir os trabalhos e avaliar os alunos. Além disso, o tutor tem por função acompanhar a participação dos alunos, isto é, verificar a assiduidade dos mesmos, observar a pontualidade na entrega dos trabalhos, esclarecer dúvidas sobre o uso das ferramentas disponíveis no AVA, sempre incentivando a participação no curso e a interação com os demais cursistas. (CASTRO, 2013, p. 91)

O Quadro 12 apresenta a ação 4 deste PAE.

Quadro 12: Intensificar a Formação Continuada dos Tutores

Ação (O que)	Ação 4 - Intensificar a Formação Continuada dos Tutores;
Justificativa (Por que)	Diminuir/inibir/vetar a possibilidade de tutores que não tenham cursado um módulo ofertem esse módulo a seus cursistas.
Local (Onde)	Rondônia. Sife e Moodle
Quando (Tempo)	Março/2019
Quem (Responsável)	Multiplicadoras. Responsáveis pela formação continuada dos tutores
Como (Método)	Serão criadas turmas para tutores manterem sua formação continuada, estudando módulos bimestralmente, até concluírem todos os módulos.
Quanto (Custo)	Sem custo. Curso on-line pela plataforma Moodle.



Fonte: elaboração própria a partir da análise dos Questionários do Google Formulários.

Esta ação não geraria custo ao estado, visto que não seria necessário o deslocamento dos tutores para a capital para participar de encontros presenciais. Dadas suas habilidades com as tecnologias e por serem membros do programa, os tutores poderiam fazer os demais módulos totalmente a distância.

A ação 5, gerada da questão 20 do bloco “Suporte a Tutoria”, é sobre a necessidade de intensificar o apoio dos especialistas aos cursistas. Esta é uma dificuldade política do tutor em articular-se com demais técnicos. Implica em dificuldades pedagógicas também, na medida em que os especialistas não dão o suporte técnico esperado.

Na análise realizada no Capítulo 2, percebemos que na capital os especialistas estaduais estão participando dos encontros presenciais e tirando dúvidas de tutores e cursistas; no entanto, há indícios de que na maioria dos municípios os especialistas não apoiam a equipe local de tutoria.

O Módulo de Tutoria apresenta o papel do especialista estadual

Os responsáveis pelos programas desenvolvidos pelo FNDE nos estados exercerão a função de especialistas em conteúdo e apoiarão técnica e institucionalmente a equipe estadual do Programa Formação pela Escola. (NEDER, PAZ E LINO, 2006, p. 19)

O especialista municipal tem a mesma função do especialista estadual na sua rede, de acordo com o organograma do programa (Figura 2).

O Quadro 13 destaca a ação 5 deste PAE.

Quadro 13: Intensificar o Apoio dos Especialistas Estaduais e Municipais

Ação (O que)	Ação 5 - Intensificar o apoio dos Especialistas Estaduais e Municipais;
Justificativa (Por que)	Manter o apoio dos especialistas aos tutores, visto que há indícios de que este apoio, principalmente no interior do estado, tem diminuído bastante. Este apoio é importante, porque os tutores não tem domínio total e a mesma experiência que o especialista tem para esclarecer dúvidas sobre os diferentes programas do FNDE.
Local (Onde)	Porto Velho

Quando (Tempo)	Março/2019
Quem (Responsável)	Coordenação estadual, multiplicadoras e especialistas estaduais.
Como (Método)	Será realizada uma reunião com os especialistas, apresentando o programa, e reforçando a parceria. Os especialistas estaduais passariam os contatos dos especialistas municipais que seriam informados sobre as ações do Formação pela Escola em sua jurisdição e, assim, solicitar o seu apoio também na esfera municipal. Esta ação será reforçada ao confirmarmos o apoio do gestor municipal.
Quanto (Custo)	Sem custo.

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos Questionários do Google Formulários.

Esta ação seria realizada simultânea à ação 3, pois os especialistas sempre participam como palestrantes da formação de novos tutores. Também seria reforçada a partir da ação 7, quando solicitaremos apoio do gestor municipal para apoiar plenamente a ação do seu tutor, inclusive com a disponibilização e exigência da participação do especialista nos encontros presenciais.

Entendendo que podemos sugerir mudanças nacionais ao programa e solicitar maior apoio das prefeituras, vamos à última etapa do PAE: as ações sugeridas aos municípios.

### **3.3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – MUNICIPAL**

As ações contempladas na seção 3.3 são direcionadas à rede municipal. A Ação 6 é gerada da questão 15, do bloco “Aspectos Políticos” e trata da criação da figura do Coordenador Municipal.

Em todos os municípios, quando o tutor se desliga do programa, a clientela não tem a quem recorrer; procuram o responsável pelo programa e este não existe mais, pois todas as atribuições locais estavam sob a responsabilidade do ex-tutor.

Sugerimos, com esta ação, tornar o chefe do setor pedagógico da secretaria municipal de educação o responsável para representar o programa no município, com a presença ou não do tutor. Ele seria o intermediário entre o tutor e a coordenação estadual.

A escolha do chefe pedagógico para exercer esta função vem do fato de que este já exerce uma função próxima a formações e poderia colaborar com o tutor na divulgação dos cursos e articulação dos encontros presenciais, atentando, assim, para dois problemas detectados na pesquisa de campo: dificuldades na divulgação e captação da demanda; e dificuldade com infraestrutura – espaço para os encontros presenciais e internet para acessar a plataforma Moodle durante os encontros.

Quando um tutor se desliga do programa, mesmo que outro técnico queira assumir o seu lugar imediatamente, ele não consegue, pois o programa exige que tenha o curso de Tutoria para iniciar o trabalho. Este curso é ofertado uma vez por ano, quando há demanda e dependendo da liberação da coordenação nacional.

Com o papel do coordenador municipal, a troca não seria problema, pois não haveria formação para esta função. Ele apenas seria orientado pelo coordenador estadual sobre as suas funções principais: (i) representar o programa no município, na ausência do tutor; (ii) divulgar o programa; (iii) motivar os servidores a continuarem buscando conhecimento para a vida pessoal e profissional e para realizar o controle social; e (iv) colaborar com o tutor, oferecendo infraestrutura (internet e espaço) para os encontros presenciais).

O quadro a seguir destaca a ação 6 deste PAE.

Quadro 14: Criar a figura do Coordenador Municipal do Formação pela Escola

Ação (O que)	Ação 6 - Criar a figura do Coordenador Municipal do Formação pela Escola;
Justificativa (Por que)	Evitar que o município fique sem representante quando o tutor é desligado do programa.
Local (Onde)	Rondônia. 52 municípios.
Quando (Tempo)	Março/2019
Quem (Responsável)	Coordenação estadual e multiplicadoras do Formação pela Escola

Como (Método)	Participar de Reunião da Undime, com todos os secretários municipais, apresentar esta proposta e firmar adesão. A partir deste momento, todos os chefes do setor pedagógico das secretarias municipais de educação dos municípios que aderirem à proposta serão nomeados coordenadores municipais do Formação pela Escola em Rondônia.
Quanto (Custo)	Passagem ida e volta para o local do evento (indefinido) mais 1 diária, para o coordenador estadual e uma multiplicadora. Custo aproximado de R\$ 1.100,00.

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos Questionários do Google Formulários.

O custo da ação 3 (criação da figura do tutor regional) com a ação 6 (criação da figura do coordenador municipal) totaliza o valor de R\$ 20.000,00 para 2019. Valor irrisório diante da missão de amenizar dificuldades deste programa de formação continuada.

A ação 7, sobre o fortalecimento do apoio dos gestores municipais, gerada a partir da questão 16 do bloco “Aspectos políticos”, é a última deste PAE. É complementar a duas ações: ação 5, sobre o apoio dos especialistas; e ação 6, sobre a criação da figura de coordenador municipal.

Com o objetivo de fortalecer a parceria entre o estado e os municípios parceiros, serão informados aos gestores municipais, de municípios que têm tutor efetivo ou tenha interesse em participar do programa, as suas atribuições e as vantagens de ter o programa em seu município. As atribuições do gestor municipal estão no Termo de Compromisso, anexo da Resolução 12 de 2008 do FNDE, já apresentado no Capítulo 1.

Quadro 15: Intensificar o apoio do gestor municipal

Ação (O que)	Ação 7 - Intensificar o apoio do gestor municipal.
Justificativa (Por que)	Garantir aos tutores que os gestores municipais deem apoio irrestrito; solicitem comprometimento dos especialistas; disponibilize infraestrutura a tutoria; além de garantir que ele mantenha o tutor por pelo menos 2 anos na sua função.

Local (Onde)	Rondônia. Em um dos 52 municípios. Local onde a Undime sediará a reunião de Março/2019.
Quando (Tempo)	Março/2019.
Quem (Responsável)	Coordenador estadual e multiplicadoras.
Como (Método)	Participar de Reunião da Undime, com todos os secretários municipais, reforçar a parceria, apresentar as atribuições e o apoio que o gestor deve dar ao tutor local.
Quanto (Custo)	Sem custo. (gasto já previsto na ação 6).

Fonte: elaboração própria a partir da análise dos Questionários do Google Formulários.

Serão apresentados dados do programa no estado de Rondônia, com comparativos municipais, destacando os melhores e piores desempenhos no programa, informando a situação de cada município no programa atualmente e sensibilizando para a importância de propiciar este conhecimento a cada município, sem distinção.

Será reforçada a questão do apoio dos especialistas e a necessidade da criação da figura do coordenador municipal. Se a maioria dos secretários municipais de educação aprovar as propostas, assinaremos documento firmando acordo entre a coordenação estadual e os gestores municipais.

Todas essas sete ações foram norteadas pelos resultados obtidos na coleta de dados desta pesquisa, junto a tutores, ex-tutores e multiplicadores.

Somos cientes do protagonismo e das dificuldades do tutor do programa Formação pela Escola. Cabe a nós minimizar suas dificuldades para que ele execute suas funções com a satisfação necessária para cativar ainda mais sua clientela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Formação pela Escola tem uma trajetória além dos 10 anos, aqui definidos como recorte temporal. Como política pública, corre o risco de sofrer abalos políticos, oscilações, perdas e ganhos. No entanto, caminhamos aqui rumo a dar solidificação ao programa, mesmo que não tenhamos estabilidade na política nacional.

Em 2005, quando tudo começou, o Formação pela Escola era coordenado pela SEED/MEC<sup>33</sup> e pelo FNDE/MEC<sup>34</sup>. Na fase piloto, em 2006-2007, apenas seis estados participavam: RO, CE, PI, GO, RJ e RS. Eles tinham a missão de fazer o projeto prosperar e virar programa.

O programa nascia cobiçado por duas grandes sedes do MEC. Com o fim da SEED, em janeiro de 2011, a iniciativa passou a ser coordenada apenas pelo FNDE, o maior dos fundos. O FNDE contava com um orçamento que só crescia a cada ano, e o Formação pela Escola crescia junto. Até 2009, os integrantes do programa trabalharam sem receber o benefício da bolsa.

Em Rondônia, a internet funcionava mal (quando havia) e os gestores municipais achavam estranho uma equipe de formadores falando de transparência, controle social e descentralização. O público também achava estranho, mas, assim como aconteceu com a internet, se interessaram pelos assuntos que eles “pensavam” que não deveriam saber. O “perigo” é que alguns se empolgaram e cobiçaram cargos de gestores. Alguns conseguiram, outros se tornaram conselheiros escolares. Houve aqueles que se contentaram com o novo conhecimento, mas ninguém pode dizer que não valeu a pena.

O programa contava com seis estados e 42 municípios em 2006. Em 2018, esse número ultrapassou os 2.700 municípios, de um total de 5.570 municípios do Brasil. Rondônia atendeu, até o momento, 45 dos seus 52 municípios.

A grande quantidade de atribuições que tornam o tutor do Formação pela Escola um professor/secretário/gestor municipal do programa não foi suficiente

---

<sup>33</sup> Coordenadores nacionais do Formação pela Escola, pela SEED/MEC: Simone Medeiros (2005) e Renato Silveira Monteiro (2005 a 2010). Extinção da SEED em 2011.

<sup>34</sup> Coordenadores nacionais do Formação pela Escola, pelo FNDE/MEC: Adalberto Domingos da Paz (2007, 2009 à 2014); Donizete Aparecida Teles Nogueira (2008); e Carlos Alfredo Sitta Fortini (a partir de 2015).

para os deter. Esse profissional multifuncional, que tem grande parcela nos resultados positivos deste programa, foi o alvo desta pesquisa.

Após 10 anos de trajetória, chegou o momento de ouvir quem conhece o programa na prática, avaliar o processo, observar as dificuldades e apontar para possíveis saídas.

Esta pesquisa teve a meta de mostrar um programa político que leva conhecimentos democráticos a uma clientela diversificada. Um programa que surgiu em uma época de evolução tecnológica e descentralização de recursos públicos para escolas e municípios.

Em Rondônia, apenas 19 de 119 tutores formados continuam atuando (15,9%), mas pesquisamos 23 dos 119 tutores (19,3%). Foram 13 ativos e 10 inativos. Eles nos possibilitaram entender as principais dificuldades da rede de tutoria do programa Formação pela Escola ao longo do tempo.

A pesquisa fundamentou-se na metodologia qualitativa, utilizando-se de entrevistas e questionário como instrumentos de coleta de dados, visando obter informações sobre o perfil da rede de tutoria, suas dificuldades sob os aspectos técnicos, pedagógicos e políticos, o que amenizava esta problemática e uma avaliação dos próprios tutores sobre as suas dificuldades.

Os resultados obtidos a partir da ferramenta “Google Formulários” e entrevistas gravadas em celular foram analisados sob a perspectiva do referencial teórico, que trata do financiamento da educação, gestão e controle social, o papel do tutor e a legislação da EaD e do programa Formação pela Escola.

A análise aconteceu observando três aspectos principais: técnicos, pedagógicos e políticos. O resultado apontou que os aspectos técnicos, domínio da EaD e das novas tecnologias de informação e comunicação, não se caracterizam concretamente como problemas para a tutoria. Os aspectos pedagógicos – formação de tutores e excesso de atividades dos módulos específicos – e os aspectos políticos – apoio do gestor municipal, apoio dos especialistas e a captação da demanda, entre outras – foram as dificuldades que mais precisavam de atenção dos gestores dos três entes federados, gerando sete ações do plano de ação deste trabalho.

Consideramos que a implementação das ações seja viável, pois os três entes estão abertos ao diálogo e a sugestões. O custo irrisório de R\$ 21.000,00 para 2019, garantido no orçamento do estado, seria necessário para a execução.

Além de minimizar as dificuldades do tutor, estas ações buscam dar longevidade a este programa nacional. O Formação pela Escola não merece ser um curso restrito a um período da nossa história; trata-se de uma política de emancipação que deve ser aprimorada a cada ano, uma vitrine para os que já passaram por ele e que podem voltar em busca de mais conhecimentos políticos/gerenciais. Ele é um conhecimento essencial de práticas de gestão e cidadania que deve ser universalizado.

Este trabalho me propiciou uma visão mais ampla da Educação a Distância e da figura do tutor. Um cenário complexo de EaD que surge de ideais neoliberais, de formação em massa a baixo custo e que, no Formação pela Escola, toma um caminho extremamente democrático de empoderamento de classes: a cada ano, expande sua clientela e suas opções de cursos e, assim, liberta mais mentes, compartilha técnicas, estimula estratégias e acorrenta o autoritarismo que se mantém vivo dentro de cada um de nós.

Golpistas e fascistas não aceitam a participação e o controle social. Eles controlam a sociedade. Não fortalecem a Democracia, eles se fortalecem da fraqueza dela.

A sociedade será livre e participativa quando se sentir capaz de tomar decisões e quando for reconhecida como peça chave e integrante dos três poderes.

Que venha mais uma década de Formação pela Escola!



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marlos Gomes de; FREITAS, José Luiz Magalhães de. Das escolas que surgem em meio a grupos familiares às escolas institucionalizadas: uma trajetória dos primeiros movimentos escolares em Rondônia. **XII ENEM**, São Paulo, 2016.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p.p. 9-13.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. **FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p.p. 95-103, jul/dez 2013.

BARNI, Edí Marise. O papel do tutor presencial na educação a distância. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. p.p. 10671-10683. Curitiba: PUC-PR, 2011.

BATISTA, Vivian Vaz. **Educação a distância: fontes normativas e Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. São Paulo, 2016, 82 p.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. 135 p.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre educação a distância no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas-SP, n. 78, abr. 2002. p.p. 117-142.

BERNARDINO, Herbert Soares. A tutoria na EAD: os papéis, as competências e a relevância do tutor. **Revista Paidéi@**, UNIMES VIRTUAL, v. 2, n. 4, Santos-SP: jul. 2011.

BIOTERRA. **Rondônia: do leito do Madeira às margens da BR-364**. Belo Horizonte: Instituto Bioterra, 2013. 120 p.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências. 1996a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília: MEC, SEED, 2007.

\_\_\_\_. **Resolução CD/FNDE nº 12, de 25 de abril de 2008.** Estabelecer os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola). 2008.

\_\_\_\_. **Resolução CD/FNDE nº 47, de 31 de agosto de 2009.** Aprova os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola). 2009.

\_\_\_\_. **Resolução CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012.** Dispor os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola), assim como estabelecer os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do Programa de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.273/2006. 2012.

\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016.** Brasília-DF: Inep, 2016. 590 p. 2016.

\_\_\_\_. **FNDE** (Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional). s/d. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola>.> Acesso em: 20 dez. 2017.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato, BARROS, Gilian Cristina e MOURA, Leda Maria. Corrêa. Quem é e o que faz o professor-tutor. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. p. p. 6160-6171. Curitiba: PUC-PR, 2009.

CASTRO, Rosalva Ieda Vasconcelos. **Formação pela escola:** caderno de estudos do Curso Tutoria para a rede do Formação pela Escola. Brasília: MEC, FNDE, 2013. 164 p. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao\\_pela\\_escola/modulo\\_tutor\\_conteudo.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_tutor_conteudo.pdf).> Acesso dia 31 jan. 2017.

CONTI, Celso; SILVA, Flávio Caetano. Conselho escolar: alguns pressupostos teóricos. In: LUIZ, Maria Cecília (Org). **Conselho escolar:** algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010. 151 p.

COSTA, Celso José da. Modelos de educação superior a distância e implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 15, n. 2, mai-ago. 2007.

COSTA, Francisco José. **Mensuração e desenvolvimento de escalas:** aplicações em administração. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

COSTA, João Ribeiro. **Atuação do Professor Presencial no Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Município de Parintins/AM.** Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Juiz de Fora/MG: UFJF, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O princípio da gestão democrática na educação. In: **A democratização da educação básica no Brasil**. Rio de Janeiro: Boletim nº. 20. TV Escola, Programa Salto para o Futuro, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural / Editora Brasiliense, 1984. 104 p.

DOURADO, Luiz Fernandes. O Conselho Escolar e o Processo de Escolha do Diretor de Escola. In: **A democratização da educação básica no Brasil**. Rio de Janeiro: Boletim nº. 20. TV Escola, Programa Salto para o Futuro, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes *et al.* **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil / elaboração**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 92 p.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Incluir para transformar: a metodologia telessala em cinco movimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2013.

FILHO, Raimundo Nonato. **ProlInfo e o ensino de Matemática em Pimenta Bueno-RO: implicações e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Faculdade de Física, PUC-RS. Porto Alegre, 2011. 137 p.

FRANÇA, Geysa de. **Formação de professores tutores para a docência online: a UFJF em perspectiva**. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Candido Alberto da Costa. A legislação que trata da EaD. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p 21-27.

HACKMAYER, Michelle Brust; BOHADANA, Estrella. Professor ou Tutor: uma linha tênue na docência em EaD. RIED. **Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, v. 17, n. 2, Madrid, 2014, p. 223-240.

INSTITUTO MONITOR. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. 3. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2007.

MACHADO, Liliana Dias; MACHADO, Elian de Castro. O papel da tutoria em ambientes de EaD. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n. 13, set./dez. 2004, p.79-89.

MACHADO, Suelen Fernanda; TERUYA, Tereza Kazuko. Mediação Pedagógica em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: A Perspectiva dos Alunos. In: IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE: Políticas e práticas educativas: desafios da aprendizagem. **Anais**. Curitiba: Champagnat, 2009. p.p. 1726-1738.

MACIEL, Francisco; ARAUJO, Sandra. O Desenvolvimento Social e a Educação no contexto da Colonização de Rondônia. In: BRASIL, Walterlina; MIRTIL,

Emanuel; MACIEL, Francisco (Orgs). **35 Anos de Colonização da Amazônia: Rondônia**. Porto Velho: Edufro, 2001. p.p. 107-119.

MAIA, Wagner José Serrão. **Os desafios do Gestor Educacional na implementação do Conselho Municipal de Educação em Urucurituba-AM**. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Juiz de Fora: UFJF, 2016, 145 p.

MAIA, Marta de Campos; MEIRELLES, Fernando de Souza. Educação a distância: o caso Open University. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 1, jan.-jun./2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a04>> Acesso em 26 fev. 2018.

MENDES, Valdelaine. O tutor no ensino a distância: uma forma de precarização do trabalho docente? **Revista de Educação Pública**. v. 22, n. 52. Cuiabá-MT: set.-dez./2013, p.p. 855-877.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 2.957, de 20 de abril de 2016**. Dispõe sobre a implementação do projeto “Elaboração da Escolaridade – Metodologia Telessala Minas Gerais” para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino. 2016.

MONLEVADE, João. O Conselho de Educação e o Plano Municipal de Educação. In: **A democratização da educação básica no Brasil**. Rio de Janeiro: Boletim n. 20. TV Escola, Programa Salto para o Futuro, 2005.

MORAES, Nanci de Campos; FELGAR, Júlia Antonietta Simões. A importância da Gestão Escolar Democrática. **Revista Científica UNAR**, v. 7, n. 1. Araras-SP. 2013.

NEDER, Maria Lúcia Cavalli; PAZ, Adalberto Domingos da; LINO, Élide Maria Loureiro. **FORMAÇÃO PELA ESCOLA: Caderno do Tutor**. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2006. 54 p. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao\\_pela\\_escola/modulo\\_tutor\\_conteudo.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_tutor_conteudo.pdf)> Acesso em 31 jan. 2017

NOGUEIRA, Patricia Guedes. **O projeto “salto” de correção de fluxo e o acesso ao conhecimento: um estudo em Porto Velho/RO**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: UNIR, 2017. 137 p.

NÓVOA, Antônio. Concepções e práticas da formação contínua de professores: In: NÓVOA, A. (Org.). **Formação contínua de professores: realidade e perspectivas**. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Programas PDE Escola e Mais Educação: descentralização e gestão do ensino**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2014. 354 p.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e. Modelos de administração pública. In: SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinicius (Orgs.). **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013, p.p. 151-174.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. **Tutoria em EAD**. Curitiba: SEED-PR., 2010. 57 p.

PARENTE, Maria M; LUCK, Heloisa. **Texto Para Discussão nº 675**: mapeamento da descentralização da educação brasileira nas redes estaduais do Ensino Fundamental. Brasília: MPOG/IPEA, 1998.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão da Escola Pública**: a participação da comunidade. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 73, n. 174, p.p. 255-290, maio/ago. 1992. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1256>>. Acesso em 13 set. 2017.

PERIARD, Gustavo. O que é o 5W2H e como ele é utilizado?. **Artigo online**. Disponível em: <http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-o-5w2h-e-como-ele-e-utilizado/>. Acesso em: 22 mai. 2015.

PIRES, Francisca Cristina de Oliveira. **Dimensões da tutoria da educação a distância**: perfil, formação e prática. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal De Juiz De Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2017.

PORTO VELHO. **Plano Municipal de Educação**. Prefeitura de Porto Velho. Porto Velho, 2015. 129 p.

PRADA, Luis Eduardo Alvarada. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997.

PRETI, Oreste. Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: PRETI, O. (Org.). **Educação a distância**: início e indícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996.

PRETI, Oreste; OLIVEIRA, Gleyva, M. S. de. O estado da arte sobre tutoria: modelos e teorias em construção. In: **Relatório de Pesquisa “O sistema de Orientação Acadêmica no curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal de Mato Grosso”**. Programa CAERENAD-. Téléuniversité du Québec, Canadá, 2003.

PRETI, Oreste; PAZ, Adalberto Domingos da; LINO, Élide Maria Loureiro. **Formação pela escola**: módulo introdutório. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2006. 92 p. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao\\_pela\\_escola/modulo\\_introdutorio.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_introdutorio.pdf)>. Acesso em 31 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Formação pela escola**: módulo competências básicas. Brasília: MEC, FNDE, 2013. 144 p. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao\\_pela\\_escola/modulo\\_competencias\\_basica\\_s\\_conteudo.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_competencias_basica_s_conteudo.pdf)>. Acesso em 31 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Formação pela escola**: Módulo competências básicas (caderno de atividades). Brasília: MEC, FNDE, s/d.

PRETI, Oreste. **Formação pela escola**: caderno do cursista. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2006. 46 p.

REIS, Híliana. **Modelos de tutoria no ensino a distância**. 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/reis-hiliana-modelos-tutoria-no-ensino-distancia.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

RONDÔNIA. **Portaria n. 3736/2015-GAB/SEDUC, de 16 de setembro de 2015**. Implanta o Projeto de Correção de Fluxo Escolar nas Classes de Aceleração da Aprendizagem - CAA nas escolas da rede pública estadual de ensino, por meio da metodologia Telessala e curso Telecurso da fase final do Ensino Fundamental Regular e EJA. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.346, de 4 de julho de 2016**. Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

SALLES, Helena da Motta. Município e democracia participativa. In: SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinicius (Orgs.). **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013, p.p. 9-34.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2001. 216p.

\_\_\_\_\_. Rondônia: o paradoxo da Fronteira. In: BRASIL, Walterlina; MIRTIL, Emanuel; MACIEL, Francisco (Orgs.). **35 Anos de Colonização da Amazônia: Rondônia**. Porto Velho: Edufro, 2007, p.p. 107-119.

SEED, **Relatório de Gestão 2009**. Brasília: MEC, SEED, 2009. 42p.

SOUZA, Márcia Maria Previato; SILVA, Willian Victor Kendrick de Matos. **Fundamentos históricos da Educação a Distância: políticas e práticas de EaD no Brasil**. Centro Universitário de Maringá. Maringá - PR, 2011. 82 p.

TIJIBOY, Ana Vilma *et al.* **Compreendendo a mediação do tutor a distância**. Rio Grande do Sul: CINTED - UFRGS, 2009.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

ZALTRÃO, Claudia Josiani dos Santos. **Resgate da memória científica nacional: a obra do Padre Roberto Landell de Moura**. Monografia (Curso de Gestão da Informação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR: UFPR, 2006. 42 p.

## APÊNDICE I – Questionário para Tutores do Programa Formação Pela Escola

Caro(a) tutor(a) do programa Formação pela Escola, este questionário tem como objetivo recolher dados para a pesquisa “10 anos do Programa Formação pela Escola em Rondônia: dificuldades e desafios da rede de tutoria”, que é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sua participação é de grande importância e por isso agradeço a colaboração.

Magno Carvalho Martins

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

---

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “10 anos do Programa Formação pela Escola em Rondônia: dificuldades e desafios da rede de tutoria”. O(a) Senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. O(a) senhor(a) concorda em participar da pesquisa?\*

- SIM
- NÃO

---

### I – PERFIL DO SUJEITO

1. Qual o seu sexo? \*

- Masculino
- Feminino

2. Qual a sua idade? \*

- menos de 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- 31 a 35 anos
- 36 a 40 anos
- 41 a 45 anos

- 46 a 50 anos
  - acima de 50 anos
3. Há quanto tempo você atua no programa Formação pela Escola? \*
- Há menos de 1 ano.
  - Entre 1 e 2 anos.
  - Entre 2 e 4 anos.
  - Entre 4 e 6 anos.
  - Mais de 6 anos.
  - Desde o início do programa em 2006.

## II – ASPECTOS TÉCNICOS

(Para as afirmativas a seguir, marque a opção que mais se aproxima de sua realidade).

4. A utilização do computador é atividade que desempenho com tranquilidade.
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
5. A utilização da plataforma Moodle é atividade que desempenho com tranquilidade.
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
6. A utilização do SIFE é atividade que desempenho com tranquilidade.
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
7. Já havia tido experiências com a Educação a Distância antes de me tornar tutor(a) do Programa Formação pela Escola.
- Sim, pois já era tutor na Educação a Distância antes de atuar no Formação pela Escola.
  - Sim, pois já havia sido aluno em curso ministrado na modalidade a distância.



- Sim, além de ter sido aluno em curso ministrado na modalidade a distância, também já havia sido tutor em outra experiência antes do Formação pela Escola.
- Não, o Formação pela Escola foi minha primeira experiência na modalidade Educação a Distância.

### III – ASPECTOS PEDAGÓGICOS

8. Sobre a formação de tutores. Os conteúdos dos módulos: Competências Básicas e de tutoria são suficientes para o tutor iniciar o seu trabalho no município.

- Discordo
- Mais discordo que concordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo mais que discordo
- Concordo

9. Sobre a formação de tutores. Ela prepara o tutor para executar suas atribuições no programa em seu município. \*

- Discordo
- Mais discordo que concordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo mais que discordo
- Concordo

10. Quando não cursou um módulo e há cursistas solicitando a oferta deste módulo, o que você faz? \*

- Oferta o módulo e estuda junto com eles.
- Aguarda a coordenação estadual ofertar este módulo para tutores e somente após esta etapa ofereço o módulo aos cursistas.

11. Marque o módulo que você mais se identifica. (Tem mais facilidade com o conteúdo)\*

- Competências Básicas
- PDDE
- PNAE
- PNATE
- PLI
- Controle Social
- Fundeb
- Siope

- Censo Escolar
12. Marque o módulo que você menos se identifica. (Tem mais dificuldade com o conteúdo) \*
- Competências Básicas
  - PDDE
  - PNAE
  - PNATE
  - PLI
  - Controle Social
  - Fundeb
  - Siope
  - Censo Escolar
13. Os conteúdos dos módulos são adequados aos cursistas (considerando a diversidade do público). \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
14. O grau de dificuldades das atividades dos módulos é adequado aos cursistas. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo

#### IV – ASPECTOS POLÍTICOS

15. Você tem apoio da secretaria municipal de educação ou secretaria estadual de educação ao seu trabalho. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
16. Como é feita a divulgação do programa para atrair pessoas para os cursos? \*
- Uso das mídias (Rádio, Tv e jornal impresso)
  - Uso da Internet por computador ou celular (site, blog, redes sociais, sms)

- Reuniões e palestras (nas escolas ou em eventos da secretaria de educação municipal ou estadual)
  - Uso das mídias; e uso da internet ou celular.
  - Uso das mídias; e reuniões e palestras
  - Uso da Internet; e reuniões e palestras
  - Uso das mídias; internet ou celular; e reuniões e palestras
17. O público alvo demonstra interesse pelos módulos ofertados. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
18. Quantos módulos o seu cursista costuma estudar? \*
- Estuda apenas Competências Básicas
  - Estuda no máximo 2 módulos
  - Estuda no máximo 5 módulos
  - Estuda no máximo 8 módulos
  - Estuda os 9 módulos.
19. A maioria das pessoas que cursam o programa são: \*
- Gestores
  - Conselheiros Escolares
  - Professores
  - Demais técnicos

#### V – INCENTIVO A TUTORIA

20. Você tem apoio dos especialistas municipais e/ou estaduais ao seu Trabalho. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
21. Você tem apoio das multiplicadoras ao seu trabalho. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo

- Concordo
22. Você recebe bolsa do FPE? \*
- Sim. Sempre recebi
  - Sim. Mas já atendi turmas sem receber bolsa
  - Não. Mas já recebi
  - Não. Nunca recebi

## VI – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Questão aberta

23. Aponte as principais dificuldades que o(a) tutor(a) encontra para executar suas funções \*.

24. O que te motiva a atuar no Formação pela Escola? \*.

## APÊNDICE II – Questionário para Ex-Tutores do Programa Formação Pela Escola

Caro(a) ex-tutor(a) do programa Formação pela Escola, este questionário tem como objetivo recolher dados para a pesquisa “10 anos do Programa Formação pela Escola em Rondônia: dificuldades e desafios da rede de tutoria”, que é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sua participação é de grande importância e por isso agradeço a colaboração.

Magno Carvalho Martins

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

---

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “10 anos do Programa Formação pela Escola em Rondônia: dificuldades e desafios da rede de tutoria”. O(a) Senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. O(a) senhor(a) concorda em participar da pesquisa?\*

- SIM
- NÃO

---

### I – PERFIL DO SUJEITO

1. Qual o seu sexo? \*

- Masculino
- Feminino

2. Qual a sua idade? \*

- menos de 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- 31 a 35 anos
- 36 a 40 anos
- 41 a 45 anos
- 46 a 50 anos

- acima de 50 anos
3. Quanto tempo você atuou no programa Formação pela Escola? \*
- Menos de 1 ano.
  - Entre 1 e 2 anos.
  - Entre 2 e 4 anos.
  - Entre 4 e 6 anos.
  - Mais de 6 anos.

## II – ASPECTOS TÉCNICOS

(Para as afirmativas a seguir, marque a opção que mais se aproxima de sua realidade durante o período que atuava no programa Formação pela Escola).

4. A utilização do computador era atividade que desempenhava com tranquilidade.

- Discordo
- Mais discordo que concordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo mais que discordo
- Concordo

5. A utilização da plataforma Moodle era atividade que desempenhava com tranquilidade.

- Discordo
- Mais discordo que concordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo mais que discordo
- Concordo

6. A utilização do SIFE era atividade que desempenhava com tranquilidade.

- Discordo
- Mais discordo que concordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo mais que discordo
- Concordo

7. Já havia tido experiências com a Educação a Distância antes de me tornar tutor(a) do Programa Formação pela Escola.

- Sim, pois já era tutor na Educação a Distância antes de atuar no Formação pela Escola.
- Sim, pois já havia sido aluno em curso ministrado na modalidade a distância.

- Sim, além de ter sido aluno em curso ministrado na modalidade a distância, também já havia sido tutor em outra experiência antes do Formação pela Escola.
- Não, o Formação pela Escola foi minha primeira experiência na modalidade Educação a Distância.

### III – ASPECTOS PEDAGÓGICOS

8. Sobre a formação de tutores. Você considerava os conteúdos dos módulos:

Competências Básicas e de tutoria suficientes para o tutor iniciar o seu trabalho no município.

- Discordo
- Mais discordo que concordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo mais que discordo
- Concordo

9. Sobre a formação de tutores. Ela preparava o tutor para executar suas atribuições no programa em seu município. \*

- Discordo
- Mais discordo que concordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo mais que discordo
- Concordo

10. Quando não havia cursado um módulo e havia cursistas solicitando a oferta deste módulo, o que você fazia? \*

- Ofertava o módulo e estudava junto com eles.
- Aguardava a coordenação estadual ofertar este módulo para tutores e somente após esta etapa ofertava o módulo aos cursistas.

11. Marque o módulo que você mais se identificava (tinha mais facilidade com o conteúdo). \*

- Competências Básicas
- PDDE
- PNAE
- PNATE
- PLI
- Controle Social
- Fundeb
- Siope

- Censo Escolar
12. Marque o módulo que você menos se identificava (tinha mais dificuldade com o conteúdo). \*
- Competências Básicas
  - PDDE
  - PNAE
  - PNATE
  - PLI
  - Controle Social
  - Fundeb
  - Siope
  - Censo Escolar
13. Os conteúdos dos módulos eram adequados aos cursistas (considerando a diversidade do público). \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
14. O grau de dificuldades das atividades dos módulos era adequado aos cursistas. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo

#### IV – ASPECTOS POLÍTICOS

15. Você tinha apoio da secretaria municipal de educação ou secretaria estadual de educação ao seu trabalho. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
16. Como era feita a divulgação do programa para atrair pessoas para os cursos? \*
- Uso das mídias (Rádio, Tv e jornal impresso)
  - Uso da Internet por computador ou celular (site, blog, redes sociais, sms)



- Reuniões e palestras (nas escolas ou em eventos da secretaria de educação municipal ou estadual)
  - Uso das mídias; e uso da internet ou celular.
  - Uso das mídias; e reuniões e palestras
  - Uso da Internet; e reuniões e palestras
  - Uso das mídias; internet ou celular; e reuniões e palestras
17. O público alvo demonstrava interesse pelos módulos ofertados. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
18. Quantos módulos o seu cursista costumava estudar? \*
- Estudava apenas Competências Básicas
  - Estudava no máximo 2 módulos
  - Estudava no máximo 5 módulos
  - Estudava no máximo 8 módulos
  - Estudava os 9 módulos.
19. A maioria das pessoas que cursavam o programa eram: \*
- Gestores
  - Conselheiros Escolares
  - Professores
  - Demais técnicos

#### V – INCENTIVO A TUTORIA

20. Você tinha apoio dos especialistas municipais e/ou estaduais ao seu Trabalho. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo
  - Concordo
21. Você tinha apoio das multiplicadoras ao seu trabalho. \*
- Discordo
  - Mais discordo que concordo
  - Nem concordo e nem discordo
  - Concordo mais que discordo

- Concordo
22. Você recebia bolsa do FPE? \*
- Sim. Sempre recebi
  - Sim. Mas já atendi turmas sem receber bolsa
  - Não. Nunca recebi

## VI – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Questão aberta

23. Aponte as principais dificuldades que o(a) tutor(a) encontra para executar suas funções \*.

24. Por qual motivo você se desligou do Formação pela Escola? \*.

## **APÊNDICE III — Roteiro: Entrevista Com Multiplicadores do Formação Pela Escola**

Bom dia, multiplicadora,

Esta entrevista tem como objetivo recolher dados para a pesquisa “10 anos do Programa Formação pela Escola em Rondônia: dificuldades e desafios da rede de tutoria”, que é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sua participação é de grande importância e por isso agradeço a colaboração.

Pesquisa dividida em seis blocos:

### **I – PERFIL DO ENTREVISTADO**

1. Qual sua formação?
2. Quais as funções que você já desempenhou no serviço público?
3. Há quanto tempo você faz parte da rede de tutoria do FPE?
4. Quais funções você desempenha ou já desempenhou simultaneamente ao trabalho de tutoria do Formação pela Escola?

### **II – ASPECTOS TÉCNICOS**

5. Antes de ser multiplicadora do Formação pela Escola, qual era sua experiência com a Educação a Distância?.
6. Como é a sua relação com as novas tecnologias de informação e comunicação? (computador, audiovisual, internet, redes sociais, whatsapp)
7. Quais recursos da plataforma Moodle você mais utiliza?
8. O que você considera que poderia melhorar na plataforma Moodle?
9. Quais recursos do sistema SIFE você mais utiliza?
10. O que você considera que poderia melhorar no sistema SIFE?

### III – ASPECTOS PEDAGÓGICOS

11. Dentro da sua experiência com a formação de tutores, você considera que o Conteúdo e a Carga Horária sejam suficientes para o tutor iniciar seu trabalho no município?

12. Multiplicadores e tutores, algumas vezes precisam ofertar módulos que ainda não cursaram. Qual o impacto para a qualidade do programa?

13. Sobre os módulos específicos. Qual o que você considera o mais interessante? E o menos interessante? Justifique.

### IV – ASPECTOS POLÍTICOS

14. Qual sua opinião sobre o apoio da secretaria municipal de educação ou secretaria estadual de educação ao trabalho dos tutores ?

15. Na sua opinião, quais os principais motivos que atraem os cursistas ao programa ?

### V – INCENTIVO A TUTORIA

16. Como é a participação dos especialistas nos encontros presenciais dos tutores que você acompanha?

17. Relate como é o seu atendimento aos tutores?

18. Qual a importância do pagamento de bolsa para a rede de tutoria do FPE?

### VI – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

19. Na sua opinião, quais são as principais causas dos desligamentos dos tutores do Formação pela Escola ?

20. O que te motiva a atuar no programa Formação pela Escola?